

AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

**HISTÓRIA DAS BANDEIRAS
PAULISTAS**

LEITURA BÁSICA

Seleção e introdução de Antonio Paim

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO
PENSAMENTO BRASILEIRO (CDPB)**

2012

ÍNDICE

Introdução – Antônio Paim.....	3
TEXTOS DO VOLUME I	
Cap. I A expansão bandeirante, capítulo original dos fastos brasileiros.....	10
Cap. III A linha tordesilhana e seus deslocamentos. Entradas quinhentistas.....	19
Cap. IV O século XVII, a grande era das bandeiras de São Paulo.....	26
Cap. V A questão servil e as bandeiras.....	36
Cap. VI D. Luís Céspedes Xerí´a e sua estada em São Paulo.....	46
Cap. VII Destruição das grandes reduções jesuíticas do Guairá	51
Cap. VIII A deposição de D. Luís de Céspedes e seu processo de residência.....	61
Cap. IX Prossecução da expansão bandeirante.....	73
Cap. X As grandes bandeiras de Antonio Rapozo Tavares....	80
Cap. XII A restauração da independência portuguesa. O episódio de Amador Bueno.....	95
Cap. XV Sertanistas notáveis do século XVII.....	103
TEXTOS DO VOLUME II	
- O Tietê – instrumento máximo de penetração do Brasil Sul Ocidental.....	113
- Conspecto geral do movimento bandeirante.....	121
TEXTO DO VOLUME III	
- Notícia de viagem de São Paulo a Cuiabá ocorrida no ano de 1726.....	217

INTRODUÇÃO

No esquema que produziu das bandeiras, Capistrano de Abreu (1853/1927) destacou a relevância das paulistas. De fato, além de pioneiras, não se limitaram a desbravar os caminhos --e, assim, abrir espaço ao povoamento-- do Sul, que era a região mais próxima, mas penetraram na direção do Centro-Oeste e até no Nordeste. Os cursos d'água eram naturalmente o meio de transporte acessível. Contudo, como não se interligavam, em pontos tomados aleatoriamente abriam-se picadas, até o encontro de nova via fluvial. Graças à circunstância, a maneira de apresentá-los é justamente esta. Afonso de Taunay (1876/1958), autor do registro das bandeiras paulistas, destaca desde logo o papel dos rios. A propósito da ligação que se estabeleceu entre paulistas e paraguaios, no próprio início dessa grande epopéia, escreve: “o Paraná e o Tietê devem ter sido o liame seguidamente utilizado para a aproximação dos dois núcleos.”

Subsidiariamente, organizaram-se bandeiras na Bahia que se valeram do São Francisco para alcançar o ponto a partir do qual, acabaram chegando às margens do Parnaíba. Valeram-se do mesmo rio para alcançar Minas Gerais e estabelecer acesso terrestre ao Tocantins. Seu registro esteve a cargo de Urbino de Souza Viana (1870/1945), no livro **Bandeiras e sertanistas bahianos** (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935; Brasiliana, vol. XLVIII).

Existiram outras bandeiras partindo de Pernambuco e do Maranhão mas não tiveram a mesma importância das precedentes.

A obra de Taunay intitulou-se **História das bandeiras paulistas**. Iniciou sua publicação em 1924, completando-a em 1936, versão em sete volumes. A Editora Melhoramentos, que a editou, reeditou-a em 1961, em três volumes, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Afonso d'Escragnolle Taunay formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Fez carreira em São Paulo, tendo sido catedrático da Politécnica paulista. Ocupou diversos cargos na administração estadual. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico de São Paulo. Produziu expressiva obra dedicada à historiografia nacional, entre as quais destaca-se, além da referida, uma história do café.

Teria oportunidade de indicar que, em diversas ocasiões, foi instado a oferecer ao público, como diz, “uma obra de manuseio”, permitindo aos leitores que considerassem “a outra como fonte de consulta”, mas não se animou a fazê-lo.

O bandeirantismo corresponde a um feito notável. O próprio Taunay o compara à ocupação da Sibéria pelos russos e à incorporação do Oeste, pelos norte-americanos. Cabe-lhe, inquestionavelmente, um lugar de honra entre os textos de nossa historiografia que selecionamos para instigar um público mais amplo a uma primeira aproximação, que, embora deva conter imperfeições, certamente facultará, dos eventos considerados, melhor idéia que as simplificações insistentemente divulgadas no período recente.

No movimento em prol da ocupação da parte Sul e Centro-Oeste que passou a corresponder ao território brasileiro, ao arrepio dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, a cargo das bandeiras paulistas, mescla-se a questão das Missões Jesuíticas envolvendo o Paraguai e parte do Brasil. Valendo-se da junção dos dois Reinos, no chamado período filipino, os paulistas obtiveram a conivência de parte da elite espanhola radicada no Paraguai. Na primeira metade do século XVII intensificam-se grandemente as incursões naquela direção, cuja descrição ocupa vários capítulos do primeiro volume da obra de Taunay. Como escreve, “ali se erguia o baluarte contra a expansão portuguesa, muito embora os inacianos enfrentassem a maior animosidade dos colonos espanhóis da região.”

Taunay cita a denúncia encaminhada, em 1632, a Felipe IV dos riscos de “perda completa do Paraguai”, pelo Provincial da Ordem. Segundo essa denúncia, a ameaça era de que se estabelecessem, no coração da América Meridional, “judios encapotados, hombres muy danosos al bien espiritual e temporal y seguridad destes Reinos”. Sugere que seja a Inquisição instada a voltar-se contra eles.

O conflito então iniciado pelos bandeiras teria desdobramentos. Os aldeamentos mantidos pelos jesuítas abrangiam parte do território do Paraguai e o Nordeste do futuro Rio Grande do Sul. O direito do Brasil à mencionada parcela seria consagrado pelo Tratado de Madrid (1750). Apesar da resistência dos padres, o domínio português seria assegurado, completando-se com a sua expulsão de Portugal, logo adiante.

Conforme Taunay estabelece neste primeiro volume, o impulso inicial dos bandeirantes era, como se dizia, “a presa de índios”, na expectativa de escravizá-los. Ao que se afirma, não teriam se adaptado a essa condição, razão pela qual recorreu-se à importação de africanos, que já admitiriam tal condição. Tenha-se presente que, a existência da escravidão era tolerada desde o mundo antigo. Passou a ser considerada incompatível com a civilização ocidental ao longo do século XVIII, a começar da Inglaterra.

Em relação aos indígenas, o curioso é que os jesuítas conseguiram incorporá-los ao trabalho nas suas fazendas. Por essa razão, os colonizadores portugueses consideravam-nos concorrentes desleais, assunto que daria origem a sucessivos conflitos em diversas partes do país e que culminariam com a expulsão da Ordem de Portugal e colônias.

Quanto ao dimensionamento dos efetivos indígenas presos pelos bandeirantes, com vistas a escravizá-los, Taunay os considera exagerados. Pelas descrições dos primeiros visitantes estrangeiros que o fizeram, vê-se que as aldeias

indígenas abrigavam contingentes muito reduzidos de habitantes. Sendo nômades, vivendo de caça e pesca, podiam submeter parcelas reduzidas dos territórios, mesmo porque, em muitas circunstâncias, deparavam-se com tribos rivais.

No século XVI, progressivamente, o bandeirantismo passa a ocupar-se da busca de jazidas de metais preciosos.

Essa reorientação reflete-se claramente na estrutura dos três volumes ordenados pelo editor (a Melhoramentos). O primeiro ocupa-se do povoamento do Planalto paulista --ao contrário do estilo litorâneo do povoamento patrocinado pelos portugueses-- e de como se voltaram para o Sertão. Trata-se do que chamou de “entradas quinhentistas”, sem descurar dos problemas e conflitos que ocuparam os próprios paulistanos.

Como foi referido, Taunay destaca o papel do Tietê na extensão das conquistas dos bandeirantes. Embora entremeado de corredeiras e outros obstáculos à navegação, conduz a uma bacia hidrográfica situada em torno do estuário do Prata, por sua vez formado pelos rios Paraguai e Uruguai. Desemboca diretamente onde se situa atualmente o estado de Mato Grosso do Sul. Dali pode descer ao Paraná, ao Rio Grande e ao Paraguai.

Nesta **Leitura básica**, deste primeiro volume nos limitaremos a transcrever alguns dos capítulos que proporcionam uma idéia de como desbravaram a mencionada parcela do atual território nacional. O Tratado de Tordesilhas o excluiria da posse de Portugal. Os bandeirantes contaram com a convivência de administradores espanhóis nomeados, no período filipino para administrar o Paraguai. Pelo menos um deles chegou a ser processado por instâncias da Ordem dos Jesuítas. Trata-se de Luís de Céspedes, governador do Paraguai, casado com uma brasileira, de que Taunay se ocupa expressamente num dos capítulos adiante transcritos.

Acreditamos que essa escolha, embora limitada, proporcionará uma idéia bastante ampla da primeira fase do

movimento. O papel do Tietê nesse processo acha-se expressamente assinalado no volume II, como foi referido e transcreveremos.

O volume II acha-se dedicado às bandeiras direcionadas para a zona de Cuiabá, em Mato Grosso, onde se descobriram jazidas auríferas. Tal se deu em fins da segunda década do século XVIII. Era a segunda descoberta, ambas devidas aos paulistas. A primeira teve lugar em fins do século anterior, de que resultou a criação da Capitania de Minas Gerais. Conseqüência da segunda descoberta, na expressão de Taunay: “o reflexo sobre a capitania e cidade de São Paulo leva o Rei à criação de governo separado da de Minas Gerais e à assistência permanente, na cidade paulista, de um delegado do Reino.” (Vol. II, pág.13)

O volume III é dedicado á colonização de parte do território de Mato Grosso, em decorrência da descoberta do ouro, em Cuiabá. Como indica, nessa “corrida ao ouro” os paulistas abandonaram tudo e não recuaram diante das dificuldades.

As expedições são agora denominadas de **monções**, fórmula adotada para nomear as que subiam e desciam os rios das capitanias envolvidas. Por isto neste volume há abundantes indicações sobre os cursos d’água.

A referência que faz a uma das viagens do antes referido governador do Paraguai, Luís de Céspedes, permite fazer-se uma idéia das dificuldades do empreendimento.

Escreve: “um mês passara a fabricar três embarcações, escavadas no cerne de enormes madeiros pluri-seculares. Aquela em que devia viajar abriu-a em árvore cuja circunferência contava dezesseis metros. Nela remavam cinquenta índios”.

Dezenove dias levava descer o Tietê até a barra.

Indica ainda que as febres, a fome, os naufrágios e os índios levaram ao extermínio de sucessivas bandeiras. Nem por

isto, enquanto durou reduziu-se a atração que exercia. Parece a Taunay que “este povoamento de Mato Grosso é, talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.”

Brasília, setembro de 2012.

Antonio Paim

TEXTOS DO VOLUME I

CAPÍTULO I

*A expansão bandeirante, capítulo original
dos fastos brasileiros.*

*Singularidade deste movimento no conjunto da
História Universal.*

*As entradas iniciais de devassa dos
territórios brasileiros.*

Afirma Euclides da Cunha que a “tradição heróica das entradas constitui o único aspecto original da nossa história.”

Não é bem exato o conceito do autor ilustre dos *Sertões*. Esta originalidade tem o Brasil de a repartir com dois outros dos maiores impérios territoriais do Globo hodierno: a Rússia e os Estados Unidos.

No reinado de Ivã, o Terrível (1533-1584) com o famoso Hetman Iermak encetaram os russos desde 1578 a fácil ocupação da Sibéria. Cerca de sessenta anos mais tarde atingiam as praias do oceano Pacífico. Em 1689 o tratado de Nertschink estabelecia o Amur como fronteira sino-moscovita.

Em 1720 a imensa região siberiana com uma superfície correspondente a quatro quintos do continente sul-americano formava um unido governo, em que se incluíam o Kamtchatka e as Kurilas.

Naquelas vastidões intérminas, porém, nada se opôs seriamente à conquista. Nelas viviam algumas

escassas tribos perdidas na solidão das estepes. Já em 1875 passados três séculos da investida de Iermak contava toda a Sibéria cinco milhões de almas apenas.

E geograficamente os obstáculos opostos a tal penetração foram certamente muitíssimo menores do que à brasileira. Se as planícies siberianas são atingidas pelos frios polares excessivos o interior brasileiro opôs aos devassadores a calidez da temperatura. E sua salubridade é muito menor do que a do setentrião asiático, calidez propícia aos flagelos da agressão parasitária entomológica, aracnológica e helmintológica a cada passo terrível e por vezes insuportável. E isto sem contar o ataque invisível ao homem, nos desertos, nascido da transmissão dos microorganismos, geradores de pavorosas enfermidades.

A resistência dos primitivos siberianos à penetração moscovita foi certamente incomparavelmente menos do que a das nações indiáticas do Brasil bandeirante.

Nos Estados Unidos, como se sabe, o movimento entradista se processou muito mais tarde.

Em 1783 o seu território constituía a fímbria costeira da Nova Inglaterra. Até 1802 ainda não compreendia a área da República o ocidente do Mississipi. A exploração das Montanhas Rochosas só se processou em 1802, quando em 1750, o Brasil tinha a sua linha fronteira definida pelo tratado de Madri e já se encerrara o nosso ciclo bandeirante. Dezenas de anos mais tarde encetar-se-ia o dos norte-americanos.

A expansão branca encontraria a resistência das nações indígenas belicosas, e belicosíssimas, de além Mississipi, mas teria, como instrumento de conquista, extraordinária superioridade de armamento, incomparavelmente mais eficiente do que a dos seus precursores do Brasil.

Aquilo que na área, em quilômetros quadrados várias vezes milionar, realizou o bandeirantismo paulista, coube a Augusto de Saint-Hilaire definir, em 1830, ao Mundo e em conceitos sintéticos, impressão nítida da admiração vizinha do assombro que dele se apossara. “Depois que se conhecem os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas, fica-se como estupefato e levado a crer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes”.

E este sentimento admirativo ele o reforçaria quando meditando sobre o que exigia a jornada das monções cuiabanas declarava que os europeus, habituados à navegação dos seus mesquinhos rios, não podiam, de todo, avaliar o que representava semelhante empresa.

E com efeito esta última fase do bandeirantismo, esta sim, não encontra similar em qualquer outro episódio de tal natureza, nos fastos de qualquer nação do Globo.

A prodigiosa navegação fluvial de Araraitaguaba a Cuiabá não tem o que se lhe compare em qualquer outra região do Universo. Ela sim representa a grande nota realmente original que Euclides da Cunha atribuiu a todo o movimento entradista.

Enceta-se com o século XVII a era do bandeirismo paulista num Brasil que então ia de Cananéia a Natal, com a mais escassa densidade demográfica. Era simplesmente pasmoso que naquele litoral de milhares de quilômetros de extensão, se houvessem firmado os núcleos de povoamento português a que balizavam São Vicente e Santos, Rio de Janeiro e Vitória, Salvador, Olinda e Paraíba.

A mais profunda penetração pelo interior brasileiro acusava uma centena de quilômetros, a partir do oceano, em Parnaíba, a seis léguas de São Paulo. E constituía fato virgem em todo o território da Colônia.

Naquele primeiro século que se escoara, quanto periclitara a posse portuguesa, ameaçada, e tão gravemente, pela solução de continuidade, criada pela agressão francesa na Guanabara!

Inicia-se a colonização em 1532 com Martim Afonso de Sousa em São Vicente e D. João III, o nosso rei Povoador realiza ingentes esforços para assegurar o triunfo do estabelecimento luso em sua enorme colônia deserta. Vira malograr-se sua tentativa da subdivisão do Brasil em capitânicas. Assim criara o providencial Governo-Geral, coordenador, e enviara ao Brasil Manuel da Nóbrega e a sua admirável coorte de evangelizadores.

Prosperava Pernambuco ao Norte graças ao milagre dos lucros do açúcar e arrastava-se São Vicente ao Sul. Mas era tenaz o Rei Piedoso e o triunfo acompanhou as demonstrações da sua pertinácia. Assegurou a política por ele encetada, a posse lusitana,

mercê da valia de um punhado de grandes vassallos como Tomé de Souza, Mem de Sá, a plêiade dos grandes inacianos quinhentistas, e a dos rudes povoadores e desbravadores no gênero de João Ramalho, Brás Cubas, Diogo Álvares, os Sás.

No extremo Sul do Brasil o grande obstáculo à penetração vinha da agrura do vencimento da Cordilheira Marítima. Mas no planalto que a esta coroava, desde muito João Ramalho e o pequenino núcleo dos seus companheiros afeiçoavam os autóctones ao contato com os invasores brancos.

Encetava-se a famosa cruzada euro-americana reforçadora da capacidade mental do vermelho e da musculatura do branco. Criavam-se os primeiros desses mateiros incomparáveis cujas proezas Saint-Hilaire comparou às dos titãs.

Se São Vicente se arrastava penosamente, se Santos, nascida em 1545 ao passava de humílimo vilarejo, fundara a alta visão de Nóbrega São Paulo de Piratininga em 1554, na vizinhança da aldeia luso-americana de João Ramalho em Santo André da Borda do Campo, que a congênere jesuítica absorveria em 1560.

Em 1562 estivera São Paulo a pique de desaparecer ante o assalto das tribos confederadas do planalto. Mas resistira sob a égide da bravura de Ramalho e de Tibiriçá e se em 1690 estivera na eminência de segunda e grave agressão, esta não conseguira efetuar-se.

Para o fim do século XVI e na vila do campo apareceria o famoso Governador-Geral, possuídos do desejo de conhecer os mistérios do continente e o aproveitamento de suas riquezas, quer em cabedal humano, quer em recursos minerais, os projetaria ao ignoto Sertão com extraordinário afínco.

Assim caberia a D. Francisco de Sousa a glória de ser o propulsor inicial do movimento entradista paulistano. Constituiu-se como que em patriarca do bandeirantismo. Quando a monarquia portuguesa soçobrou em 1580 em consequência da alucinada aventura de Alcácer Kibir a situação do Brasil ainda era sobremaneira mesquinha se a examinarmos de um modo absoluto. Mas já se apresentava importante se considerarmos o que ia pelas colônias espanholas, da vertente Atlântica e a completa selvageria dominante na América Setentrional de Cuba para o Norte.

A incorporação do Brasil aos domínios dos Áustrias lhe traria terríveis acidentes, nos quais quase soçobraria a sua integridade como quando se deu a agressão batava em 1630 e a consequente implantação dos neerlandeses durante vinte e quatro anos.

Mas esta situação pouco alteraria o ritmo em que viveria o Sul brasileiro e sobretudo o do movimento sertanista encetado nos primeiros anos do século XVII. Tomaria ele progressão ascendente atingindo extraordinária pujança, quando, no entanto, ainda havia terras do Norte sob o domínio estrangeiro.

Um imperativo geográfico facilitaria esta expansão invulgar. Dava-se nas terras do planalto pira-

tingano o inverso daquilo que o orador paulista contemporâneo aplicou em formosa imagem a propósito das jornadas oceânicas lusas: a Portugal apertado pela Espanha alargava o Atlântico.

A São Paulo apertado pela Serra Marítima alargaria o Sertão onde os grandes caudais, nascidos a pequena distância do mar, indicavam a marcha para as terras ocidentais.

Humildes como só podiam sê-lo, com tamanha inópia de recursos, foram os primórdios da colonização em terras de São Vicente.

No lagamar santista agruparam-se, desde a segunda década quinhentista, talvez, alguns brancos, portugueses e espanhóis, náufragos, aventureiros, desertores. Correspondiam-se com D. João III e o monarca determinou que Martim Afonso de Souza fosse entre eles fundar a primeira povoação estabelecida no infundável litoral da terra descoberta por Cabral.

Daí a Carga Régia de 20 de novembro de 1530 expedida a Martim Afonso, a partida da esquadilha deste a 3 de dezembro. E, afinal, a 22 de janeiro de 1532, o começo da edificação oficial de São Vicente. A 7 de outubro de 1534 recebia o fundador a carta de doação de cem léguas de costa brasileira, doação a que, no entanto, trataria com o maior descaso.

Apesar do abandono do donatário, cresceu São Vicente, fato singular, pois desenvolveu-se num território onde não se conheciam metais nobres nem se apresentava solo aproveitável para a indústria sacarífera, única remuneradora na América de seu tempo.

A persistência deste progresso deveu-se a atuação de dois vassalos de incomparável valor: Brás Cubas, no litoral, João Ramalho, no planalto; muito mais a este do que àquele como figura central da miscigenação euro-americana encetada por ele e seus poucos companheiros em Santo André.

Em 1549 apareceram os primeiros altos funcionários do Governo Central da Baía despachados por Tomé de Sousa e, fato muito mais relevante, a primeira missão jesuítica com Manuel da Nóbrega à testa.

Em 1553 recebeu Santo André o predicamento de vila. E a 25 de janeiro de 1554 fundavam os jesuítas, por ordem de Nóbrega, a vila de São Paulo do Campo de Piratininga.

Em fins do século XVI, os aborígenes, dizimados pela superioridade dos invasores, resignavam-se ao cativoiro, ou, afugentados, internavam-se no Sertão.

Na centúria quinhentista a área propriamente vicentina foi pouco explorada, muito embora por ela começasse a penetração da hinterlândia brasileira.

Do seu território partiram as entradas famosas dos protobandeirantes, a do obscuro Aleixo Garcia, em 1526, a que se seguiram a catastrófica jornada de Pero Lobo, em 1531, e a de Cabeza de Vaca, em 1541.

De 1562 data a primeira notícia oficial de uma bandeira a operar com elementos reunidos em território vicentino, a de Brás Cubas e Luís Martins, cujo itinerário ninguém sabe qual haja sido. Afirmou o fundador de Santos que a sua expedição percorreu trezentas léguas de hinterlândia em busca de ouro, metal

de que só encontrara indícios na contigüidade de São Paulo, no Jaraguá.

Em outras zonas do Brasil as tentativas de devassa da terra e pesquisa de riquezas minerais haviam até então sido mais intensas.

Assim os nossos fastos referem as entradas de Luís Álvares Espinha, de Ilhéus para Oeste, de Francisco de Caldas, Gaspar Dias de Taíde e Francisco Barbosa de Pernambuco para o sertão do São Francisco. Enceta-se já em 1538 o chamado ciclo das esmeraldas. Parte Filipe Guilhem de Porto Seguro para sertão. Operam Miguel Henriques, em 1550, Francisco Bruza de Espiñosa em 1554 no vale do Jequitinhonha, Vasco Rodrigues Caldas em 1561 no do Paraguaçu. Parte Martim Carvalho em 1567 ou 1568 para o atual Norte mineiro, efetua-se a grande jornada de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572 ou 1573, entre o Doce e o Jequitinhonha, em zona um pouco mais tarde explorada também por Antônio Dias Adorno.

Para o fim do século XVI citam-se as entradas de Sebastião Álvares e de João Coelho de Sousa, cujo irmão, o ilustre Gabriel Soares, em 1592, faleceria na selva, nas cabeceiras do Paraguaçu, como é sabido.

Outras entradas ocorreram como as de Belchior Dias Moréia, que Calógeras julga haver atingido a Chapada Diamantina, e a de D. Francisco de Sousa, em 1598, na mesma região.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, São Paulo: Melhoramentos, 1975, págs. 13-17).

CAPÍTULO III

*A linha tordesilhana e seus deslocamentos.
Entradas quinhentistas.*

Ninguém ignora os trâmites por que passou a fixação dos limites do Brasil, país que, segundo a espirituosa observação de Duarte Leite, apresenta a singularidade de ter tido fronteiras demarcadas antes de existir o Atlântico e um meridiano. E com efeito se o meridiano da Bula *Inter coetera* de Alexandre VI deixara todo o continente americano aos espanhóis a famosa linha de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, já punha a seu oriente mais ou menos um terço da área brasileira atual, penetrando nas vizinhanças de Belém e deixando-a nas imediações de Cananéia.

Mas no século XVI quando não havia a menor noção ainda da existência do fenômeno da declinação magnética, que latitude de deslocamento assistia a este meridiano célebre!

Harisse com a sua grande autoridade examinou o que os mais abalizados geógrafos dentre 1495 e 1545 pensavam da localização de tal linha havendo uma diferença de 7 graus e 14 minutos entre as fixações extremas de Cantino, e de Ribeiro.

A legalização da linha Belém-Cananéia faria ao Brasil hodierno a ablação total do Paraná, Santa Ca-

tarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas, dois terços do território de São Paulo, Goiás, nove décimos dos do Pará, grande trato de Minas Gerais, em suma, uns cinco e meio ou seis milhões de quilômetros quadrados.

Em 1579 em vésperas da conquista castelhana Giovanni Battista Gesio lembrava a Filipe II que a máxima autoridade em geografia portuguesa, João de Barros, recuava a linha de Tordesilhas para o Cabo Frio, reduzindo o Brasil a um décimo do que hoje é. E Vespúcio ainda a impelia ao cabo de Santo Agostinho! Ficava do Brasil insignificante nesga!

“Todo lo más es de Castilla”, afirmava peremptório o abalizado geógrafo italiano, consultor da Áustria cobiçoso da vasta monarquia do seu decrépito tio, o cardeal rei.

Já nesta época achavam-se os portugueses implantados no litoral brasileiro, de Cananéia a Itamaracá, com 350 léguas de costa, 8 capitanias, 19 povoações e 3.600 famílias de povoadores.

Entre os espanhóis criou-se a convicção de que a linha legítima fronteira era a de Belém-Cananéia quando os portugueses queriam a todo o transe deslocá-la para oeste de quase 10 graus até em face de Buenos Aires, pretendendo, portanto, a posse do território uruguaio, parte da mesopotâmia parano-uruguaia, quase todo o Paraguai, embora ainda assim abrindo mão de enorme área do Amazonas e do oeste mato-grossense.

Mas na época, recordemo-lo, havia a mais completa insciência da geografia sul-americana. Em todo o

caso em relação à posse do litoral pertinazmente queriam os portugueses que a sua fronteira fosse ter à Colônia do Sacramento, como em 1680 levariam a cabo.

A idéia de que as terras de oeste pertenciam a Castela repudiaram-na os paulistas desde o século XVI, pretexto provável para a legitimação de suas incursões pelo serão espanhol à busca de índios.

Desta pertinácia nasceu a incorporação ao patrimônio do Brasil dos seus três estados meridionais. Não fora ela e a nossa fronteira sulina seria o Paranapanema, num maior Paraguai estendido até o Atlântico.

A primeira fundação de Buenos Aires com D. Pedro de Mendoza em 1535 resultou em fracasso, como se sabe. Mas a de Asunción de Paraguay por Ayolas e Irala em 1536 jamais sofreu colapso.

A expedição de Cabeza de Vaca provou a facilidade do trânsito da costa atlântica às margens do Paraguai.

Em 1550 já eram freqüentes as relações entre os vicentinos e os castelhanos de Asunción, apesar da proibição do trânsito decretada pelas duas coroas. Houve mesmo um princípio do despovoamento de São Vicente em favor do Paraguai, denunciou Manuel da Nóbrega ao seu Provincial.

Os espanhóis vieram para leste colonizando a região do Guairá, a oriente do Paraná onde surgiram Ontiveros (1554), Ciudad Real (1551) e Vila Rica (1577).

O Paraná e o Tietê devem ter sido o liame seguidamente utilizado para a aproximação dos dois núcleos, como parece da presença dos espanhóis no Avanhandava. Em 1612 dizia Ruy Diaz de Guzman a falar do Tietê: “El dia de ou se comunican por este rio los portugueses de la costa con los castellanos de la Provincia del Guayrá.”

A região do atual oeste paranaense era então basto viveiro de índios. Quais seriam os autóctones do planalto piratiningano da vertente paranaiana e do vale do Paraíba?

O quadro etnográfico de São Paulo assim o desenhou Capistrano de Abreu: guaianases no interior das terras até o Espírito Santo com inserção de goitacases, de posição desconhecida, tupiniquins e tupinambás vindos posteriormente e ainda carijós ou guaranis. Pelo sertão comunicavam-se os tupiniquins com os homônimos de Ilhéus e Porto Seguro. Supõe o mestre que os representantes últimos do grupo venham a ser os puris desaparecidos do vale do Paraíba no decorrer do século XIX. A oeste nas terras afastadas de São Paulo dominavam os ubirajaras e bilreiros que Capistrano identifica como caiapós.

Em suma, os autóctones, entre os quais surgiu a colonização planaltina, eram índios de língua geral assaz numerosos embora seja imprevisível o seu número.

Como atrás dissemos, ocorreu em 1560 a grande entrada em busca de ouro chefiada por Brás Cubas e Luís Martins. Nada se sabe de seu percurso, todo o seu

roteiro é misterioso e a coroa parece não ter ligado a menos importância a tal jornada.

Alguns anos mais tarde descobriu Heliodoro Eobanos, segundo parece, pequenas manchas auríferas em Iguape e Paranaguá. Atingiu o planalto curitibano fazendo pequena e efêmera fundação às margens do Atuba, afluente do Iguaçú.

Em 1561 Joseph de Anchieta visitou o curso superior do Anhembi e em 1562 João Ramalho o do Paraíba.

Em 1585 ou 1586 Jerônimo Leitão à testa de grande bandeira atingiu Paranaguá. Parece que durante 6 anos este capitão-mor assolou as aldeias do vale do Tietê que segundo os jesuítas espanhóis seriam 300 ou 30.000 habitantes. Operou então enorme razia.

Já em 1576 Hernando de Montalvo, tesoureiro régio, denunciava a Filipe II as tropelias dos “portugueses de San Pablo” por seus “malos tratamientos y de sus tupies” na região do Viaza, em Santa Catarina de hoje, onde a sua presença causava pânico.

Corria a fama de que no litoral paulista havia copioso ouro. Daí as arremetidas de corsários ingleses, segundo nos conta Frei Vicente do Salvador, a propósito das de Fenton em 1583 e Cavendish em 1592.

O ouro apareceu, embora escassamente, na quase contigüidade de São Paulo, no Jaraguá e Vuturuna, onde, segundo Pedro Taques, entre 1590 e 1597 lavraram os dois Afonso Sardinha, pai e filho e seu sócio Clemente Álvares.

Os proventos desta mineração, os 80.000 cruzados de ouro em pó, mencionados no testamento do segundo Sardinha, achou-os Capistrano muito exagerados. Em todo o caso foi a notícia da existência deste ouro que a São Paulo atraiu D. Francisco de Sousa.

De 1592 parece datar-se a entrada de Sebastião Marinho que um mapa anônimo castelhano localiza em território hoje goiano. Mas nada se sabe de certo sobre tal jornada e seu comandante.

Para os fins do século XVI ocorreram expedições punitivas dos índios como em 1594 quando, segundo Pedro Taques, Jorge Correia fez profícua sortida contra os indígenas assediadores de São Paulo. De 1595 a 1596 datam-se as campanhas de Manuel Sueiro e João Pereira de Sousa Botafogo, campanhas que para sempre desafogariam a vila paulista do temor de possível investida triunfante dos autóctones.

Era a bandeira de Botafogo vultosa mas os episódios de sua jornada muito confusos, tendo o seu cabo da tropa sido deposto e preso, segundo parece, devido a uma desinteligência com Jorge Correia.

A tal propósito o escritor paranaense Ermelino de Leão, afirmou uns tantos fatos que nos parecem absolutamente fantasiosos como o da execução capital de Botafogo.

Desta grande bandeira destacou-se uma mesnada a que comandava Domingos Rodrigues Velho e cujo rumo parece incerto, cortando talvez terras de Goiás, no sertão de Paraupava ou do Tocantins.

Mas toda esta toponímia primeva tão indeterminada é que nada de positivo se pode inferir de suas indicações.

Nos últimos anos quinhentistas, e 1598 sai de São Paulo Afonso Sardinha, o moço, “à testa de mais de cem índios cristãos” a busca de ouro e outros metais. Não se sabe que direção terá tomado.

Pouco antes ocorrera a jornada de João do Prado que, segundo Pedro Taques, chegou às margens do Rio Grande, o Paraná de hoje.

CAPÍTULO IV

O século XVII, a grande era das bandeiras de São Paulo.

As entradas de André de Leão e de Nicolau Barreto.

Preamar bandeirante.

Protestos espanhóis.

Com o século XVII começa a grande era das bandeiras paulistas. Com ele enceta o Brasil, que amanhecia, a sua penetração definitiva Brasil adentro. O núcleo piratiningano, pião deste movimento, já compreendia, além dos poucos reinóis, numerosos euro-americanos, uns e outros ávidos de aventuras selváticas. E os espanhóis trouxeram-lhe volumosa afusão a que representam os nomes seculares de Bueno, Camargo, Godói, Lara, Quadros e outros mais.

As contribuições italiana, francesa e inglesa nele seriam sobremodo restritas representadas por alguns patronímicos que rapidamente se lusitanizaram.

A influência nórdica se faria sentir através das Flandres documentadas pelos nomes de Taques, Lems, Betting, Wandenburg, lusitanizados em Campos, Leme, etc. O grande propulsor inicial do movimento entradista seria D. Francisco de Sousa, cuja memória gratamente se gravaria na memória das gerações paulistas.

Pertencia o Governador-Geral, senhor de Beringel, à grande raça dos eldorado-maníacos tão

largamente representada em sua centúria pelos Cortez, Pizarro, Balboa, Valdivia, Orellana, Raleigh e tantos mais.

Já em 1601 despacha André de Leão à testa de grande bandeira a busca de jazigos argentíferos. Desta importantíssima jornada existe o relato de um de seus componentes, o holandês Glimmer.

É fora de dúvida que o seu itinerário encetou-se por largo percurso ao longo do Paraíba. Venceu a entrada a Serra da Mantiqueira e daí e diante a sua caminhada mostra-se tudo quanto há de mais vago. Analisada por Derby e Calógeras admite-se que haja atingido as nascentes do São Francisco, em busca de serra argentífera já então famosa em sua miragem, a de Sabarabuçu. Dela o seu cabo tinha notícia e não foi encontrada como de esperar.

Em abril de 1602 voltava Leão a São Paulo.

Em fins deste mesmo milésimo partiu nova e grande expedição, a de NMicolau Barreto que, no pensar de Derby, chegou ao Rio das Velhas e ao sertão de Paracatu, opinião controvertida por Alfredo Ellis Júnior, com procedentes argumentos deslocadores de tal itinerário para a zona do atual *far west* paranaense no Pequiri. Em 1604 regressava Barreto a São Paulo.

As referências quase sempre sobremodo lacônicas da documentação paulista falam-nos de algumas entradas nas duas primeiras décadas do século XVII, como sejam as de Diogo de Quadros (1604) aos carijós, Manuel Preto (1607) ao Guairá, Belchior Dias Carneiro ao sertão dos bilreiros (1607) onde faleceria em 1608,

tendo como sucessor Antônio Raposo, o velho, Martim Rodrigues Tenório de Aguilar (1608) Anhemi abaixo, Clemente Álvares e Cristóvão de Aguiar, aos biobebas do oeste (1610).

Em 1611 dá-se a grande entrada de Pedro Vaz de Barros ao Guairá por instigação de D. Luís de Sousa. Contemporânea parece ser a de Diogo Fernandes aos Pés largos. De 1612 datam-se as de Sebastião Preto ao Guairá, e Garcia Rodrigues Velho aos bilreiros. O itinerário destas empresas é sempre o mais vago possível.

Em 1613 o Procurador da Câmara de São Paulo, Rafael de Oliveira, denunciou o Governador D. Luís de Sousa como grande fomentador de entradas visando incrementar a exportação de escravos da Capitania. Neste mesmo ano ocorreu a expedição de Diogo de Quadros para sumo ignoto, igualmente.

Por volta de 1615 era grande a saída de cativos das terras vicentinas, sobretudo dos carijós do Sul do Brasil. Deste ano data-se a grande bandeira de Lázaro da Costa em terras hoje de Santa Catarina ou no Sertão dos Patos, como então se dizia.

Entrada de grande realce foi a de Antônio Pedroso de Alvarenga, partida talvez em 1615(?) e promovida por D. Luís de Sousa. Rumou para o Sertão do Paraupaba. Segundo Pedro Taques jornadeou Alvarenga por trezentas léguas.

Pequeno pormenor curioso da sua marcha e repassado de grandiosidade é a circunstância de haver o escrivão da bandeira escrito no dorso dos autos do inventário de Pero de Araújo, soldado falecido na selva,

uma série de estâncias dos *Lusíadas*. Em 1618 volvia Alvarenga a São Paulo.

Contemporânea foi a jornada de Antônio Castanho da Silva, além Paraná, até o Peru, onde faleceu, segundo Taques, em 1622 nas minas de Tataci, província de Chiquitos.

Em 1619 ocorreram as entradas de Manuel Preto e certo Frei Tomé à procura das “pedras de Jecohaigeibira”.

Nesse tempo contínuas eram as expedições ao Sertão dos Patos.

Bandeiras sobre bandeiras internavam-se na selva. Em 1623 o Procurador da Câmara Luís Furtado dizia “esta vila está despejada pelos moradores serem idos ao Sertão pela qual razão se não pode fazer o caminho do Mar”.

Deste ano é a jornada de Henrique da Cunha Gago que nela morreu numa expedição cujo cabo se ignora qual haja sido. Mais ou menos contemporânea é a de Sebastião Preto o bravo defensor de Santos, em 1615, contra os holandeses de Joris van Spilberg. Morreu em campanha de uma frechada no sertão dos índios abeueus.

Em fins de 1623 preparavam-se para partir Fernando Dias Pais, tio do futuro Governador das Esmeraldas, assim como diversos outros sertanistas como Paulo do Amaral, Francisco Ruiz da Guerra, Alonso Peres Calhamares, Jorge Rodrigues Dinis.

A tomada da Bahia em 1624 pelos holandeses parece ter amortecido o surto entradista revigorado com a Restauração no ano seguinte.

De 1627 há um tópico das *Actas* de São Paulo sobremaneira indicativo a mentalidade dos paulistas em matéria de relações com os vizinhos espanhóis do Paraguai avançados até o alto Ivaí. É uma denúncia de fatos em forma de protesto.

“Os ispanois de villa riqua e mais povoasoins vinhão dentro das teras da croa das teras de Portugall e cada vez se vinhão apousando mais dellas descendo todo o gentio que está nesta coroa”.

Assim um embate de interesses se evidenciava nesta denúncia da expansão dos castelhanos do Paraguai pelas terras que hoje pertencem ao âmago do nosso estado do Paraná.

Irala, já em meados do século XVI, tomara a deliberação de fazer uma fundação à margem esquerda do Paraná “por escussar los grandes daños y asaltos que los Portugueses hacian por aquella parte”.

Enviara Nufrio de Chaves ao Guairá “para que redujesse los naturales de aquella tierra y remediase la desorden de los Portugueses del Brasil” invasores de terras do seu governo.

Por ordem desse famoso *poblador* do Paraguai e fundador de Asunción percorreu Nufrio a região do Paranapanema e Tibagi.

Em 1581 o custódio dos franciscanos de Tucumã, Fray Juan de Rivadenevra recordava ao Rei a neces-

sidade de se estabelecer presídio espanhol em São Francisco do Sul onde começavam as terras de Espanha.

Em fins do século XVII havia nos domínios castelhanos da vertente platina dez ou doze núcleos de população que não passavam de miseráveis aldeolas a começar por Buenos Aires de novo fundada em 1580 por Juan de Garay, após o fracasso completo da tentativa de D. Pedro de Mendoza em 1535.

As relações entre a costa vicentina e Asunción cada vez mais freqüentes se mostravam.

Assim, em 1603 chegava a São Paulo uma missão de vila-riquenhos, por ordem de seu Governador D. Antonio de Añasco, solicitando “socorro como cristãos e vassalos de Sua Majestade” o soberano comum das duas coroas ibéricas. Socorro que a Câmara, pelo órgão de Pedro Vaz de Barros, recusou peremptoriamente por lhe parecer que se tratava de ardil. Apenas lhe concedeu escolta para o regresso.

Em 1603 nomeou Filipe III governador das províncias platina a Hernandarias de Saavedra, cabo de guerra de grande valor, homem de real capacidade administrativa e já com grande folha de serviços.

Deveu-lhe a colonização espanhola a maior cópia de benefícios. Ao Rei aconselhou longa e vivamente consolidar e fortificar a situação da província do Guairá dando toda a assistência aos jesuítas evangelizadores da considerável população guaranítica vivendo ao sul do Paranapanema.

Ao mesmo tempo queria que se fundasse uma cidade em Santa Catarina, na ilha e situada na melhor posição estratégica.

Assim se conteria a expansão paulista para o Sul, invasora de terras legítimas da coroa espanhola.

Lugar-tenente de Hernandarias no Paraguai era D. Antônio de Añasco a quem com toda a instância recomendou fizesse cessar o intercâmbio paulista-guaireno e protegesse os jesuítas com todas as forças.

A Espanha, às voltas com as enormes dificuldades de sua política européia, dessangrada, desorganizada e empobrecida, não estava em condições de vir em auxílio dos seus tão longínquos vassallos do Prata e do Paraguai.

Em 1610 relatava a Filipe III o vice-rei do Peru, Marquês de Montes Claros que o Guairá contava apenas 130 colonos brancos, em Ciudad Real e Vila Rica del Spiritu Santo. Xerez no sul do Mato Grosso trinta e poucos apenas. Era preferível subordinar o Guairá a Asunción pois Buenos Aires dele se achava a enorme distância.

Mas o empenho capital do Rei devia ser mandar anexa ao Paraguai “la vila de San Pablo del Brasil”, assim se dominando tão perigoso vizinho. Empresa, aliás, muito difícil, pois os paulistas resistiriam “nada es tan dificultoso de emprender como quitar um terron de tierra a la Corona de Portugal e sea de aggregalo a la de Castilla” concluía cético o Vice-Rei.

Em princípios de 1610 haviam os jesuítas encetado a colonização do atual oeste e *far west* paranaenses do Guairá e do Tibagi e esta ia de vento em

popa em singular estuo de vida. Já em setembro de 1611 o Padre Provincial Diogo de Torres relatava ao Governador do Rio da Prata, Diogo Negrón quanto prosperavam duas reduções contando quatro mil aldeados.

Ali se erguia o baluarte contra a expansão portuguesa, muito embora os inácianos enfrentassem a maior animadversão dos colonos espanhóis da região a cuja mentalidade os interesses escravistas contrariavam intransigentemente.

Continuavam as incursões paulistas. O próprio Añasco em 1611 defrontava-se com a bandeira de Pedro Vaz de Barros, de quem capturou mais de quinhentos índios recém-aprisionados.

No ano seguinte via-se a região talada por outras bandeiras que contavam com a cumplicidade de alguns caciques locais “gañados cohechados”. Denunciava Negrón a Rei a Bartolomé de Torales, tenente de Ciudad Real, que simulara perseguir recentemente a bandeira de Sebastião Preto operando na região. O cabildo de Ciudad Real prevenia ao Governador de Buenos Aires “los portugueses han llevado mas de tres mil almas a la vila de San Pablo em harto prejuizo desta ciudad”.

Os salteadores principais da zona guairenha eram então os dois irmãos Manuel e Sebastião Preto.

D. Diogo del Corral, fiscal do Conselho de índios a 17 de janeiro de 1614 não só denunciava a Filipe III as violências dos colonos espanhóis que escravizavam os índios desrespeitando formalmente as leis de Sua Majestade como as razias “de los portugueses de la vila de San Pablo del Reyno del Brasil”.

O Conselho recomendou então que se reforçasse o quanto antes a colonização jesuítica.

A 25 de maio de 1616 era Hernandarias que de Asunción ao Rei noticiava novas e contínuas correrias paulistas.

Nomeava oficiais a quem recomendara defender a todo o transe os postos avançados do domínio espanhol em Ciudad Real, Vila Rica e Jerez. “Los portugueses de San Pablo cautivan millares de nuestros índios”, advertia. Já haviam aparecido além-Paraná. Convinha que sem perda de tempo mandasse Sua Majestade assolar aquela vila de “maloqueros” cujos audacíssimos caudilhos já estavam a devassar terras do Peru. Ninguém diria que toda a América do Sul pertencia ao mesmo soberano, continuando a ser, como menos de quarenta anos antes, de dois países distintos.

O inerte Filipe III recebeu, ao mesmo tempo, do Procurador das Províncias do Rio da Prata e do Paraguai, Manuel de Frias, instante pedido de recursos bélicos, a fim de se conterem os paulistas.

Queria Frias que se instituísse a Inquisição em Buenos Aires para onde afluíam numerosos judeus portugueses “muy inteligentes en todo genero de mercadorias y negros”. Havia-os muitos em São Vicente, São Paulo e Tucumã prestando-se, como tanto era de sua raça, a maior cooperação.

Poderiam pôr em perigo a posse espanhola como amigos fervorosos dos calvinistas de França e sobretudo dos súditos rebeldes de Sua Majestade em Holanda.

A seu turno queixavam-se os paulistas dos seus vizinhos do Sul.

Contra eles argüiam que “para as suas partes” corria refugiar-se muito gentio seu, procurando abrigar-se nas aldeias dos Padres da Companhia que lhes davam indébito asilo.

A 4 de setembro de 1627 o Provincial Nicolau Duran denunciava ao Padre Francisco Crespo, Procurador-Geral da Companhia de Jesus em Madri, a presença de iminente perigo, avisado que fora pelos jesuítas de São Paulo.

Estavam-se “aperceviendo se, en San Pablo, quatro compañías de soldados, con voz publica que ivan a despoblar las reducciones de los Padres de la Compañía” ao sul do Paranapanema.

“Meu Padre, pedia súplice o provincial paraguaio, vá falar a Sua Majestade, ao Senhor Conde de Olivares, aos senhores do Conselho de Portugal, que ponham paradeiro a isto. Esta gente não teme excomunhões, não obedece a cédulas reais, não faz caso da justiça de Deus nem da dos homens! Tenho por certo de que não se porá termo a estas tiranias e crueldades enquanto não se arrasar esta vila de São Paulo”.

CAPÍTULO V

A questão servil e as bandeiras.

Providências da Coroa.

Atuação dos ouvidores.

Atitudes dos jesuítas portugueses de São Paulo.

A nova província jesuítica espanhola do Paraguai.

Progresso desta fundação.

Na documentação paulistana a cada passo surgem alusões à questão servil, questão fundamental do crescimento do Brasil até o limiar de nossos dias.

Em 1601 queria a Câmara de São Paulo obter do Governador-Geral do Brasil licença para se arranjamem “índios de paz ou guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia” havendo grande remessa de cativos para a Bahia.

“Esta terra se despoeva de peças! Fogem todos para o sertão!” reclamava o procurador de 1602. Em 1603 o juiz dos índios viu-se assistido por dois homens bons, eleitos pela Câmara, para se fazer o registro das peças, separando os escravos dos forros segundo o regimento de Sua Majestade.

Em carta interessantíssima da Câmara ao Donatário da Capitania, a 13 de janeiro de 1606, diziam os oficiais que a sua vila estava em vias de desaparecer por causa dos péssimos capitães e ouvidores, que nela serviam. No sertão viviam, sobretudo carijós, uns

200.000 índios. Era indispensável que sua mercê obtivesse a licença do monarca para o descimento deste gentio o que poderia dar mais de cem mil cruzados de lucro além dos resultados espirituais. Já as cinco vilas da Capitania podiam armar 300 brancos e mais mil e quinhentos índios aliados.

Cada vez mais se intensificava o movimento de preia. Assim se multiplicam pelos anos afora as referências a episódios do tráfico vermelho, quase sempre lacônicas, lacunosas, truncadas, referindo cenas de violência e de desrespeito às leis dos monarcas sobre a garantia de liberdade dos silvícolas.

Em princípios de abril de 1609 estava D. Francisco de Sousa prestes a regressar a São Paulo, constando que da Europa trazia elementos dos mais valiosos para a incrementação das pesquisas mineiras.

Encontraria o Brasil muito agitado.

Contrariando a política de seu antecessor Diogo Botelho (1602-1608) completamente infensa à corrente jesuítica, a proteger o escravismo dos colonos, vinha o novo Governador-Geral D. Diogo de Meneses e Siqueira, conde de Ericeira (1608-1612) inaugurar regime completamente oposto. A 30 de julho de 1609 promulgava Filipe III a famosa lei declarando todos os gentios do Brasil livres conforme o direito e seu nascimento natural, assim os já batizados como os que ainda vivessem como gentio, os quais “todos seriam tratados e havidos por pessoas livres como eram”.

Fora a lei, inspirada pelos jesuítas ao monarca, além do que esperava Ericeira.

Enorme celeuma causou o decreto em todo o Brasil e os protestos tais que o Rei se viu obrigado a revogar o seu decreto a 10 de janeiro de 1611.

O empuxo para o Sertão avultava continuamente. A 11 de dezembro de 1611 a Câmara de São Paulo declarava-se impotente para refrear o movimento.

A nova carta régia permitia hipocritamente os cativeiros feitos em guerras justificadas ou por motivos justos, limitando porém a dez anos o prazo de escravização dela decorrente!

Não tardou que em São Paulo explodisse a reação anti-jesuítica. A 12 de junho de 1612 houve concorridíssimo *meeting* congregando a população paulistana em peso para protestar contra a insistência dos padres em querer estabelecer nas cercanias da vila grandes aldeias de índios a que regessem.

Com os contínuos descimentos crescia tanto a população servil que a Câmara de 1613 declarava muito recear a irrupção de uma revolta do gentio.

Resolveu Filipe III acabar com a secessão da colônia em dois governos, ordenando que todo o Brasil obedecesse a Gaspar de Sousa.

Continuou vigente a proibição das entradas no Sertão e da comunicação com os castelhanos a ser letra morta. Vindo de 1614 a São Paulo devassar por “cousas do Sertão” o Ouvidor da Repartição do Sul Dr. Manuel Jácome Bravo, foi alvo de atentado contra a sua vida e tratou de fugir “de uma terra com fama de alevantada por causa dos homens que iam ao Sertão”, como

confessava em 1618 o Procurador do Conselho Pascoal Monteiro.

O Ouvidor sindicante seu sucessor, desembargador Antão de Mesquita de Oliveira mostrou-se em 1619 muito mais prudente: Incitou a Câmara de São Paulo a defender as prerrogativas régias não consentindo que as autoridades eclesiásticas se envolvessem em vendas de índios descidos do Sertão.

Em 1620 o Ouvidor-Geral Corregedor Dr. Amâncio Rebelo Coelho suspicazmente deixou de falar em entradas ao fazer sua correição. Apenas proveu que nenhuma pessoa induzisse índios a que servissem a outros. Isto sob pesadas multas e ameaças de degredo para o Maranhão. E penas que jamais se cumpririam...

Em princípios de 1621 exigiram os jesuítas, da Câmara de São Paulo, um documento que sobremodo lhes honra a firmeza dos princípios.

Requereu o Padre Reitor Francisco Pires uma certidão em juízo de “como os Padres da Companhia de Jesus estantes na vida de São Paulo e capitania de São Vicente jamais haviam vendido peças do gentio da terra, nem trocado nem escambado”.

Antes haviam sido sempre contra os moradores da vila e capitania, por cujo respeito tinham contra si todos os moradores da dita vila “pelo fato de se oporem à venda de tais peças por serem forras por leis de Sua Majestade e por serem estas ações contra o serviço de Deus”.

Numerosos termos de diversas espécies documentam o desrespeito contínuo às ordens majestáticas

repressoras das entradas escravistas. Tal a irreprimibilidade do movimento sertanista que a Câmara de São Paulo registrou em 1623 a existência de uma bandeira a que chefiava o próprio patrono oficial dos autóctones Fernão Dias, o próprio procurador dos índios. À testa de muita gente branca e vermelha pretendia internar-se à busca do “remédio do Sertão”, eufemismo caracterizador das expedições de preia.

Afixara-se então quartel contra estes revéis estatuinto que eles deveriam pagar duzentos cruzados de multa – taxa para o tempo enorme, arrasadora” – como quebrantadores da lei de Sua Majestade. “Ficarão criminosos e não poderão menistrar carguo na republica”, advertia o escrivão municipal.

Neste ínterim, porém, surgiram duas decisões do Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado provocadoras do maior alvoroço e animação entre os sertanizadores e idêntico desalento entre os jesuítas.

A primeira anulava todas as multas e penas cominadas a quem houvesse tomado terras e devesse serviços a índios.

Pela segunda permitia o brevemente prisioneiro dos holandeses o descimento de índios sob a forma de administradores ficando a Câmara de São Paulo encarregada de fiscalizar o movimento das entradas. Quem porém vendesse índios como escravos seria passível de pena de morte! Caso do clássico *risum teneatis*.

Declarava o Governador-Geral haver muita falta de gentio na capitania de São Vicente pelas muitas

mortes sendo os índios indispensáveis ao serviço de Sua Majestade no acrescentamento da terra e trabalho das minas.

Com estas provisões pretendia Diogo de Mendonça obter índios do Sul para repovoar as aldeias da Bahia com gente preste nas ocasiões que se oferecessem do real serviço.

À promulgação destas provisões acompanhou a maior sensação em São Paulo.

Numa assembléia popular de 13 de abril de 1624 o escrivão municipal apregou, sob vivas aclamações, a anistia concedida por Furtado. Houve porém rigorosos protestos contra a exigência da quintagem dos índios descidos, percentagem que o Governador exigia para o serviço de Sua Majestade, sob a forma de remessa de gentio de São Vicente para o Norte.

Resolveu a Câmara sobrestar a execução da segunda parte do decreto até que o Senhor Governador ficasse perfeitamente informado daquilo que “mais era serviço de Deus Nosso Senhor e de Sua Majestade”.

A tomada da cidade do Salvador pelos batavos a 10 de maio de 1624 veio anular as pretensões de Mendonça Furtado.

Trouxe este fato grande desassossego em São Paulo receando-se algum assalto ao litoral por parte dos neerlandeses no gênero do de 1615 em São Vicente e Santos tão vigorosamente rebatido por Sebastião Preto. E ao mesmo tempo algum levante geral dos índios “administrados”.

Vários rebates levaram a Santos troços armados de paulistas. Mostrava-se o Capitão-Mor Álvaro Luís do Vale sobremaneira alarmado a pedir gente, armas e pólvora. E a Câmara em insolentíssima carta escreveu-lhe certa vez que al tinha munição para os duzentos e cinqüenta arcabuzes existentes em sua vila.

Restaurada a Bahia recomeçou o regime dos falsos protestos municipais contra os que armavam expedições ao Sertão, “visto estarmos em caso de guerra”.

A guerra desmantela a economia baiana e a Câmara da cidade do Salvador pedia ao Rei que lhe permitisse repovoar os engenhos do Recôncavo por meio dos índios do Sul.

Preparavam-se grandes acontecimentos. Usando sempre de dissimulação do acordo existente entre todos os habitantes de São Paulo no tocante à questão do “remédio do Sertão” a Câmara na sessão de 2 de outubro de 1627 resolveu levar ao conhecimento do Locotenente do Donatário grave circunstância. Avançavam os espanhóis de Vila Rica, cada vez mais, pelas áreas do domínio da Coroa de Portugal “descendo todo o gentio que estava nesta coroa para seus repartimentos e serviços de que resultava à capitania grande dano”.

A tal situação era preciso, e quanto antes, por cobro.

Resolveu a Câmara ao mesmo tempo levar tão graves fatos ao conhecimento do Governador-Geral do Brasil.

Os jesuítas portugueses do Colégio de São Paulo poucos eram e sua ação fraca foi desde os últimos anos quinhentistas, ineficiente para a repressão das entradas.

Se haviam forçado João Ramalho e os seus a incorporar-se ao núcleo piratiningano, dentro em pouco viram-se submersos pela afirmação da individualidade nova e vigorosa da sub-raça euro-americana oriunda do patriarca de Vouzela, seu velho adversário e os seus companheiros, primeiros povoadores do planalto.

Lutaram desesperadamente recorrendo ao seu prestígio europeu junto aos tronos católico e de São Pedro mas na longínqua e bárbara América Meridional cartas régias e excomunhões pouco se faziam obedecidas e acatadas.

A ação inaciana de tenaz opositora ao apresamento dos índios não assumiu o vulto e a eficiência atingidos no Maranhão e no Grão-Pará.

O que não conseguiu fazer entre os portugueses de Piratininga realizou entre os espanhóis do Paraguai, do Guairá, da Mesopotâmia platina e mais tarde nos Povos das Missões onde a sua obra conseguiu a magnífica florescência setecentista, causa primeira e pretexto da perseguição pombalina.

Tiveram os jesuítas mais dificuldades em estabelecer-se na América Meridional espanhola do que na portuguesa.

Apareceram em Lima em 1572, vinte e três anos depois do seu desembarque na Bahia.

Para o fim do século fundaram a Província do Paraguai, cobrindo dilatadíssima área hoje brasileira, paraguaia, argentina e boliviana.

Em Asunción entraram em 1588. Na nova província brevemente cooperariam espanhóis, portugueses, irlandeses, italianos, flamengos, alemães.

A princípio muito poucos. Só em 1607 encetaram a grande obra da colonização que César Cantu declarou a página mais bela da sua história, constituindo um dos principais motivos para a supressão da Companhia.

Na Mesopotâmia argentina encetaram-se as fundações em 1609. Cresceram notavelmente sob a instigação do proto-mártir das missões guaraníticas, Roque Gonzalez de Santa Cruz, hoje beatificado.

Em 1628 quando com dois irmãos de roupeta os índios o trucidaram possuía a Companhia grande número de *pueblos* e muitos milhares de catecúmenos.

A catequese já cobria o Tape, coração do território atual do Rio Grande do Sul, até aquele momento inacessível aos espanhóis.

O grande surto colonizador inaciano principiou em 1610 com a fundação, nesse ano, pelos padres Cataldino e Mazzeta, da grande aldeia de Loreto, na confluência do Pirapó e do Paranapanema. Pouco depois criava-se novo núcleo, o de Santo Inácio, à margem do Pirapó.

Formidável incremento tomou a obra sobretudo depois que à missão veio presidir o famoso evangelizador e filólogo Antônio Ruiz de Montova, apóstolo do Guairá. Entre 1622 e 1628 surgiram onze novos

pueblos. Cinquenta mil índios se agruparam então em torno dos filhos de Santo Inácio, cuja vida corria áspera e cheia de sacrifícios e privações.

Grandes inimigos contava a obra: a oposição ferrenha dos espanhóis da região, sobretudo dos encomenderos de milhares de índios e a ameaça das algaras dos paulistas.

Já em 1610 escrevia o Padre Diogo Gonzalez ao provincial Padre Diego de Torres pedindo-lhe que alertasse o Geral da Companhia de Jesus sobre o perigo das incursões dos paulistas.

Segundo Ruy Diaz de Guzman viviam então no Guairá trezentos mil índios entre o Tibaxiva e o Paraná. E Lozano, outro cronista de renome, afirma que só em Loreto e Santo Inácio Mirim chegaram a concentrar-se cinco mil famílias guaranis. Estes números parecem, contudo, exagerados.

Iminente, porém, se delineava a irrupção do movimento que iria desfazer a grande obra da Companhia de Jesus em terras guairenses.⁽¹⁾

NOTA

(1) A documentação relativa a estes cinco primeiros capítulos encontra-se no tomo primeiro da *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

CAPÍTULO VI

D. Luís de Céspedes Xeri'a e sua estada em São Paulo. Sua permanência no Guairá.

Em 1628, a 1º de abril, o Ouvidor-Geral da Repartição do Sul, Dr. Luís Nogueira de Brito, procedia em São Paulo à sua longa correição apontando interminável série de medidas a serem executadas. Mas sobre índios e entradas no sertão não tugiou nem mugiu. E a Câmara, a 17 de junho, apregoou novo quartel “com as penas da lei para que ninguém fosse ao sertão”.

A 8 de julho seguinte mostrava-se muito espantada ao declarar saber da próxima passagem, por sua vila, do novo Governador do Paraguai em direção às terras do seu governo. Era o caminho terrestre formalmente defeso. Onde ficavam, pois, as ordens terminantes de Sua Majestade sobre o trancamento de tal via?

Era este alto personagem D. Luís de Céspedes Xeri'a, fidalgo militar que já servira no Chile. Nomeado Capitão-General do Paraguai em 1625, só em fins de maio conseguira chegar à Bahia e, em virtude da insegurança dos mares, ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1628. Lá arranjara rico casamento, desposando D. Vitória de Sá, sobrinha do Governador fluminense Martim de Sá.

Foi este quem provavelmente o induziu a viagem por São Paulo e deu-lhe permissão para a longa jornada fluvial que devia perلustrar.

A 18 de julho de 1628 entrou em Santos onde exigiu do Ouvidor da Capitania, Amador Bueno, o futuro *Aclamado*, o apregoamento de edital proibindo te5rminantemente qualquer entrada de português em terras de sua jurisdição sob pena de 500 ducados de arrasadora multa.

Nos primeiros dias de julho apareceu em São Paulo onde, como escreveu a Filipe IV, foi alvo de excelente acolhimento. Contou, então, ingratamente, ao Rei, horrores dos paulistas, gente que praticava “las mayores crueldades, trayciones y vellaquerias” que nenhum vassalo da coroa católica faria e jamais fizera.

“Vienen al pueblo los dias de fiesta y eso armados con escopetas, rrodelas y pistolas, publicamente consientelo las justicias. Por que no já non mas que en la aparencia y son como las demas muertes, cuchilladas y otras insolencias matando-se y aguardando se en los camiños todos los dias sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el dia de oy ni tal se save”.

A 8 de julho precisou D. Luís exhibir à Câmara de São Paulo a ordem que trazia “para passar por este caminho sendo proibido”.

A 16 deixava São Paulo rumo a um porto do baixo Tietê.

Ali mandou fazer grandes batelões, desceu o rio durante 16 dias, navegou no Paraná e Paranapanema até

Loreto onde chegou a 8 de setembro. Afinal empossou-se do seu governo em Ciudad Real.

A 8 de novembro de 1628 mandava extenso relatório a Filipe IV, em que denunciava “las mayores lastimas del Guairá”.

Castigasse Sua Majestade exemplarmente seus péssimos vassallos paulistas, traficantes de escravos que vendiam não só em todo o Estado do Brasil como até em Lisboa!

“Assi me lo dixerón ellos mismos”, afirmava, acrescentando que com a maior arrogância lhe haviam anunciado a próxima partida de grande expedição de novecentos brancos e três mil tupis destinada a arrasar as reduções jesuíticas do Sul do Paranapanema.

A este relatório acostou um “boron”, mapa descritivo de sua jornada, que constitui a mais velha carta de penetração até hoje divulgada da hinterlândia brasileira. Tivemos o feliz ensejo de a publicar em 1920 e daí para cá anda muito reproduzida.

As atitudes de Céspedes tornaram-se muito suspeitas aos jesuítas, sobretudo. Acusaram-no formalmente de ter agido com refalsada hipocrisia. Mancomunara-se com os paulistas a quem incitara a atacar as reduções tendo em vista fins utilitários provenientes de largo quinhão dos escravos a serem tomados a fim de os encaminhar aos engenhos próprios e aos de seus parentes no Rio de Janeiro. Não antecipemos, porém.

A 23 de outubro visitou Céspedes Vila Rica proibindo expressamente, sob o gravame de crime de

alta traição, podendo provocar até a pena de morte, a quem quer que fosse, a venda a qualquer “índio, frayle o clerigo de arcabuz ni polvora ni salitre ni outro ynstrumento com que haga polvora”, decisão que provocou entusiasmo entre os encomenderos vilariquenhos.

Por toda parte mostrou-se Céspedes dedicado aos interesses dos colonos espanhóis e adverso aos inacianos e à sua catequese.

Dirigindo-se aos índios a quem convocara procurou incutir-lhes a mais completa submissão aos seus encomenderos. Fizera o Procurador de Ciudad Real acerbas increpações aos jesuítas cujas redução se haviam – afirmava – convertido em valhacouto de escravos tupis fugidos ao cativoiro dos paulistas, provocando-se assim o legítimo desforço dos senhores de tais escravos.

Despachou Céspedes contemporaneamente uma petição deste Procurador permitindo que os encomenderos cativassem os seus canhemoras, decisão que causou a maior satisfação entre os colonos espanhóis.

Aos jesuítas proibiu, ao mesmo tempo, o transporte de índios de uma margem para outra do Paraná e a transferência de uma aldeia para outra sob o pretexto do trabalho em ervais ou minas.

Os colonos, *uma você*, acumularam denúncias contra os inacianos quer particular, quer corporativamente. O Cabildo de Vila Rica a 8 de novembro de 1628 representou ao Rei exaltando o procedimento e o critério do novo Governador que Sua Majestade enviara

ao Paraguai. O de Santiago de Xerez pouco depois se afinava pelo mesmo tom pedindo ao monarca que dilatasse o prazo governamental do seu alto e excelente representante imediato.

Enviou Céspedes um delegado especial, Filipe Romero, a inspecionar as grandes reduções de Loreto e Santo Inácio, convidando aos padres a expulsar os índios refugiados de procedência paulista.

Assim se impediria a infalível represália dos de São Paulo. Melhor até seria a aplicação de drástica medida: enforcar os fujões e aqueles, dentre os aldeados, que os acoutassem. Só assim ficariam as aldeias indenes da inevitável agressão paulista. E Deus e El-Rei bem servidos.

Em princípios de 1629 escrevia Céspedes a Filipe IV contando-lhe que passara duas vezes em Vila Rica, em grandes dares e tomares com os jesuítas. Já então atravessara o Paranapanema o exército paulista que marchava sobre as reduções. Em princípios de fevereiro deixava Céspedes o Guairá rumo de Asunción, onde chegou a 10 de abril recebendo a mais festiva acolhida. Dali despachou novos relatórios ao Rei cheios de invectivas e queixas dos jesuítas.

Para a capital paraguaia navegava sua esposa D. Vitória de Sá, vinda do Rio de Janeiro numa viagem de pavorosos riscos e desconforto, pelos rios, e numa esquadilha a que comandava André Fernandes, o grande sertanista fundador de Parnaíba. Era a primeira dama brasileira de alta hierarquia que se abalançava a tal jornada, esta ilustre senhora da família dos Sás.

CAPÍTULO VII

Destruição das grandes reduções jesuíticas do Guairá.

Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares.

Protestos castelhanos e jesuíticos veementes.

Expulsão dos espanhóis do território oriental do Paraguai.

Em 1629 ocorreu um dos mais notáveis episódios da história do bandeirantismo, a destruição das grades reduções do Guairá pela coluna paulista, pequeno corpo de exército a que chefiavam dois homens férreos: o velho Manuel Preto e o jovem Antônio Raposo Tavares.

Durante longo lapso os cronistas e historiadores, de mais de dois e meio séculos, não souberam individualizar a personalidade do segundo dos dois grandes cabos de tropa pelo fato de que no século XVII nada menos de cinco Antônio Raposos viveram em terras de São Paulo com maior e menor destaque.

Assim as ações de uns viriam atribuídas a outros. Coube a Washington Luís, em 1905, separar as confusões destas biografias emaranhadas.

Antônio Raposo Tavares, o magno bandeirante, quiçá o maior sertanista das bandeiras do Brasil, nasceu em Beja em 1598. Veio para São Paulo muito moço ainda, com seu pai, Fernão Vieira Tavares, Capitão-mor de São Vicente, em 1622. Casou-se em São Paulo em

1625, talvez, com Beatriz Bicudo, de quem teve três filhos.

Foi o lugar-tenente de Manuel Preto e certamente a alma da expedição que talvez haja deixado São Paulo em agosto de 1628, rumo ao Sul. Desconhece-se o itinerário da bandeira. Mais provável é que haja seguido o caminho primitivo, a via indígena chamada Piabiú pelos índios e *caminho de São Tomé* pelos jesuítas, vereda que, em duzentas léguas, no rumo do sudoeste, ligava São Vicente e São Paulo à margem do Paraná, cortando o Paranapanema, o Tibagi, o Ivaí e o Pequiri.

Na mesma ocasião operava no vale da Ribeira outra bandeira, muito menos importante, a de Mateus Luís Grou, que Alfredo Ellis supõe ter sido conjugada à de Raposo Tavares, o que é hipotético.

Em princípios de 1629 assaltaram os paulistas de Preto e Tavares as primeiras reduções guairenhas.

Num relatório de dois jesuítas ilustres, os Padres Justo Mansilla van Surck e Simão Mazzeta, a *Relación de los agravios*, há vultosa pormenorização sobre tal agressão.

Contam os dois inacianos que as correrias paulistas na região já vinham do século XVI e que à expedição de 1628 a vila inteira de São Paulo se associara. “Fuera de los viejos que por su viejez no podian yr apenas quedaran 25 hombres en San Pablo que pudiesen tomar armas”. Dos seis edis da vila vinham os dois juízes, dois dos três vereadores e o procurador do Conselho! Eram 900 os brancos armados de escopetas,

espadas, escudos, machadinhas e gibões, dispendo de muita munição.

Acompanhavam-nos 2.200 índios seus antigos cativos. E esta tropa se dividia em quatro companhias com capitães e oficiais próprios.

Fato pitoresco, “las bandeiras que levavam no tenian las armas d’El Rey nuestro señor”.

O Generalíssimo, afirmavam os dois jesuítas, era Manuel Preto, “autor de todas estas malocas”.

Antônio Raposo Tavares comandava a primeira companhia da coluna.

A 8 de setembro atravessaram os bandeirantes o Tibagi. Sua vanguarda comandada por Antônio Pedroso (provavelmente de Alvarenga) não tardou em aprisionar índios da aldeia de Encarnación. O superior do pueblo, Padre Antônio Ruiz, pediu-lhe a soltura dos seus catecúmenos. Recusou-a o paulista, motivo pelo qual apresentaram-se em face da estacada de Pedroso os padres Cristóvão de Mendoza e José Domenech, à testa de 1.200 índios. Depois de uma escaramuça em que o Padre Mendoza fora ferido, houvera ajuste com os invasores. Restituíra Manuel Preto os aprisionados prometendo não atacar as reduções e só cativar índios bravios.

Durante quatro meses estiveram os paulistas ocupados em caçar tais índios que não pertenciam às aldeias dos loiolistas.

Mas a 30 de janeiro de 1629 ordenava Raposo Tavares ataque à redução de Santo Antônio, onde Simão Álvares fizera grande número de prisioneiros; apesar

dos protestos do Padre Pedro de Mola, superior da aldeia. “llevaron todo a sangre y fuego hiriendo, matando y robando sin perdonar à los que se acogian al sagrado de la Iglesia profanandola sacrilegamente”, escreve Jarque em seu raríssimo *Insignes misioneros*.

Por um triz não foi então o Padre Mola assassinado.

A 23 de março Antônio Bicudo de Mendonça ocupava a aldeia de São Miguel de Ibituruna que encontrou deserta. Isto lhe causou enorme cólera, que o levou a emitir “espumajos por la boca”.

Três dias antes outra coluna da tropa de Preto, comandada por Manuel Mourato, apossara-se de Jesus Maria fazendo enorme cópia de cativos. Só homens válidos, mais de 1.500.

Duas outras colunas, as que comandavam Pedro Vaz de Barros e Brás Leme, estas foram contemporaneamente muito infelizes “volviendo sin gente y con mucha perdida y muerta de los suyos”.

A área hoje paranaense onde se haviam fundado as treze reduções era muito dilatada.

Preferiram os chefes bandeirantes voltar a São Paulo com a avultada presa feita. É provável que por volta de maio de 1629 estivessem em sua vila.

Apenas chegado partira Manuel Preto novamente em campanha, agora para Santa Catarina.

“Gran fomentador auctor y cabeza de todas estas entradas y malocas” proclamava que a sua grande aspiração era morrer no decurso de suas correrias. Assim partira com numerosíssimos brancos, mamelucos

e tupis sob o pretexto de povoar a Ilha de Santa Catarina. Até levava capelão nesta nova entrada.

Em agosto e setembro recolhiam a povoado os últimos destacamentos da grande bandeira de 1628.

Jamais se vira tão avultada presa.

A esta coluna de cativos haviam acompanhado, com a maior solícitude, os padres Mansilla e Mazzeta.

Em carta de 13 de dezembro de 1629 contava Mazzeta que os prisioneiros seriam uns oito ou nove mil e que a marcha de além-Paranapanema, de Jesus Maria a São Paulo, durara 47 dias.

Durante esta caminhada morreram numerosíssimos prisioneiros, afirmam vários documentos jesuítas. Chegam alguns a declarar que apenas uns 1.500 entraram em São Paulo, devendo haver aí grande exageração. Dizem vários depoimentos que os brancos eram menos cruéis do que os seus tupis. Foram Mansilla e Mazzeta acolhidos fraternamente por seus confrades do Colégio de São Paulo, cuja situação era, aliás, a mais precária, sujeitos de um momento para outro a serem expulsos da vila como quase se dera em 1612.

Relatando ao seu Provincial estes acontecimentos sinistros diziam-lhe Mansilla e Mazzeta que nem os holandeses hereges apossadores da Bahia haviam sido tão brutais quanto os católicos vassallos de Sua Majestade em São Paulo

Tão selváticos não se haviam mostrado para com os sacerdotes! Entre os invasores do Guairá abundavam hereges e judeus. Muitos tão ímpios se alardeavam que traziam nas solas dos sapatos imagens de Nosso Senhor,

São João e Santo Inácio. Tinham os bandeirantes o apoio de toda a gente de São Paulo a começar pelo de suas autoridades, até mesmo das eclesiásticas. Eram todos cúmplices naquela faina de desobediência formal, de violação das leis de Sua Majestade.

Não havia gente mais desalmada do que aquela de São Paulo, pior do que os piratas rocheleses ou os corsários argelinos. Iam escravizar índios que viviam em terras da coroa de Espanha. Os próprios oficiais d'El-Rei recebiam o quinto das levas de escravos. Viam-se clérigos seculares e regulares servir de capelães das jornadas escravistas. Recebiam presentes de índios e compravam peças. Agora na nova bandeira de Manuel Preto o capelão era um carmelita!

Já no século XVI haviam sido destruídas trezentas aldeias e exterminados duzentos mil índios. às cabeceiras do Marañon e às do São Francisco haviam os terríveis mamelucos atingido.

Gastavam “su vida de latrocínicos en vida tan infame y indigna de cristianos”. Muitos passavam cinco, dez, dezoito anos na selva “haziendo vida de brutos sin acordarse de sus casos y de sus mujeres legítimas”.

Em 1928 o padre Luís Ernot denunciava como principais *maloqueros* Antônio Raposo Tavares, Frederico de Melo Coutinho e seu irmão Manuel, Manuel Pires, sogro de Raposo, João Pires, Antônio Pedroso (de Alvarenga, provavelmente), Antônio Álvares, Álvaro Neto, Dom Francisco Rendon, este último castelhano, aliás.

O Provincial do Brasil, Padre Antônio de Matos, resolveu levar os dois confrades ao Rio de Janeiro e de lá à Bahia, à presença do Governador-Geral Diogo Luís de Oliveira.

A 2 de outubro de 1629 escrevia Mansilla ao Geral da Companhia de Jesus. Terrível objurgatória traçou contra os moradores da vila “de San Pablo gente desalmada y alevantada que no haze caso ni de las leyes del Rey ni de Dios”.

“Toda su vida dellos desde que salen de la escuela hasta su vejez, no es sino yr y venir y traer y vender indios. Y en toda la vila no habrá mas de uno o dos que no vayan a captivar indios”.

Ouvindo a denúncia dos dois jesuítas do Guairá ordenou o Governador-Geral do Brasil que o escrivão da real fazenda no Rio de Janeiro partisse logo para a Capitania de São Vicente a sindicá-la da denúncia recebida, devassando de todas as pessoas compartícipes da entrada de 1628. Fossem presos, e levados à Bahia e tivessem os bens confiscados. Se acaso fugissem poderia a revelia condená-los à morte, como alevantados rebeldes e réus de lesa-majestade.

Aos índios do Guairá mandasse imediatamente pôr em liberdade.

Mazzeta sentia-se desanimado, tanto mais quanto percebia que o próprio Diogo Luís de Oliveira não acreditava na eficiência das medidas por ele decretadas. “Nos dije que se holgaria de yr en persona a San Pablo para el remedio”, embora não soubesse se lá poderia fazer alguma coisa de prático.

A 27 de dezembro de 1629 deixavam os dois missionários a Bahia de volta ao Sul. E à partida pontuara incidente dos mais desanimadores: aparecera na cidade d'O Salvador Manuel de Melo, irmão de Fradique de Melo Coutinho. Ao próprio Governador-Geral fizera então presente de dois índios, escravos do Guairá! E quando Mazzeta fora pedir a este que mandasse prender o escravista, exaltara-se Diogo Luís a exclamar perante numerosos circunstantes que de todo não o faria.

No Espírito Santo, terra dos irmãos Melo, havia muitos escravos guairenhos por eles para lá recém-transportados. Em Vitória quis Mazzeta vê-los o que motivou cenas violentas.

Meses e meses ficaram os dois jesuítas no Rio de Janeiro. Mansilla escrevia aos seus superiores que o Governador-Geral estava mancomunado com os apreadores. Era preciso que do Paraguai fosse um procurador, especial, expor ao próprio Rei o estado das coisas do Brasil.

Afinal em maio de 1630 partiram os dois confrades para São Paulo levando em sua companhia o escrivão da Real Fazenda no Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros.

A notícia da chegada deste sindicante determinou grande indignação em São Paulo. Quando Barros e os dois padres surgiram na vila, violentas manifestações ocorreram. Foram os jesuítas proibidos de se avistar com os seus confrades do Colégio e detidos em casa de um particular. Viu-se Barros ameaçado de morte

diversos dias seguidos e espavorido partiu para o Rio de Janeiro com seu meirinho e escolta de galfarros.

Mansilla e Mazzeta pouco depois soltos permaneceram inutilmente em São Paulo entre os seus confrades.

Em julho de 1630 escrevia Mazzeta ao Procurador da Província de Portugal noticiando a partida de novas expedições de preia, uma das quais chefiada por um tal Francisco, tupi, escravo do vigário João Álvares! e homem de negócios de seu amo. *Talis sacerdos, talis populus!* exclamava. Ao mesmo tempo noticiava a morte de Manuel Preto em combate. “Plaga no haya yr poblar el Infierno!” comentava.

Vendo que nada conseguiam, resolveram os dois missionários ir ao encontro de Montoya.

E assim fizeram, avisando-se com o ilustre superior em Loreto. Ali preparava o êxodo geral dos seus catecúmenos para alguma região longínqua do Sul, onde pudessem abrigar-se da investida paulista, que já ameaçava o baixo Paranapanema.

Assim se malograra o esforço dos corajosos missionários em sua missão junto à suprema autoridade do Brasil.

Os acontecimentos do Guairá causaram a mais profunda impressão entre os hispano-americanos, muito embora grande número de colonos rejubilasse com o choque sofrido pela Companhia de Jesus, a que detestavam por obedecerem à mesma mentalidade dos luso-brasileiros. Apegados à instituição servil, a sua preservação antepunham a quaisquer ditames de ordem

nacional ou religiosa ou a quaisquer instigações de consciência. O Conde de Chinchon, vice-rei do Peru aconselhou ao Rei que, com a maior severidade, se vedasse qualquer comunicação entre Buenos Aires e o Brasil.

O Governador da diocese paraguaia, Mateus de Espiñosa, endereçou à Coroa violento memorial acusando D. Luís de Céspedes de ser o autor intelectual do assolamento do Guairá, como legítimo cúmplice e instigador dos paulistas.

Hernandarias de Saavedra também escreveu ao monarca pedindo as mais enérgicas providências. Iria em pessoa ao Guairá sindicar dos fatos, não fosse sua idade muito avançada e os achaques da enfermidade de que padecia.

E terminando fez fortíssima carga a Céspedes Xeri'a. D. Francisco de Céspedes, Governador de Buenos Aires, este pediu a Filipe IV que arrasasse São Paulo obrigando os paulistas a se dispersar.

Mandou o monarca que opinasse o Conselho das Índias. A este apresentou o Padre Francisco Crespo, Procurador-Geral das Províncias Jesuíticas das Índias Ocidentais, extenso memorial de queixas reforçando a "delenda Carthago" do Governador de Buenos Aires. Prática só havia tal medida realmente. "El dicho lugar de San Pablo es poblado de los malhechores de todo el Brasil: muchos dellos son cristianos nuevos" desrespeitadores contumazes das duas majestades: a divina e a humana.

De um momento para outro aliar-se-iam aos holandeses invasores de Pernambuco e assaltariam o Peru fazendo estancar uma das maiores fontes de riqueza da coroa espanhola.

Enquanto tardonhamente se agitavam as autoridades castelhanas, continuavam as correrias paulistas no Guairá; em 1631 reaparecia Antônio Raposo Tavares em campanha.

Teve Céspedes Xeri'a de mandar ao encontro dos invasores uma força comandada pelo Mestre de campo Riquelme de Guzman que resolveu estabelecer um posto fortificado junto à foz do Itupá na zona ameaçada. Mas foi este fortim abandonado por seu comandante, o capitão Benitez, ante a pressão de diversas bandeiras, entre as quais a de Cristóvão Diniz um dos fundadores de Itu.

A 25 de novembro de 1631 acampava Guzman perto do Salto das Sete Quedas preparando-se para socorrer Vila Rica del Spiritu Santo que os paulistas pretendiam destruir, empenhados como pareciam em enxotar todos os castelhanos além Paraná.

Certo de que a situação no Guairá era insustentável apressara Montoya o êxodo geral de seus índios de Loreto e Santo Inácio, únicas reduções que ainda subsistiam das treze recentemente florescentes.

E o fez embarcando os seus gentios, nada menos de doze milhares de guaranis, em setecentas jangadas e canoas.

As onze aldeias destruídas contavam, ao seu dizer, para cima de 33.000 habitantes.

Além dos perigos da navegação fluvial recebiam os jesuítas que os espanhóis de Cuidad Real assaltassem os retirantes. E não o fizeram, aliás, por temerem o conflito armado com que os ameaçou o ilustre inacino peruano, em desespero de causa.

Terríveis calamidades trouxe aos fugitivos a transposição do Salto das Sete Quedas. Foi preciso abandonar as embarcações, fazendo-se a retirada a pé por 25 léguas até um ponto onde o rio novamente dava navegação franca e onde os pobres exilados embarcaram em canoas feitas às pressas e balsas de taquaruçu. Destes barcos frágeis muitos soçobraram. Muita gente pereceu na terrível marcha, extraviada na floresta, morta de moléstia ou à garras dos tigres.

Afinal chegou o socorro dos jesuítas do Sul, a quem vinha prestando o maior auxílio o mestre de campo português Cabral, morador de Corrientes.

Por mal de calamidades assaltou uma epidemia aquela turba desnutrida e tão provada, vitimando numerosíssimas pessoas. Afinal pôde Montoya localizar os escapos a tanta miséria às margens do Iabebiri, na Mesopotâmia parano-uruguaia.

Comentando estes sucessos catastróficos, escreve com as habituais imparcialidades e retidão: “tantas calamidades teriam desanimado homens estimulados por motivos mais baixos que o zelo religioso. Continuaram os jesuítas os seus esforços com o mesmo ardor”.

Não tardou que os encomenderos espanhóis da região guarenha percebessem quando a arrancada paulista os ameaçava agora, mau grado a simpatia de

origem escravista com a qual haviam acompanhado a destruição da obra jesuítica.

Já em princípios de 1631 fazia a pressão paulista significar aos castelhanos que queria a evacuação de seu território a antiga conquista de Melgarejo.

Em meados daquele milésimo a situação de Ciudad Real e Vila Rica muito crítica era. Partiu o bispo do Paraguai D. Frei Cristóvão de Aresti para a região ameaçada e o cabildo de Asunción, em sessão de 20 de outubro de 1631, resolveu fazer seguir quanto antes, para a zona conflagrada, uma expedição de socorro, comandada pelo mestre de campo Francisco Spinola. Já nesta ocasião fora D. Luís de Céspedes deposto do governo.

A 26 de agosto de 1632 aparecia o Prelado em Vila Rica após a mais penosa viagem, tendo a pior impressão da situação dos 4.500 espanhóis e índios seus encomendados a quem bloqueavam os paulistas. “Está la villa muy apretada y atrincheirada por tenerla cercada los portuguesas de San Plano”, escrevia para Asunción. Reinava fome em Vila Rica pois das “chacaras y bastimentos” dos moradores estavam os paulistas senhores.

Por duas vezes pareceu que os sitiados queriam precipitar os acontecimentos terminando o bloqueio por um assalto geral, Viu-se então o Prelado apresentar-se nas primeiras filas dos sitiados “acaudillando a toda la gente e animandola”, tanto aos espanhóis como aos índios. A seu lado formavam o seu secretário armado de escopeta e mais quatro clérigos “con sus alfanjes”.

Verificou o bispo a inutilidade da resistência e assim chefiou o êxodo geral dos sitiados para além-Paraná, retirada em que se portou heroicamente. A 20 de outubro estavam os retirantes já à margem direita do Paraná fugindo “aos pérfidos salteadores que já haviam escravizado mais de cem mil (sic) súditos da coroa de Castela”.

Muita gente perecera naquela marcha de centenas de quilômetros.

Os fastos desta campanha ainda se acham muito mal documentados, ignorando-se os seus pormenores. Nem se conhece quem haja sido o chefe do exército paulista vitorioso. Supomos fosse Raposo Tavares.

Espavoridos com o que sucedera aos seus vizinhos longínquos de Vila Rica deram-se pressa os habitantes da Ciudad Real em abandonar a sua povoação.

Dentro em pouco não haveria um único branco mais situado na grande área limitada pelo Parapanema, Tibagi, Paraná e Iguazu.

Dos espanhóis guaireños diversos resolveram vir residir entre os paulistas como se sabe de alguns e entre eles o vigário de Vila Rica, Juan d’Ocampo y Medina, que acabou assassinado em Parnaíba, vila da qual era o vigário.

CAPÍTULO VIII

A deposição de D. Luís de Céspedes e seu processo de residência.

Providências régias de repressão às bandeiras.

Motivaram estes fatos a deposição de D. Luís de Céspedes e a abertura de um processo de residência contra ele instaurado e processo do qual resultou a sua condenação a quatro mil pesos de multa e à inabilitação para qualquer cargo por seis anos. Penas impostas pela Real Audiência de Charcas, “castigo menor que suas atrozidades, perpetradas em prejuízos de inúmeras almas” – comenta Lozano em sua *História de la Conquista* – “como traidor a seu Rei e a sua Pátria”.

Os depoimentos das numerosas testemunhas arroladas fazem-lhe furibundas acusações, sobretudo os dos jesuítas. Relembrou as suas relações de parentesco com os Sás do Rio de Janeiro, sua viagem ilegal a São Paulo, a descida dos rios para Guairá acompanhado de paulistas e, entre outros, de um pretense capelão, irmão “del mayor cossario y mas cruel y desalmado que nunca a entrado en el Serton”.

Durante os assaltos de 1629 às reduções não só nada fizera para defender os súditos de Sua Majestade Católica como destragara com a maior violência os jesuítas solicitantes de sua intervenção “que se reti-

rassem los padres y que deixasen los diablos llevar a los índios”.

Perverso e larápio escravizara mais de sessenta índios livres do Paraguai despachando-os para o Rio de Janeiro.

Sua mulher viera ter a Asunción numa monção guiada por André Fernandes “famoso corsário, grande matador y desolador de índios”.

Pouco depois via-se no Paraguai o mais tarde tão famoso Salvador Correia de Sá e Benevides, primo de D. Vitória.

Gabava-se Céspedes de que conseguiria colocar em seus engenhos do Rio de Janeiro mais de dois mil escravos guaranis.

O Padre Mazzeta afirmou ter visto no Rio dezoito índios de Vila Rica. Declarara D. Vitória que não os deixaria voltar ao Guairá porque pertenciam a seu marido.

O padre Ernot sustentou que reinava entre Céspedes e os paulistas a maior amizade, nascida da comunhão de interesses.

Aliás este modo de sentir era o da enorme maioria dos espanhóis do Paraguai. “Es gente que no trata sino de robar como los portugueses y entre ellos ay muchos portugueses venidos de San Pablo”.

Céspedes, aliás, explorava os ervais, onde fazia reinar a mais feroz inclemência para com os pobres índios. Os fugitivos daquele inferno pareciam “retablos de la muerte”. E a erva mate que ali se produzia era a pior possível.

Antes da chegada de Céspedes – fato da maior significação! – nunca haviam as bandeiras dos paulistas atacado os catecúmenos da Companhia.

O Padre Mansila apresentou uma lista de cerca de oitenta bandeirantes sequazes de Raposo Tavares, qualificado como principal maloqueiro. Alegara ele diversas vezes ter entendimentos os mais amistosos com o Capitão-General paraguaio.

Montoya acusou Raposo de ser judeu. A Antônio Pedroso e D. Francisco Rendon de Quevedo, de haverem alegado estarem em campanha por ordem “del Rey que tenia en el Brasil”. E isto o levava a ele Montoya nesta ocasião a chamá-los de traidores prorrompendo em altas vozes: “sean me todos testugis de que lo dicen estes hombres que tienen Rey en el Brasil!”

Afirmou ainda o autor da *Conquista Espiritual* ter ouvido dizer que os paulistas pretendiam trazer de Holanda D. Antônio, filho do Prior do Crato para o aclamarem seu soberano.

Não fora a oposição dos paulistas e o próprio Céspedes se teria posto à testa da grande bandeira de 1628 em sua ânsia de arrebanhar escravos para os seus engenhos do Rio de Janeiro e os de seus parentes.

Mentira escandalosamente exagerando as forças dos invasores, quando contara que os paulistas brancos seriam oitocentos ou novecentos. No entanto não passavam de duzentos a cinqüenta.

Indivíduo sem entranhas protegia de modo mais escandaloso a um Filipe Romero, verdadeira fera humana, carrasco dos infelizes silvícolas e seu *fidus Achates*.

Violava a correspondência da Companhia de Jesus, vivia a apregoar que no Paraguai “era el Rey y el Papa”.

Tão hipócrita que no momento da invasão de Raposo Tavares passara as mais veementes atestações de aplauso aos jesuítas pela sua obra no Guairá.

Temos como certa a cumplicidade de Céspedes na invasão do Guairá. Mas, com ela ou sem ela, o assalto ocorreria. Assim o demonstram os gritos de alarma anteriores à chegada do Capitão-General do Paraguai a São Paulo. E se depreende das diversas denúncias do Padre Nicolau Duran, provincial do Paraguai, a Filipe IV, chegadas ao Conselho de Índias em princípios de 1628.

A 22 de setembro deste ano expedia-se a Real Cédula ordenando ao Governador de Buenos Aires que castigasse com rigor os maloqueiros invasores das reduções.

No conseguimos ler os autos originais do processo de Céspedes.

Em 1635 estava exilado do Padre Tomás de Arueña jesuíta que pedia armas e munições para a defesa dos catecúmenos.

Começou dizendo que as correrias dos paulistas abrangiam jornadas de 200, 300 e até 500 léguas de raio. Talvez já tivessem até chegado ao grande rio Marañon (Amazonas).

Destas Algaras traziam “todos quantos yndios hallan de que se sirven y tienen sus grangerias acarreado con ellos sus harinas y comidas al puerto de

Santos y asi con este ordinario trabajo en que se sirven dellos como de caballos se muerem ynfinitos y unos y otros los venden como a esclavos”.

Nesta ocasião fez Céspedes um retrospecto de sua defesa perante a Real Audiência de Charcas.

Se passara por São Paulo fora porque para tanto tivera especial permissão do seu soberano. Ali vira organizar-se o exército de novecentos portugueses e três mil índios frecheiros.

Fizera o possível para impedir a marcha desta tropa recorrendo ao Capitão-mor e ao Ouvidor de São Vicente.

Do Avanhandava despachara uma canoa ligeira para prevenir aos padres das Reduções da aproximação dos paulistas. Em Ciudad Real armara 135 espanhóis e 500 índios para defender os jesuítas e suas aldeias. Fora então informado pelos colonos que os padres dispunham de mais de cem índios arcabuzeiros, fabricavam pólvora e tinham fartura de armas de fogo.

Ora era isto muito grave. Armavam os índios podendo de um momento para o outro dar-se a chacina dos brancos do distrito de Guairá. “Desarmaban se los españoles y armavan se los yndios”.

Diante da situação inaudita que se preparava, proibira expressamente sob pena de morte que qualquer “vecino feudatario ni otro alguno español” desse ou vendesse uma única arma de fogo e munições a qualquer padre ou qualquer dos seus doutrinados.

Os jesuítas agiam com a maior imprudência armando os selvagens que seriam capazes a cada

momento de exterminar a seus amos, os encomendeiros e a eles próprios, missionários.

Fora ter a Vila Rica para observar os movimentos dos paulistas.

O padre Espinosa, depois de lhe contar que recebera a carta do Avanhandava pedira-lhe instantemente que partisse. Sua presença provocaria a insurreição geral dos índios. Estava este jesuíta à testa de mil e quinhentos dos seus neófitos à espera dos invasores.

Houvera peleja e pouco depois o Padre Domenech lhe participara que os paulistas, batidos, fugiam “como ladrones bellacos” deixando muita bagagem e enfermos. O padre Montoya perseguia a retaguarda dos bandeirantes em pânico.

O encontro ocorrera a trinta léguas das reduções e os padres capitaneavam as suas chusmas munidos de armas de fogo e chuços.

O próprio Montoya o tranqüilizara “Ya no hay portugueses!” Assim partira para Asunción. Ali chegado, soubera da agressão dos paulistas “irritados de los dichos padres por los males recibidos”.

Cinco ou seis mil haviam sido os cativos do Guairá. Jamais ouvira que os de São Paulo queimassem igrejas e maltratassem sacerdotes. Se assim fosse, como teriam consentido que Mansilla e Mazzeta acompanhassem o comboio de seus prisioneiros?

Os jesuítas, estes sim agressores, viviam a arrebanhar os índios e quem os encomendeiros eram legítimos senhores.

A sua famosa retirada do Paranapanema pelos rios abaixo custara a vida a mais de trinta e três mil pessoas (sic!) fora as muitíssimas extraviadas devoradas pelas onças.

Deste despovoamento inventado por Montoya proviera a perda total do Guairá para a coroa da Espanha, tendo os castelhanos de Vila Rica e Ciudad Real emigrado em peso além-Paraná em jornada penosíssima balizada por inúmeras mortes.

Nenhuma palavra ousou o mentiroso consagrar às operações e guerra que haviam levado o bispo Aresti a socorrer Vila Rica.

Voltou Céspedes ao Paraguai, onde continuou a combater os inacianos rijamente. Mas em determinado momento fez solene e público ato de retratação de quanto obrara e dissera contra a Companhia de Jesus. Em 1657 era alcaide de Asunción e algum tempo depois faleceu no Rio de Janeiro, segundo informa Capistrano de Abreu. Sua viúva, não tendo filhos, legou os seus muito grandes bens aos beneditinos do Rio de Janeiro e foi sepultada em 1667 no centro da nave do grande abacial fluminense, onde seu túmulo se encontra até hoje.

Para nós é fora de dúvida que Céspedes agiu com extraordinária duplicidade. Saiu do Rio de Janeiro com a idéia fixa de se associar a alguma grande expedição de preia dos índios das reduções. Mentalidade ferrenha de escravista antevia largos lucros com a aquisição gratuita da larga escravatura para as propriedades de sua mulher e de seus parentes.

Martim de Sá, seu tio afim, era muito afeiçoado às campanhas do apresamento e tratava ferreamente os seus cativos, segundo informa Anthony Knivet. Salvador Correia, o ilustre restaurador de Angola soube sempre aproveitar-se das ensanchas da aquisição de escravos. Em 1648 voltaria da África com centenas de negros. A sua presença em Asunción parece indicar quanto os seus pontos de vista eram os do marido de sua prima a valente passageira da monção de André Fernandes.

O Conde de Chinchon, em 1632, além de tudo, delatava ao Rei que Céspedes tão amigo era dos portugueses, que a diversos dera boas *encomiendas* no Paraguai!

CAPÍTULO IX

*Prosecação da expansão bandeirante.
Invasão do Itatim.*

Reforçando conceitos recentes dizia o Vice-Rei do Peru a Filipe IV em 1632 que os paulistas sustentavam a péis juntos ser legitimamente seu o território guairenho. As suas bandeiras costumavam ser bianuais, pelo menos. Ora com poucos homens, ora até com mais de quatrocentos componentes.

Duzentas léguas de terras paraguaias haviam por elas sido completamente despovoadas. Precisava tal situação ser examinada por uma junta de ministros das coroas de Espanha e Portugal. Fosse resgatada a Capitania de São Vicente e colocados em São Paulo governadores régios à frente de boa guarnição de tropa européia.

O número de índios escravizados pelos paulistas já excederia, ao seu saber, de duzentos mil. Só o assalto de 1629 teria custado a liberdade a mais de cinqüenta mil!

Horrível mortandade acompanhara o êxodo dos guairenses Paraná abaixo. E agora já se receava a invasão de Corrientes e da zona das reduções do Sul.

De nada valia a expedição de cédulas reais. Delas os de São Paulo se riam. “Ni los oydores ni los

inquisidores an podido castigar nadie. Y aviendo anohecido no an amañecido de puro miedo”.

Fosse a capital do Paraguai transferida de Asunción para Vila Rica ali se sediando um capitão-general dispondo de fartos recursos militares.

Sabedores deste obstáculo não mais se atreveriam os paulistas a assolar o Guairá.

A infiltração portuguesa em Buenos Aires, Tucumã, Paraguai e até no Peru mostrava-se cada vez mais intensa. Eram os portugueses os agentes de enorme contrabando no Prata. Faziam fingidas arribadas em Buenos Aires onde despejavam negros e mercadorias, prejudicando imenso o comércio de Sevilha. Muita prata descia do Peru à cidade portenha, daí ao Brasil e à Holanda, graças aos cristãos novos brasileiros, amigos e sócios dos hereges rebeldes a Sua Majestade implantados em Pernambuco.

Antevia o Conde de Chinchon até o perigo de um assalto batavo a Buenos Aires. Fosse também colocada forte guarda nas Sete Quedas. E nas missões do Uruguai instituídos postos avançados igualmente bem guarnecidos.

Pouco depois reitearia o Vice-Rei ao seu monarca os motivos de sua inquietação crescente. Parecia-lhe irreprimível o avanço dos paulistas para Oeste e para o Sul.

Tornava-se indispensável nomear-se para o Paraguai governador absolutamente infenso a portugueses e ao mesmo tempo compelir os paulistas logo e logo a libertar os seus recentes apresados do Guairá.

Existisse a mais severa proibição do trânsito de gente portuguesa às colônias espanholas e fossem expulsos de São Paulo todos os holandeses (sic) ali moradores.

Nada mais condenável do que estender-se o real padroado às reduções do Uruguai, pondo-as à mercê de escravistas.

Na mesma ocasião o Padre Trujillo, Provincial do Paraguai, significava a Filipe IV que a obra nefasta de D. Luís de Céspedes poderia trazer para a Coroa da Espanha a perda completa do Paraguai, até a do território de Além-Paraná a que ficara reduzido com a perda do Guairá de onde onze mil neófitos da Capitania haviam abalado para o Sul.

Se os paulistas se estabelecessem sobre o rio Paraná *finis Paraquariae!* Estrariam abertas as estradas de acesso ao coração da América Meridional por judeus encapotados “hombres muy danosos al bien espiritual y temporal y seguridad destes Reynos”.

A navegação do Tietê praticavam-na continuamente as bandeiras visando atingir o Peru. Tomado o Paraguai estavam Charcas e Potosi à mercê dos paulistas e Buenos Aires correria o maior risco. Então *finis Americae!*

Os paulistas, convinha lembrá-lo, tinham soberano clandestino próprio, cujos brasões e insígnias já haviam sido vistos estampados em seus estandartes.

O sucessor de Céspedes, Martim de Ledesma Valderrama, ainda em 1632 denunciava ao Rei a suma

inquietação do Paraguai ante a investida “de los de San Pablo”.

Fato curioso: o tom de toda esta documentação revela a circunstância de que ninguém considerava os paulistas como gente que fosse súdita do monarca espanhol. Todas estas denúncias apresentam estes acontecimentos como se em 1580 não houvesse ocorrido a integração de Portugal na monarquia dos Áustrias. Persistia como que a impressão nítida de que as relações das duas coroas eram pura e simplesmente as antigas dos tempos pós-aljubarrotanos.

Vitoriosas no Guairá continuavam as bandeiras na faina do combate ao domínio jesuítico espanhol. Voltaram-se para o Sul de Mato Grosso, para o Itatim, como no tempo se dizia, onde existia o núcleo assaz importante de Santiago de Jerez.

Fundado em 1580 por Melgarejo convertera-se em centro de populoso distrito civilizado. Em 1625 contava mais de quatro mil índios aldeados e cento e cinquenta colonos espanhóis. Possuía vultosa gadaria além de fartas lavouras.

É muito escassa a documentação castelhana relativa à destruição de Jerez e a portuguesa praticamente nula.

A expugnação da cidade mato-grossense deve ter ocorrido em fins de 1632 ou princípios de 1633. É o que se deduz de um memorial, a Filipe IV, do Padre Ferrufino, Procurador-Geral da Companhia de Jesus.

Relatava que os paulistas haviam destruído “con impiedad y crueldad nunca oida uma de las mas

numerosas y floridas provincias”. Mais de dez mil almas haviam sido chacinadas, escravizadas e dispersas, havendo os de São Paulo conquistado “mas de docientas leguas de la corona de Castilla como se fuera de algun rey estraño o enemigo”.

As reduções do Itatim San José, Angeles, San Pedro e San Pablo achavam-se praticamente aniquiladas.

Curioso é que numerosos espanhóis confraternizassem com os invasores emigrando para São Paulo, segundo relata Pedro Taques, como já, aliás, sucedera em Vila Rica.

Os documentos sevilhanos acusam Raposo Tavares de promotor da campanha do Itatim para ele reclamando especial castigo. Por aquela época, porém, as alusões dos papéis portugueses indicam que ele se achava em São Paulo, onde irrompera grave pendência entre a Câmara Municipal e os jesuítas. Vinha se acentuando o dissídio desde a chegada dos prisioneiros do Guairá, sendo os inacinos paulistanos solidários com os seus confrades espanhóis, como só podia acontecer.

De ano para ano, desde 629, agravara-se tal pendência a que exacerbara a presença de Mansilla e Mazzeta e do escrivão Costa Barros.

Em 1633 saiu Antônio Raposo Tavares, em pelouros, juiz ordinário de São Paulo. Dispunha de extraordinário prestígio graças às recentes campanhas vitoriosas.

Possuíam os inacianos a poucos quilômetros da vila a grande aldeia de Barueri que os colonos cons-

tantemente acoimavam de lugar de homizio para os seus “serviços forros”.

A 25de julho o Procurador do Conselho requereu que a Câmara se apossasse das aldeias da Companhia onde os Padres, a cada passo, violavam as leis de Sua Majestade. Pouco depois ocorria um *meeting* de homens bons e republicanos a que concorreram sessenta e quatro dos mais conspícuos paulistanos e assim tomou Raposo Tavares posse da igreja e colégio anexo barueriense.

Recorreram os jesuítas ao Governador-Geral do Brasil, Diogo Luís de Oliveira. Expediu ele provisão repreendendo severamente a Câmara “por proceder com excesso temerário”.

Recorreu Raposo, então Ouvidor da Capitania, aos meios judiciários.

Em 1634 foram ele e os oficiais da Câmara de 1633 excomungados sem que contudo se dessem por vencidos.

Havia porém sérios receios de insurreição entre os índios e em 1634 viu-se Raposo destituído da Ouvidoria, apesar dos protestos endereçados ao Governador-Geral. Voltaram os inacianos a administrar a sua grande aldeia.

Pugnaz como sabia ser, partiu Raposo para o Rio de Janeiro e lá conseguiu do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul manutenção da posse do cargo. Em 1636 viu a sua autoridade novamente reconhecida pela Câmara.

Mas já aí pouco se lhe dava ser Ouvidor da Capitania de São Vicente. Preparava-se para novas e grandes campanhas de preia, agora no Sul do Brasil.

O território atualmente sul-rio-grandense já desde o século XVI fora percorrido por expedições vicentinas, anônimas.

Seu grande evangelizador inicial fora o Venerável Roque Gonzalez de Santa Cruz, o proto-mártir rio-grandense.

A colonização do território a leste do rio Ruguuai encetou-a em 1626. A 15 de novembro de 1628 pereceu às mãos dos índios que também trucidaram seu companheiro, o padre Alfonso Rodriguez. Tal crime ordenara-o o cacique Nheçum, feroz inimigo dos jesuítas, cujo sustentáculo era o tuxaua Nienguiru.

Procurou Nheçum destruir a redução de São Nicolau fundada por Gonzalez mas não o conseguiu.

Vindo de Corrientes em socorro dos inacinos o mestre de campo Manuel Cabral incorporou o seu contingente de espanhóis às forças de Nienguiru. Foi Nheçum completamente derrotado em Castro e fugiu acabando, em 1644, às mãos dos paulistas.

Enorme impulso tomou a obra de evangelização no Rio Grande do Sul de 1629 e 1635, sobretudo sobretudo depois dos acontecimentos do Guairá. Fundaram-se numerosas reduções nos vales de Ijuí, Ibicuí, Jacuí, Taquari e na Serra Geral. Congregaram os inacinos dezenas de milhares de neocatequizados.

Ia o Tape no maior progresso quando sobre a região se desencadeou nova arrancada das bandeiras.

CAPÍTULO X

*As grandes bandeiras de Antônio Raposo Tavares,
André Fernandes e Fernão Dias Pais.
O breve de Urbano VIII.
Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo.*

Em 1635 deixou o litoral paulista, rumo ao Sul, avultada bandeira marítima constante de uns duzentos homens cujos chefes devem ter sido Fernão de Camargo, o Tigre, e Luís Dias Leme. Entende Alfredo Ellis que operou no Rio Grande do Sul na zona da Lagoa dos Patos, mas Aurélio Porto, em sua investigação rigorosa dos documentos da coleção De Angelis, repele *in totum* esta interpretação, achando que a zona das operações foi Laguna.

Ante as perspectivas sombrias da invasão próxima resolveram os jesuítas defender-se a todo o transe. Ao Tape despacharam um de seus mais ilustres superiores o padre Francisco Dias Tanho.

Ante as perspectivas sombrias da invasão próxima resolveram os jesuítas defender-se a todo o transe. Ao Tape despacharam um de seus mais ilustres superiores o padre Francisco Dias Tanho.

Segundo Ellis, ainda em 1635 a grande bandeira de Camargo e Leme esteve acampada junto à aldeia do cacique Aracambi em pleno Rio Grande do Sul. Pensam

Aurélio Porto e Olinto Sanmartin ser incontestável que acaso então houve pequena penetração bandeirante no território rio-grandense. Esta só se fez por algum destacamento reduzido trucidado pelos caaguaras em junho de 1635. Exata questão da penetração da flotilha de Camargo na Lagoa dos Patos é muito obscura e a documentação a seu respeito omissa e nebulosa. Sob o ponto de vista geográfico, Patos era então indiscutivelmente a região lagunense.

A primeira grande entrada paulista realmente realizada em território sul-rio-grandense ocorreu em fins de 1636 com Antônio Raposo Tavares à testa. Certos da vida dos paulistas, haviam dois jesuítas, antigos militares, os irmãos Bernal e Cardenas, cercado de paliçado a grande aldeia de Jesus Maria e efeito os seus índios executar exercícios bélicos.

Partindo de São Paulo com 150 brancos e 1.500 tupis tomou Raposo Tavares em janeiro de 1636 a antiga vereda das migrações primitivas, via que até 1773 seria a única a existir como estrada para o Extremo Sul do Brasil.

Dos companheiros de Raposo conhecem-se os nomes de apenas 37. Fez a bandeira em diversas regiões numerosíssimos cativos, que concentrou num campo à margem do Taquari. contam os paulistas, naquele região, com o apoio de um preposto, o índio Parapopi, legítimo *pombeiro* no gênero dos de Angola

A 2 de dezembro Raposo atacou Jesus Maria, encontrando forte resistência. Mas a aldeia capitulou,

perecendo no assalto diversos paulista e muitos tupis. Feridos haviam sido o Padre Moda e o irmão Bernal.

Narram os relatos inacianos que os vencedores agiram com grande crueldade para com os vencidos e aprisionados.

Pouco depois apossava-se Raposo das reduções de São Cristóvão e São Joaquim. Ao seu encontro marchava um corpo de 1.600 homens, alguns espanhóis e os mais índios, travando-se combate com consideráveis baixas de ambas os lados.

Em fins de janeiro de 1637 apareceram no teatro de guerra o Provincial Diego Alfaro e o Padre Superior Diego de Boroa.

Mas já Raposo conseguira enorme número de prisioneiros. Caminhou para a sua paliçada do Taquari receoso da revolta dos cativos lá concentrados. Ali passou quatro meses e voltou a São Paulo.

Boroa à testa de 1.500 homens percorreu, ao seu encalço, a região. Em setembro de 1638 estava Raposo em São Paulo indubitavelmente. Pensa Aurélio Porto que a sua campanha no Rio Grande do Sul haja durado um ano.

Documentos do Archivo General de Indias levam-nos a supor que o infatigável afuroador da selva haja, em milésimo de difícil identificação, talvez e, 1639, atravessado o Paraná e o Paraguai, tendo aparecido a oitenta léguas de Santa Cruz de la Sierra.

A segunda grande bandeira invasora do Rio Grande do Sul foi a de outro e formidável cabo de tropa

André Fernandes. Em meados de 1637 estava à margem do Taquari e contava mais de 300 homens.

Partiu tal expedição tendo como chefe Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno, o *Aclamado*, mas havendo ele falecido tomou-lhe o comando André Fernandes, que, como lugar-tenente, tinha seu irmão Baltasar, o futuro fundador de Sorocaba.

A 23 de dezembro de 1637 capturou o chefe bandeirante a aldeia magnífica de Santa Teresa com mais de quatro mil habitantes.

Depois de a ocupar mandou André Fernandes assolar a região do Ijuí onde realizou enorme preia encaminhada para os seus campos de concentração.

Parece que duas colunas hispano-jesuíticas organizadas pelo Padre Alfaro, uma de 1.500 homens, outra de 1.300, bateram-se com os paulistas. A primeira venceu os mamelucos após desesperada resistência; e a segunda dispersou-se, tomada de pânico.

Em fevereiro de 1638 estavam os paulistas entrincheirados em Caasapamini onde o mestre de campo Ynsaurralde, o Padre Alfaro e o notário apostólico Hornos os intimaram a restituir à liberdade os seus cativos e a deixar o território do Bispado de Buenos Aires, sob pena de excomunhão *vitanda*.

Riram-se os bandeirantes da intimação, rasgando o papel que continha a excomunhão. Levantaram acampamento e reuniram-se ao grosso da bandeira, seguindo para o Norte.

Deve André Fernandes ter chegado a São Paulo passado janeiro de 1639.

À terceira grande bandeira invasora do Rio Grande do Sul comandou alguém cujo nome viria a assumir a maior notoriedade na história do bandeirantismo: Fernão Dias Pais.

Entende A. Ellis que a sua expedição haja partido de São Paulo antes de janeiro de 1638. O Padre Boroa em sua “Exposición a El-Rey” datada de fins deste milésimo relatou que o centro das suas operações foi Caasapaguaçu, havendo Fernão Dias destruído as duas reduções de Caaro e Caaguá.

Simão Pereira de Sá, na *História da Nova Colônia do Sacramento*, refere que o futuro Governador das Esmeraldas sertaneou em território hoje uruguaio.

É possível haja sido quem em 1638 conquistou as últimas reduções de Ibicuí, levando para o norte elevado número de prisioneiros. Julga A. Porto que Fernão Dias comandaria uns cem brancos.

Em 1640 estava de volta a São Paulo e em 1641 corria com seus índios, em defesa de Santos ameaçado pelos holandeses de grande esquadra invasora, com quem bravamente pelejou. Na década de 1641-1650 deve ter realizado novas entradas. Em 1651 viu-se eleito Juiz ordinário de sua vila.

Em 1638 e em 1641 ocorreram graves reveses experimentados pelas bandeiras meridionais e com estas derrotas as incursões ao Rio Grande do Sul tornaram-se muito menos consideráveis.

De 1648 parece ser a expedição dos irmãos Domingos e Antônio Cordeiro. Em 1656 a de Francisco Cordeiro, Manuel Preto, o Moço, e Pascoal de Ribeira.

Estes sertanistas foram totalmente desbaratados pro D. Matias Jeramini, corregedor de Japeju.

Outras e pequenas expedições percorreram o Rio Grande do Sul ao mesmo tempo mas nada de particular se sabe a seu respeito.

Em 1669 certo Ventura Dias relatou aos padres de Japeju que em São Paulo se preparava formidável expedição destinada a agredir-lhes as reduções cujo chefe supremo seria Fernão Dias Pais. Tratia em sua companhia vários dos mais notáveis sertanistas, como Pedro Vaz de Barros, José Ortiz de Camargo e seu irmão Francisco, Garcia Rodrigues Velho, etc. Pretendia a expedição ir a Laguna e dali marchar sobre o vale do Jacuí. Mas tudo não passou de espantallo e atoarda.

Avolumavam-se continuamente as queixas das autoridades hispano-americanas endereçadas ao Trono. A queda de Xerez e a invasão do Tape causaram esta recrudescência. O Presidente da Audiência de Charcas, D. Juan de Lizarázu, a 1º de março de 1635 apontava a Filipe IV a benemerência dos jesuítas defensores estênuos dos direitos espanhóis. De 1610 a 1634 haviam fundado vinte e seis reduções aldeando 40.327 almas, não entrando neste cômputo os mortos nas reduções do Guairá pelos “portugueses del Rio de Sant Pablo” (sic).

Devia Sua Majestade e quanto antes, amparar aquela cristandade tão ameaçada e recompensar tão zelosos vassalos.

A 10 de agosto de 1637 endereçou Lizarázu novo e premente apelo ao monarca a relatar-lhe as recentes agressões dos paulistas “gente ympia e cruel” que

segundo o governador do Paraguai informava, acabava de destruir três novas reduções “matando y cautibando millares de yndios”. Referia-se o informante aos acontecimentos do Tape. “Vayan abriendo paso y camino al Peru”, advertiu, rompendo o caminho das minas a holandeses e marranos “eu todo es uno”. Era preciso, de vez, arrasar aquela perversa gente, aquela corja de judeus.

Na mesma ocasião ao Rei reforçava o Capitão-General do Prata, D. Pedro de Ávila os desalentadores conceitos de Lizarázu.

Estivera no Rio de Janeiro onde vira mercadejarem-se índios do Guairá. Isto o levava a protestar, por escrito, ao Governador Martim de Sá contra semelhantes horrores. Na cidade fluminense ouvira que só de 1628 a 1630 haviam os paulistas preado sessenta mil índios.

Em 1638 o novo Capitão do Prata D. Mendo de la Cueva y Benevides mandou um corpo de tropas a Corrientes para deter uma avançada paulista. Nesta ocasião o Padre Ledesma fez abrir inquérito em que depuseram o mestre de campo Ynsauralde e seus dez oficiais. Um destes depoentes afirmou calcular os índios apresados pelas bandeiras em 600.000!

O padre Alarcon, vigário de Corrientes, informou contemporaneamente que a arrancada paulista levava numerosos espanhóis a refugiar-se em Asunción.

Em 1637 haviam troços de paulistas acampado perto da própria Corrientes. Declarou o sargento Miguel Ortiz que ao seu ver facilmente poderiam estes inimigos

ocupar a cidade de San Juan de Vera de las Siete Corrientes.

Mas a máquina administrativa da Espanha dos Áustrias movia-se com prodigiosa morosidade. Havia muito mais do que cuidar em Madri naqueles anos difíceis da conflagração européia do que em coisas da remotíssima América do Sul.

Em 1638 encetou o Conselho de Índias o estudo da questão paraguaia donde resultou o relatório “sobre las molestias qui reciben los indios del Paraguay de los Portugueses del Brasil” apanhado dos acontecimentos da década expirante pois a primeira denúncia, a do Padre Crespo fora presente ao Conselho em 1628!

Pediram os conselheiros que El-Rei ordenasse quanto antes formação de junta reunindo todo o Ministério presente e o Conde Duque de Olivares.

Era a situação a mais grave. Estavam as bandeiras na iminência de cortar as comunicações entre o Peru e o Prata.

Determinou Olivares que a Junta requerida se compusesse de três portugueses e três espanhóis. A 30 de julho de 1638 surgiram as nomeações dos membros de tal comissão. Dela faziam parte dos luminares da Espanha, o grande jurisconsulto Solorzano Pereira e o bispo de Puebla Palafox. Os portugueses eram muito mais apagados.

A 29 de março de 1636 enviava a Junta a Filipe IV o seu parecer. Tremendo requisitório contra os paulistas denunciava-lhes os principais malefícios: a destruição de três cidades espanholas, o preamento de

300.000 índios que viviam em terras castelhanas, dos quais só 20.000 haviam chegado ao litoral brasileiro! Até em Lisboa haviam aparecido cativos guairenhos como se fossem negros de Guiné ou mouros da Berbéria. E isto se tinha levado a cabo com indefesos e miseráveis índios a cuja liberdade garantiam numerosas cédulas reais!

Quem tais horrores praticava não podia ser gente católica embora com as bandeiras marchassem capelães, sim, mas clérigos transviados.

Profanavam os mamelucos igrejas, destruíam as sagradas imagens, matavam missionários e maltratavam outros. Como explicar tais fatos?

Só pela infiltração nestes bandos ferozes, de muitos holandeses, franceses calvinistas e gente nórdica luterana. E sobretudo de muito numerosos judeus.

O pior era que as principais autoridades do Brasil com eles se acumpliciavam para tão nefandos crimes.

Pedi a Junta ao Rei que expedisse terminantes ordens ao Governador-Geral do Brasil e ao do Rio de Janeiro para que em conjugação com o Santo Ofício prendesse uma série de indicados como componentes de bandeiras assim como uns tantos espanhóis traidores que por amor ao escravismo haviam assado a viver entre os paulistas a quem serviam de guias para a invasão do território de sua pátria.

Fosse aplicada e com o maior rigor a lei de 1611 garantidora da liberdade dos índios; postos em liberdade todos os cativos procedentes de territórios da Coroa da Espanha e criado foro da Inquisição para o julgamento

dos criminosos, no Rio de Janeiro, com jurisdição especial não só ali como sobretudo em São Paulo, São Vicente e Espírito Santo.

Penas duríssimas se cominassem aos apresadores, receptadores e transportadores de índios, incluindo-se aí os armadores de navios.

E especialmente se applicasse a pena de morte a qualquer portuguez que ousasse atravessar a linha de demarcação das duas coroas.

Aventou o parecer a necessidade da criação de um bispado no Rio de Janeiro.

Assaz longa lista de criminosos de lesa-majestade se publicou então, seculares e eclesiásticos, dentre esses infelizes clérigos que justificavam a *corruptio optimi pessima*.

Neste rol destacam-se poucos nomes famosos. Encabeçam-no Antônio Raposo Tavares e Fradique de Melo Coutinho.

Todos estes denunciados deveriam ser detidos e remetidos aos cárceres espanhóis.

A Real Cédula de 16 de setembro de 1639 acompanha quase servilmente os termos do relatório do bispo de Puebla de los Angeles. Apenas não foram aceitas as sugestões de criação da diocese fluminense e a instalação de um tribunal inquisitorial no Rio de Janeiro.

Ao Vice-Rei do Peru recomendava castigasse “com férrea mão” os paulistas que prendesse em terras de seu governo. Quanto à restituição dos índios à sua naturalidade foi ela encarecida embora se tornasse

preciso tratar deste assunto com suma prudência. Assim se excluíssem de tal medida os indígenas que acaso se houvessem casado com outros do Brasil e os já idosos.

Ordenou Filipe IV que o decreto se apregoasse em Lisboa, e em todas as cidades de Portugal, Açores, Madeira e Cabo Verde onde constava existirem índios cativados pelos bandeirantes. Na América espanhola devia ser proclamada no Paraguai, Prata, Tucumã e Charcas. Os governadores das três primeiras regiões deviam pôr todo o empenho em movimentar forças a fim de “debelar y castigar rigorosa y ejemplarmente portugueses y olandeses que hiziesen tales entradas por seren enemigos declarados de la religion y de esta corona”, mas tudo com a maior economia para “la real hacienda”.

Nesta cédula foi Antônio Raposo Tavares apontado à execração dos súditos fiéis da monarquia como o *maloquero* máximo. Havia a Província jesuítica paraguaia enviado à Europa dois dos seus mais notáveis membros para pessoalmente se entenderem com o Rei e o Sumo Pontífice.

Partiram Montoya para Madri e Dias Tanho para Roma. Saíram de Córdoba em 1637 para Buenos Aires e foram forçados a permanecer seis meses no Rio de Janeiro “cidade comparável a Túnis de Berberia como mercado de escravos” escreveu o autor ilustre da *Conquista Espiritual*.

E, realmente, na cidade fluminense, desde muito, viviam os prelados a lutar tremendamente contra os traficantes. Ali se situava o grande mercado meridional

do escravismo vermelho. Em Madri advogou Montoya uma concessão que para a subsistência das missões de sua Companhia correspondia a um caso de vida ou de morte: a permissão do porte das armas de fogo para os seus neófitos.

Prometeu que a Companhia se responsabilizaria pela guarda das escopetas que só serviriam para a defesa dos seus *pueblos*. Arcaria ela ainda com toda a despesa de aquisição de armamento e munições.

Pedi entre outras coisas que Filipe IV obtivesse da Santa Sé a confirmação das bulas antigas de Paulo III e Clemente VIII asseguradoras da liberdade dos índios. Tivesse o Governador do Rio de Janeiro jurisdição sobre todas as vilas do Sul; houvesse bispo no Rio para vigiar as manobras dos maus clérigos; não se enviassem degregados ao Brasil; fossem os índios cativados postos em Buenos Aires onde a Companhia se encarregaria de os fazer voltar às suas terras. Enviasse Sua Majestade, sobretudo, governador de toda a confiança ao Sul do Brasil com forte séquito armado porque “en aquellas vilas parece que no reconocen a S.M. por señor y reciben com mosquetes y cuerdas encendidas las cédulas reales y no las obedecen ni ejecutan”.

Naquele momento estava absolutamente franco o caminho de São Paulo ao Potosi, ao maior, ao mais opulento centro de jazigos de metais nobres que Sua Majestade Católica possuía na América.

À presença do Papa Urbano VIII conduziu Múcio Vitelleschi, Geral da Companhia de Jesus, o padre Tanho e o Pontífice promulgou o breve de 22 de abril de

1639, confirmando o de Paulo III em 1537 que excomungava os apresadores, mercadores e exploradores de índios.

Nos primeiros meses de 1640 voltou Tanho ao Brasil mau grado a oposição que à sua partida fez Miguel de Vasconcelos, ministro da Duquesa de Mântua, Vice-Rainha de Portugal e sob os protestos dos escravistas.

Apresentou no Rio de Janeiro o documento papal ao Prelado Albernaz que o fez publicar. Provocou isto enorme celeuma. Verdadeiro motim ameaçador de morte aos jesuítas que precisaram refugiar-se no Convento dos Carmelitas.

Aí e a 22 de junho comprometeram-se a não executar o breve e os fluminenses a não açoitarem índios fugidos.

Em Santos, como de esperar, muito mais grave foi a revolta oriunda da atitude do bravo Dias Tanho sendo lançado ao chão o vigário que apregoava o mando pontifício e ameaçado de morte.

Mas em São Paulo é que tais explosões culminariam. Já desde muito se esperava a decisão de Urbano VIII. A 25 de junho realizou-se em São Vicente uma reunião do Procurador do Conselho local e dos Procuradores de São Paulo, Santos, Parnaíba, Moji das Cruzes, Iguape, Cananéia, São Sebastião e Itanhaém.

Redigiram veementíssimo protesto contra a atuação dos jesuítas. Só havia um recurso para a paz dos povos: a expulsão dos inacianos da Capitania. Caluniavam as autoridades, os magistrados, eram sediciosos

arautos da existência do Rei D. Sebastião. E a tal propósito lembravam a apostasia e a deserção para o inimigo do Padre Manuel de Moraes, em Pernambuco, a quem aliás chamaram Francisco.

A ata desta assembléia foi remetida à Câmara de São Paulo que a 2 de julho tratou da questão para ela e seu povo capital.

Cento e trinta homens dos de maior prole da vila assistiram a esta vereança, entre eles figurando vários sertanistas do maior prestígio como Fernão Dias Pais, Domingos Jorge Velho, Pedro Vaz de Barros, etc.

Lida a ata do Convênio dos Procuradores, sob estrondosas aclamações, partiram todos os presentes em direção ao Colégio onde o Padre Nicolau Botelho, reitor, foi intimado a, dentro de seis dias, retirar-se, com toda a sua comunidade, para o Rio de Janeiro. De tudo se daria conta a Sua Majestade.

Durante alguns dias houve ansiosa expectativa dos intimantes pois os jesuítas pareciam não querer obedecer ao ultimato.

Afinal, a 12, passaram eles procuração ao Vigário de São Paulo, Padre Manuel Nunes, antigo inacino, para que administrasse o patrimônio de seu Colégio e protegesse os escravos e índios forros da Companhia.

A 13 partiam os jesuítas paulistanos para Santos onde generosamente os acolheu poderoso e fiel amigo Manuel Afonso Gaia.

De Santos fizeram os expulsos uma proposta de *modus vivendi* cujos termos a documentação paulistana não consigna, proposta “pera seguransa do genio e dos

moradores destas capitánias que os tem en seu poder do seu serviso”.

Fato curioso que Jaboatão narra é que os franciscanos de São Paulo, e sobretudo o seu guardião, muito contribuíram para excitar os ânimos dos paulistas contra os da Companhia.

Quanto às providências decorrentes da real cédula de 1639 escusado é dizer que este rescrito jamais passou de letra morta.

E realmente que poderia o governo espanhol fazer para a repressão dos paulistas, naquelas imensas solidões da América Meridional quando na Europa, então na última fase da Guerra dos Trinta Anos, tudo corria de mal a pior para as armas de Castela, quando os franceses invadia a Catalunha e em Flandres os exércitos de Filipe IV se viam batidos assim como os imperiais, de seu aliado Fernando III, e Bernardo de Saxe Weimar derrotava Galas. No mar o mesmo ocorria. Os holandeses com o ilustre Tromp à testa venciam a frota espanhola de D. Antônio de Oquendo, o nosso vencedor, nos Abrolhos de Adriano Jansen Pater.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, ed. cit., págs. 23-66).

CAPÍTULO XII

*A restauração da independência portuguesa.
O episódio de Amador Bueno.
O conflito com os jesuítas e seu término.*

A 1º de dezembro de 1640 recuperou Portugal a liberdade. A notícia do levante vitorioso chegou à Bahia a 15 de fevereiro de 1641 dando-se a adesão do Vice-Rei Marquês de Montalvão à causa da Independência.

A 20 de março ocorria a do governo e povo do Rio de Janeiro, e logo depois em Santos, talvez a 20, manifestação idêntica se realizaria.

A 1º de abril de 1641 ocorreu em São Paulo um dos episódios mais célebres de nossos fastos, o do movimento tendente a construir no planalto um estado independente cujo monarca seria um dos maiores potentados paulistas do seu tempo, Amador Bueno da Ribeira.

Este caso de *Aclamado* formalmente asseverado por Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus a invocarem a existência de documentação por eles compulsada foi rudemente posto em dúvida, em fins do século XIX, por dois comentadores apressados e alheios a pesquisa arquivada por ele exigida: Cândido Mendes de Almeida e Moreira de Azevedo.

Tivemos em 1915 a feliz ensanchar de descobrir no nosso Arquivo Nacional a documentação alegada pelo beneditino fazendo ruir por terra a impugnação dos dois contraditores afeitos.

Aos que se interessarem pelos pormenores desta questão recomendamos o que sobre ela traçamos em nossa *História Seiscentista da Vila de São Paulo*.

Temos como as mais legítimas as afirmações do Frei Gaspar relativas a esta primeira demonstração de nacionalismo irrupta em terra americana como tão justa e expressivamente escreveu o eminente publicista uruguaio Enrique Rodriguez Fabregat.

A 3 de abril de 1641 era D. João IV em São Paulo solenemente aclamado rei dos paulistas pelo Capitão-Mor da Capitania, João Luís Mafra, o vereador mais velho da vila, grande número de homens de prol entre os quais os dois expoentes máximos do bandeirantismo de todos os tempos, Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Pais.

Pouco depois era eleita para ir a Lisboa a embaixada que ao novo Rei devia atestar o testemunho da vassalagem dos paulistas.

Com a Restauração tomaria a questão bandeirante novo aspecto. Não havia mais limites a respeitar, de todo, na área das incursões sertanistas continentais.

A pendência com os jesuítas continuava a agitar os paulistanos.

A 18 de maio de 1641 a Câmara de São Vicente convidou a de São Paulo a de novo aceitarem em sua vila os inacianos. Mas uma assembléia popular recusou

tal acordo por constar que os Padres se recusavam a assinar as condições apresentadas para se assegurar a pacificação.

Tentou Salvador Correia de Sá e Benevides, em setembro seguinte, segunda conciliação mas os paulistanos sabedores de sua amizade pelos jesuítas deram mostras de que o receberiam hostilmente, motivo pelo qual se retirou de Santos para o Rio de Janeiro protestando contra este procedimento.

Em 1640 ocorreu em São Paulo, no pátio da Sé, grande conflito entre dois bandos armados de que resultou a morte de Pedro Taques por Fernando de Camargo cognominado o *Tigre*. Marcaria este incidente o início da longa série de atos violentos, criminosos, da maior gravidade, perturbadores da expansão bandeirante.

Pelo alvará de 3 de outubro de 1643 deu D. João IV ganho de causa aos inacinos, ordenando que fossem restituídos ao seu Colégio de São Paulo.

Em 1644 aparecia na vila como vigário, o clérigo fluminense Domingos Gomes Albernaz. Trazia a missão de repor os jesuítas em sua casa. Mas foi expulso pelo povo amotinado que também deportou o seu superior o prelado fluminense Antônio de Marins Loureiro. Este, em maio de 1646, excomungou todos quantos haviam tomado parte na expulsão dos jesuítas. Retrucaram os excomungados atrevidíssimos. Resolveram, Câmara e povo, trancar o Caminho do Mar alegando que Albernaz e o Prelado interceptavam as cartas por eles endereçadas ao Trono apresentando os motivos de suas queixas contra os inacinos.

A 7 de outubro de 1647 expedia D. João IV um alvará anistiando a quantos no Rio de Janeiro, São Paulo e outras vilas haviam perseguido os jesuítas. Este perdão só vigoraria, contudo, depois que os padres estivessem de posse de seu colégio paulistano.

O grande corifeu do regresso dos inacianos era o Vigário Albernaz. Com a maior coragem e pertinácia fizera frente aos poderes municipais e à opinião dos seus paroquianos. Chegaram a tal ponto as coisas que estes o expulsaram novamente, parece que de 1650 a 1652.

Em fins de 1652 vieram em seu auxílio dois dos maiores potentados da vila, Fernão Dias Pais e João Pires.

Conseguiram a pacificação dos espíritos e a 22 de março de 1653 os principais chefes de facção opinaram a que em tudo se desse cumprimento às sentenças de Sua Majestade, ao que como Rei e Senhor determinasse.

Como vassallos obedeceriam em tudo ao que o monarca ordenasse.

Partiu Fernão Dias Pais para o Rio de Janeiro e a 12 de maio ratificou-se solenemente o tratado de paz, presente o Ouvidor-Geral Dr. João Velho de Azevedo.

Assinou-se mediante aceitação de umas tantas cláusulas, declarando a Câmara que os Rev. Padres da Companhia faziam falta “assim para o serviço de Deus como pela conservação dos moradores da Capitania”.

Desistiriam os jesuítas de quaisquer queixas, ações e apelações que andassem em juízo sobre a sua pendência.

Renunciariam a qualquer pretensão e indenização por perdas e danos relativos a sua expulsão, assistindo-lhes, porém, o direito de reclamar a posse do que lhe houvesse sido usurpado por alguns moradores ou qualquer prejuízo causado por seus próprios procuradores.

Comprometer-se-iam por si e seus sucessores a não recolher em suas aldeias e conventos e fazendas índios fugidos aos moradores seus legítimos senhores. Renunciariam à publicação do breve de Urbano VIII.

Em compensação poderiam aceitar os “serviços forros” dos moradores para o conserto e reforma de seu Colégio sem que, porém, tal ajuda fosse compulsória. Dar-se-lhes-ia auxílio se acaso quisessem transferir o Colégio para outro local.

Assim aceitavam os Padres estas cláusulas severas que consagravam o completo triunfo dos adversários.

A 14 de maio de 1653 fez-se a solene ratificação do ajuste em São Vicente, presentes os procuradores das Câmaras de São Paulo e Parnaíba e o Vigário Albernaz, o Padre Provincial do Brasil, o famoso Simão de Vasconcelos e os reitores dos Colégios de São Paulo e Santos e a Câmara de São Vicente.

A 2 de junho seguinte participava a Câmara de São Paulo a D. João IV que assinara o ajuste da paz com os seus adversários de tantos anos, pedindo a ratificação régia. Idêntica comunicação fez ao Governador-Geral do Brasil. Respondeu o monarca a 11 de dezembro, ainda de 1653, mostrando-se grato à notícia. E cinco anos mais tarde recebia de Roma a edilidade paulistana uma

carta de agradecimentos assinada por Jerônimo Uchrt (sic) que o escrivão municipal imaginou em sua ignorância ser o nome do “Padre-Geral da Companhia de Jesus”. Era este o alemão Goswin Wickel (1652-1664). Estropiara-o completamente, como aliás fez também Pedro Taques, que transformou o Uchrt em Richet.

Talvez haja Jerônimo Richet sido o nome batismal de algum secretário do Padre-Geral, a quem, aliás, não se refere Serafim Leite em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (VI, 301).

Enquanto estes fatos se passavam, as Câmaras de São Paulo multiplicavam os seus alvarás e editais hipócritas e continuamente desrespeitados, proibindo as entradas no Sertão.

A realidade estava com o procurador de 1640, Miguel Garcia Carrasco que protestava contra as intenções do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul cuja vinda à vila se anunciava para abrir devassa contra os descendores de gentio. “Até o presente está em uso e costume ir-se ao Sertão pois os moradores não podem viver sem o Sertão”, proclamava Carrasco desabusadamente. “Até agora nunca os ouvidores-gerais tais devassas tiraram”.

Entretanto, curiosíssima incoerência, pouco depois este mesmo Carrasco apregoava quartel contra os que quisessem ir ao Sertão! No ano seguinte declarava ele que mais de setenta moradores se aviavam para partir desrespeitando as leis de Sua Majestade.

Assim requeria as mais severas providências contra estes súditos delituosos.

Com a ausência dos jesuítas multiplicaram-se as farsas dos quartéis proibitivos. Os ouvidores-gerais achavam mais prudente e mais leal não tratar de tal assunto em suas correições gerais. Ou se o faziam determinavam providências anódinas. Vários destes magistrados eram detestáveis indivíduos, aliás, cúpidos e velhacos.

Em 1647 preparava Antônio Nunes Pinto uma entrada ao sertão sob o pretexto de pesquisa da prata. Ocorreu uma assembléia popular para impedir tal expedição que se sabia ser exclusivamente de preia. Alegaram os protestantes como pretexto o fato de que “este povo todo está abalado para sair em sua companhia!”

Ausente os inicianos recrudesceram as violências contra os índios aldeados.

Em 1647 denunciava a Câmara que alguns moradores tiravam os índios fora de suas aldeias, forçosa e violentamente, e os levavam para o sertão! Multiplicaram-se os casos como este. E o mais interessante é que autoridades das mais gradas do Estado se associavam aos entradistas no afã de obter o serviço dos índios aldeados.

Tal o caso de João Maciel Baião e Álvaro Rodrigues do Prado. Este exibiu à municipalidade ordens explícitas do Provedor da Fazenda Real e Provedor das Minas, Pedro de Sousa Pereira, para que lhe entregassem os índios de que precisava para um

serviço de Sua Majestade, na descoberta de minas, o que era perfeita mentira.

Teve aliás a Câmara sérias desavenças com Sousa Pereira que longa e pertinazmente pretendeu transportar grandes levas de índios paulistanos para a sua mineração de ouro em Paranaguá.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, ed. cit., págs. 73-76).

CAPÍTULO XV

Sertanistas notáveis do século XVII.

Bandeiras perdidas na selva.

Ausência de documentação.

Os danos da guerra civil dos Pires e Camargos.

Muitos foram os grandes sertanistas do século XVII, a centúria máxima das três em que os fastos brasileiros encerram os feitos dos homens de ferro recuadores da linha tordesilhana. Deles façamos rápida resenha.

Os filhos do capitão-mor Governador da Capitania de São Vicente, Pedro Vaz de Barros, foram valorosos cabos de tropa e homens do Sertão.

Valentim de Barros, o primogênito, serviu na frota do Conde da Torre e com especial relevo na retirada do Cabo de São Roque; Pedro Vaz de Barros ou Vaz Guaçu e Fernão Pais de Barros vieram a ser dos mais opulentos vassalos que os reis bragantinos contaram no Brasil. Sempre prontos a concorrer generosamente para as ocasiões do real serviço, tiveram enormes escravaturas índias, aldeias obtidas à moda que Pedro Taques atribui a Amador Bueno.

O quarto componente da irmandade, Antônio Pedroso de Barros, figura entre os maiores preadores, chegando a possuir centenas de administrados.

Morreu em 1652 não se sabendo se assassinado pelos seus índios ou por seu cunhado Alberto Pires que o suspeitava de adular com a sua esposa, Leonor de Camargo Cabral, a quem também matou o oteliano marido segundo narra Pedro Taques com a maior pormenorização.

Deste duplo assassinio resultaria uma série de incríveis violências a começar pela morte em represália de Alberto Pires. E o pretexto para reacendimento das lutas sanguinosas entre Pires e Camargos.

Mas tudo isto é muito confuso. Ocorreram os assassinatos de Leonor de Camargo e Alberto Pires e a revolta dos índios de Antônio Pedroso. É o que parece positivo. E também o assassinio de Antônio Pedroso que pouco antes de perecer “botara três armações” ao Sertão.

Jerônimo Pedroso de Barros, o quinto irmão, este foi o vencido de Mororé mas devia ter fé de ofício sertanista notável para ser posto à testa de expedição tão considerável quanto a derrotada de 1641.

Os dois vultos mais notáveis da irmandade foram Luís Pedroso de Barros e Sebastião pais de Barros.

Depois de servir com distinção na guerra com os holandeses, voltou Luís a São Paulo casado com a baiana Leonor de Siqueira e entregou-se de corpo e alma às expedições do Sertão. Em 1656 achava-se internado na selva dizendo Pedro Taques que faleceu em 1662 “no sertão do reino do Peru chamado dos Serranos”.

A Sebastião Pais de Barros teremos de oportunamente nos referir com os pormenores exigidos pelos seus feitos.

De João Pedroso de Moraes, cognominado o *Terror dos Índios*, irmão do famoso jesuíta apóstata Manuel de Moraes, desertor da causa portuguesa em favor dos holandeses e homem de talento, pouco se sabem a não ser que o seu cognome lhe veio “da audácia na exploração do sertão e conquista dos índios bravios”.

O filho mais velho, João Pedroso, foi obscuro, mas o segundo, Francisco Pedroso Xavier, tem notável destaque nos fastos bandeirantes.

De Jerônimo da Veiga se narram diversas armações que lhe valeram grande escravatura com a qual povoou largas fazendas de cultura.

De meados do século XVII parecem datar-se as façanhas de Manuel Correia acerca das quais existe a maior indeterminação de data e de teatro de ação. Isto com grande latitude de prazo e espaço, havendo quem diga que pervagou pelas terras hoje goianas.

Outro sertanista de deficientíssima história é Francis Ribeiro de Moraes, falecido em 1665. O mesmo se dá com seus companheiros Francisco Lopes Buenavides, Jerônimo Bueno alcunhado o *Pé de pau*, sobrinho de Amador Bueno, João Martins Heredia, Antônio Ribeiro Roxo, entre outros. A bandeira de Buenavides e Ribeiro de Moraes parece ter percorrido terras goianas.

Por volta de 1670 desapareceram do mundo dois notáveis sertanistas: Bento Pires Ribeiro e Luís Castanho de Almeida. Bento Pires, cunhado de Fernão Dias Pais, bandeirante de prol, segundo Pedro Taques, faleceu no Sertão em 1669 onde fizera várias entradas.

A seu filho Francisco Pires Ribeiro atribui o linhagista célebre estratagema aterrorizador dos índios, o da ameaça de incêndio dos rios ao fazer a inflamação de álcool numa gamela.

Luís Castanho de Almeida, filho de outro bandeirante ilustre, Antônio Castanho da Silva, falecido em 1622 nas minas peruanas de Tataci, pereceu em combate com os índios goianos da região de Anicuns em 1671 e em trágicas circunstâncias.

Haviam os seus carijós, desesperados com a vida de fome e cansada a que os obrigava, resolvido assassiná-lo e aos quatro filhos que o acompanhavam.

Tentando roubar-lhes as armas de fogo foram presentidos e nesta ocasião a Castanho feriram mortalmente. Pouco depois expirava.

Entrincheiraram-se os moços durante os vinte dias em que os seus assaltantes os tentaram vencer. E neste ínterim realizaram, com os despojos paternos, o que no tempo chamavam os sertanistas o embalsamamento do Sertão. Enterrado o cadáver a pouca profundidade, armava-se-lhe sobre a cova uma fogueira que ficava dias e dias a arder, sempre alimentada.

Ao cabo de conveniente lapso eram exumados os ossos e então lavados, amortalhados e guardados numa caixa ou saco.

Deixando o local onde haviam perdido o pai, tiveram os quatro moços de furtar-se a tenaz perseguição dos seus rebelados servos. Numa refrega quase perdeu um deles a vida.

Afinal, tendo por acaso encontrado a bandeira do capitão-mor Antônio Soares Pais, tomaram a ofensiva conseguindo tirar completa vingança da morte do pai. A 15 de setembro de 1672 sepultavam-lhe os ossos na igreja matriz de Parnaíba. Nove anos mais tarde assim faria Garcia Rodrigues Pais na abacial beneditina de São Paulo com os de seu grande progenitor Fernão Dias Pais.

Deixou Castanho dois filhos celebrados nos fastos bandeirantes: Luís Castanho de Almeida e Antônio Castanho da Silva.

De Antônio Soares Pais e suas ações restam-nos as poucas linhas que Pedro Taques lhes consagrou. Sabe-se que morreu no Sertão em 1675.

Quantas dezenas, se não centenas de bandeiras como a de Soares Pais houve, das quais não resta o mínimo vestígio na documentação?

Na década de 1650 a 1660 ao movimento entradista prejudicou imenso a fúria sanguinosa da luta dos Pires e Camargos, verdadeira guerra civil, que custou a vida a muitos dos ainda escassos povoadores de São Paulo.

Muito mal esclarecida se acha ainda esta longa pugna da qual nos resta minguada e fragmentária documentação.

Nela tomou Fernão Dias Pais notável parte. Foi um dos principais, se não o principal chefe do partido dos Pires, tendo os Camargos como líderes, três sertanistas de relevo mas de muito menor prole do que

ele: os irmãos Fernão e José Ortiz de Camargo e Domingos Barbosa Calheiros.

Pintou o Ouvidor-Geral Pedro de Mustre Portugal, em 1660, incisivo quadro do que ocorrera na vila piratiningana onde encontrara “os moradores desavindos e quebrados na paz e amizade em que antigamente se conservavam”. Daí haviam resultado “bandos, motins e alterações com tanto excesso que por vezes tinha chegado a rompimento com mortes, insultos e latrocínios, assim entre os mesmos moradores, como no gentio, que cada qual dos ditos bandos se tinha agregado”.

Chegara a Vila, em 1659, ao mais miserável estado. A maioria dos seus habitantes a havia desamparado, “metendo-se no sertão e matos fazendo novas povoações e domicílios, vivendo sem socego, muy diminutos em seus cabedaes e lavouras com que o comércio e rendas de Sua Majestade se perdiam e originaram-se grandes desserviços a Deus e ao dito Senhor, o respeito e temor da justiça totalmente se perdiam”.

Procurara o Governador-Geral do Brasil, Conde de Atouguia, reconciliar tão acirrados adversários estabelecendo um *modus vivendi* entre as duas facções, mas o acordo por ele tentado fracassara. A princípio parecia feita a pacificação. Francisco Barreto de Meneses, sucessor de Atouguia, felicitava a Câmara de São Paulo, a 4 de janeiro de 1656 pelas previsões auspiciosas de cessação da guerra civil mas esta não só

recomeçou como recrudesceu com a maior violência havendo em 1659 atingido ao auge.

Em fins de setembro de 1657 lamentava Barreto de Meneses que em vez de se aplicarem os paulistas ao serviço de Sua Majestade tivessem “suas armas tão ocupadas em recíproca ofensa”.

Afinal, em 1660, a 25 de janeiro, voltou a paz aos arraiais piratininganos, comprometendo-se Fernão Dias Pais e José Ortiz de Camargo “por si, seus parentes amigos e aliados, presentes e ausentes” a viver como leais vassallos de Sua Majestade. Aceitavam serem “desnaturalizados do Reino, tidos e havidos e reconhecidos por rebeldes e inobedientes aos mandados de Sua Majestade e preceitos de justiça” se se envolvessem daquela data em diante em danos, motins, mortes e mais sucessos que ocorressem “oferecendo as suas pessoas e fazendas para as penas que Sua Majestade fosse servido nelas executar”.

Declaravam os dois homens de ferro numa afirmação de orgulho que se se reconciliavam “faziam-no espontaneamente sem serem compelidos nem obrigados a outra coisa” atendendo simplesmente ao apelo do delegado do seu Rei que “em nome de Sua Majestade lhes prestava o agradecimento, prêmio devido a tão leais vassallos e de o dito senhor rei se haver em tudo por mui bem servido”.

Cessaram com efeito os sanguinolentos sucessos que tanto prejudicaram o desenvolvimento da ação bandeirante.

Preparou-se Fernão Dias Pais a voltar à velha atividade sertanista. Em 1650 reconstruíra à sua custa o Mosteiro de São Bento, igreja e convento, e dotara ao novo cenóbio de generosa esmola anual e de larga doação territorial em Tijucuçu, mais tarde São Bernardo e São Caetano.

Em troca deste grande benefício comprometeram-se os beneditinos em lhe assegurar e aos seus, perpétuo jazigo no solo da capela-mor de sua nova abacial sepultura onde, em fins de dezembro de 1681, encontrariam descanso os seus despojos mortais trazidos das margens do Rio das Velhas pela piedade filial de Garcia Rodrigues Pais, como acima lembramos.

A quem interessar conhecer as peripécias da guerra civil dos Pais e Camargos, conflito de aspectos originais em nossos fastos, recomendamos o que escrevemos em nossa *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, compendiando documentação, em parte inédita mas ainda assim muito fragmentária.

Em 1661, afirma Pedro Taques, realizou Fernão Dias Pais grande jornada ao Sul do Paranapanema, à serra da Apucarana.

Naquela região, submeteu três grandes tribos guaianás, tendo convencido muitos índios quanto à vantagem de o seguirem para São Paulo, onde seriam convertidos ao catolicismo (“sem estrondo de armas e tiranias de mortes conseguira a ventura desta redução”); e os guaianás abandonaram felizes os “sertões do seu gentilismo”.

A cinco mil daqueles gentios e ao seu rei Tombu localizou Fernão Dias Pais às margens do Tietê, abaixo de Parnaíba, em terras férteis pelas sementeiras de milho, feijão e trigo.

Além de registrar aspectos da vida dos autóctones da nação guaianá e o cerimonial dos seus reis, indígenas entre os quais angariara o grande sertanista o mais extraordinário prestígio, afirmam vários documentos que esse bandeirante sumamente capaz destacava-se sobremaneira pelo domínio que sabia exercer sobre os índios, empregando um *suaviter in modo* bem diverso dos processos geralmente utilizados em relação aos homens da Selva.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, ed. cit., págs. 91-95).

TEXTOS DO VOLUME II



O Tietê, instrumento máximo de penetração do Brasil Sul Ocidental

No conjunto das vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem, nenhuma tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê o mais notável realce empresta.

Está o nome do grande rio de São Paulo indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do nosso enorme Ocidente.

Muito mais antiga a navegação freqüente de suas águas do que a do São Francisco e do Amazonas.

Inçado de obstáculos, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento do dilatado curso para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes.

Nele não se nota a placidez lacustre amazônica, permitindo a entrada e a livre marcha das esquadilhas e das esquadras, por milhares de quilômetros adentro do Continente, nem os enormes trechos desimpedidos do São Francisco, do Paraná, do Uruguai, nem ainda a navegabilidade do Itapicuru ou do Parnaíba.

A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como os de Itu, Avanhandava e Itapura. Assim, ao Sertão e aos mistérios do centro sul-americano – defendeu o Tietê com toda a energia das águas a cada passo escachoantes. Foi o adversário digno de ser vencido por aqueles que o dominaram.

Quando às suas maretas entregaram a sorte incerta as primeiras e toscas esquadilhas dos devassadores do Sertão? As que lhe sulcaram as ondas e afrontaram as penedias? É o que ninguém sabe, e provavelmente, jamais se saberá.

Imemorialmente navegado pelos índios do planalto, em demanda das terras do Paraguai, desceram pelas águas do velho rio de Anhembi os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga.

E a contra-corrente os espanhóis do Paraguai como categoricamente afirmou o velho Rui Diaz de Gusman em “La Argentina”, ao relatar que os castelhanos freqüentemente chegavam ao Avandava, fato que Azara recordou e Eduardo Prado denegou sem lhe caber contudo plena razão.

A exegese de Groussac em documentos castelhanos quinhentistas é a tal propósito categórica.

Documento oficial cartográfico surge-nos o primeiro em 1628, quando o Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes Xeria, empreende a passagem de ponto que talvez seja o atual Porto Feliz, a Ciudad Real, sempre pelo Tietê e o Paraná. Saindo de São Paulo, partiu em demanda a um porto do grande caudal, onde a navegação começasse a ser mais franca.

Dezenove dias levou a descer o Tietê até a barra, no Paraná.

E em relatório a Filipe IV descreveu os perigos vencidos nas corredeiras e o trabalho da varação do canoões nos saltos do Avandava e de Itapura, assim como “la abundancia de pescado, y la grandissima suma de caza de tigres, leones (sic), y muchisimas antas”.

Da jornada deixou uma “topografia”, como no tempo se chamava, uma das maiores preciosidades, certamente, do Arquivo General de Índias, em Sevilha.

É talvez o mais antigo mapa de penetração do Brasil, até agora divulgado, e tem inestimável valor evocativo.

Com grande júbilo o destacamos e divulgamos e nele se estampa o primeiro documento iconográfico da

vila de São Paulo do Campo de Piratininga, o tosco desenho que retrata a sede de sua municipalidade, de sua *Câmara* como se dizia no tempo e como ainda dizem os que refletem as vozes ancestrais. Por ele se vê que os nomes de vários dos maiores rios do sistema paraniano eram os mesmos naquela época longínqua.

Pelas águas do Tietê cada vez mais freqüentes desceram as bandeiras cativadoras de índios e prospectoras de ouro.

Provavelmente por elas também navegaram os nossos primeiros devassadores da selva mato-grossense e escaladores dos Andes, os sertanistas, serviçais do recuo do meridiano pelo continente adentro, uns ilustres e outros obscuros “cuja ação heróica a lima do tempo consumiu”, na frase do velho cronista que lhes celebrou os feitos.

Avoluma-se o movimento para o Oeste misterioso com o decorrer dos anos seiscentistas.

Pelo Tietê descem os últimos grandes apossadores de índios e destruidores de reduções jesuítas.

E é por ele que corre às Terras do Sul mato-grossense o grande sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme, mais tarde descobridor do Cuiabá e apossador definitivo, para a coroa lusitana, da imensa região central lindeira dos castelhanos do Peru.

Escoam-se os últimos anos da centúria seiscentista e encerra-se, para os paulistas, a era da caça ao índio, o período cruel dos devassadores.

Reboa, de repente, estrepitoso grito de descoberta: as duas sílabas de palavra que é dos maiores desencadeadores dos sentimentos humanos: Ouro” Ouro!

Revela-se o primeiro Eldorado brasileiro, o dos Cataguases, depois território das Minas Gerais do Ouro de São Paulo. Fazem-se mineradores os grandes descedores de índios e o âmago do Brasil é atingido pelas bandeiras, na ânsia do metal.

Acodem os ultramarinos aos milhares, para compartilhar das descobertas dos paulistas. Dá-se o primeiro grande e fatal embate da corrente nacionalista com a prepotência dos reinóis.

Em massa abandonam os filhos de São Paulo as terras das minas de sua Capitania aos contrários, apoiados na parcialidade dos compatriotas, detentores da autoridade.

É imensa, porém, a terra do Brasil e os paulistas, acostumados a fazer mais do que promete a força humana, hão de descobrir novos Eldorados.

Surge em 1719 a notícia do encontro do segundo deles, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres.

As novas da “fertilidade” das minas do Cuiabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As notícias aos mais calmos estarrecem...

Dá-se colossal rush pelas águas do Rio das Entradas e Pedro Taques conta-nos as misérias indescritíveis de muitas destas esquadrihas, organizadas

às pressas e a esmo, para vencer o deserto aspérrimo, nelas embarcando indivíduos de todas as categorias: aventureiros e burgueses afortunados e colocados, civis, militares, eclesiásticos.

As febres, a fome, os naufrágios, os índios exterminam expedições inteiras.

Não tardam porém providências régias para a organização das novas terras doadas à monarquia lusitana, pelo bandeirantismo. Pelos rios vai Rodrigo César de Meneses, a Cuiabá, instituir os primórdios daquilo que, em 1748, servirá ao estabelecimento da nova capitania mato-grossense.

Base de todo este novo surto de exploração constituiu-se o remansoso local da penedia onde, segundo os índios, vinham as araras amolar os férreos e aduncos bicos, essa Araraitaguaba, de tão prestigiosa rememoração em nossos fastos.

Núcleo de bandeirantes, de sertanistas, já em 1728 cria-se freguesia.

Enceta-se então a era das monções regulares.

Continuam, Tietê abaixo, as navegações instigadas pela fama das “grandezas do Cuiabá”. A todos alvorota a chegada do primeiro ouro, os quintos reais avidamente cobiçados pelo rei pródigo e brevemente Fidelíssimo.

Nada faz diminuir o afluxo dos imigrantes! Nem as mais sinistras notícias do extermínio de expedições inteiras pelos terríveis canoeiros e cavaleiros, paiaguás e guaicurús.

Nem o anúncio das pestes, das carneiradas, e das temerosas fomes do Cuiabá, onde, desvairados pela ânsia do ouro, nenhum mineiro planta, e onde, mais uma vez, se realiza o que a mitologia grega de simbolismo sempre poderoso, concretiza na imagem de Midas, morrendo de inanição à margem do Pactolo.

Continua o afluir de gente e este povoamento de Mato Grosso é, talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.

Que distância imensa a vencer! E que viagem temerosa esta de Araraitaguaba às margens do Coxipó!

No entanto, aos espanhóis do Paraguai, que lhes custava atingir aquelas paragens, se nada mais tinham do que subir uma série de correntes plácidas sem um único acidente que lhes interrompesse a viagem, como com tanta propriedade recorda Southey?

Não é bem assim! Havia os paiaguás e os guaicurús; isto bastou para lhes vedar o acesso do Alto Paraguai.

Caem em declínio as minas de Cuiabá e escasseiam as monções, mas nem por isto deixa a navegação do Tietê de existir, pois jamais recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguai e do Guaporé. E legitimadas graças à ciência e à argúcia do seu patrício, o filho de Santos, a quem immortalizou o Tratado das Cortes.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, ed. cit., vol. II, págs. 107-109; capítulo F da segunda parte).

Conspecto geral do movimento bandeirante

Uma série de circunstâncias coincidentes de ordem histórica, geográfica, climática e etnológica impôs ao planalto piratiningano o determinismo da localização do epicentro de um movimento cujas ondas sucessivas viriam a cobrir enorme área brasileira e sul-americana.

L'Histoire ne se fait jamais, expendeu Villemain, em célebre aforismo. E realmente, a cada passo, detém-se à espera do renovamento eventual que lhe tragam os resultados das pesquisas documentais.

Com a desta nossa Terra de Santa Cruz, ainda tão pouco sabida imenso há que remodelar, como muito já foi remodelado daquilo que os velhos cronistas e os historiadores honestos dos dois últimos séculos avançaram, valendo-se de quanto até então se sabia. Sem o desvendamento intenso do enorme acervo jacente de papéis existente em Portugal, o conspecto de nossos fatos coloniais se apresentará cheio de falhas a preencher e erros a expungir.

As descobertas dos últimos anos vieram, por exemplo, notavelmente alterar aquilo que se tinha como perfeitamente assentado sobre os fatos referentes aos primórdios do nosso povoamento, no que toca a São Vicente.

Escusado parece lembrar quanto a descoberta do *Diário de navegação* de Pero Lopes refundiu o que os

velhos analistas achavam imutável na descrição da viagem de Martim Afonso de Sousa.

Encontros relativamente recentes dão-nos outra idéia do que foram as determinantes e os resultados da grande jornada marítima do senhor de Alcoentre.

Não o mandou D. João III ao Brasil para uma expedição especialmente fundadora, como tanto se escreveu e sim para verdadeira viagem de inspeção das feitorias esparsas pela nossa costa e de lançamento de reforços àquela que se apresentava mais cheia de positivas condições de vitalidade.

E esta era a povoação de São Vicente de cuja existência se achava o rei perfeitamente informado.

Assim o início da colonização regular do Brasil não se procedeu às apalpadelas geográficas como tanto se tem dito e sim como decorrência de plano maduramente delineado.

Examinou o senhor de Tagarro os recursos dos pequenos esboços do povoamento litorâneo, de Pernambuco para o Sul. E despachou Diogo Leite para o Norte onde percorreria larga costa deserta de homens brancos até a foz do Gurupi.

Em Pernambuco presenciou a ruína da feitoria de Iguaçu, destruída pelos franceses. Na Bahia avistou-se com Diogo Álvares, tranqüilo, cercado de seus tupinambás mas desacompanhado de portugueses. Na Guanabara a nenhum branco divisou. Ali se deteve largamente e fez explorar o hinterland.

Bem sabia que em São Vicente haveria de ver casas de pedra e a torre fortaleza de um povoado onde

viviam umas duas dezenas, quiçá, de portugueses e espanhóis, porto já assinalado numa das cartas sumárias do *Yslario* de Alonso de Santa Cruz, sob o nome do santo padroeiro de Lisboa.

Com aqueles povoadores se encontravam os elementos mais sólidos, os únicos plausíveis para o estabelecimento da projetada cabeça de ponte firme da colonização a que a sua armada vinha trazer o magnífico reforço de centenas de povoadores.

Certamente ouvira D. João III falar da presença de João Ramalho naquelas paragens remotas da sua imensa possessão americana. E quiçá já também o houvessem informado de que aquele extraordinário vassalo transpusera a barreira da Paranapiacaba como primeiro vanguardeiro da penetração do Brasil.

Figura central do apossamento português tornou-se o famoso filho de Vouzela, avoengo, em nossos dias, de incontável multidão de brasileiros.

Julga-se que a sua aparição date dentre 1508-1515. Dos povoadores primevos nenhum alcançou o relevo deste homem de ímpar robustez e energia de quem, em 1553, dizia Tomé de Sousa ao Rei Piedoso: “que apesar de bisavô não se lhe viam cans, tendo o habito de andar nove léguas antes de jantar”.

“Tantos os filhos, netos e bisnetos e descendentes dele que nem ousou de dizer a Vossa Alteza” concluía o Governador-Geral.

De sua capacidade de condutor, na mesma época deporiam Manuel da Nóbrega a relatar quanto “o gentio não só o conhecia como o venerava”. E desta faculdade

de dominador ainda no mesmo milésimo surgiria o testemunho do aventureiro teuto Ulrico Schmidel a afirmar quanto o seu prestígio era incomparavelmente superior ao dos delegados régios.

Vencido o áspero socalco da Serra do Mar surge a suave derrama das terras planaltinas, lavradas por excelência, admiravelmente regadas e submetidas a um clima recordando o de Portugal. Ou pelo menos muito mais próximo deste do que o de qualquer outra região brasileira, até então desvendada. Constituía este conjunto poderoso motivo da fixação para os rudes iberos transplantados à América.

Ante a inflamada mente dos aventureiros não menos sedutor seria o conhecimento de que volumoso caudal nascido nas grimpas da Serra Marítima abria a mais auspiciosa porta às aspirações de um internamento profundo no continente, à busca daqueles jazigos de metais nobres certamente existentes na vastidão das terras ocidentais e desvairadores das esperanças de tão ásperos homens.

Fator de forte sedimentação, decorria ainda da abundância do braço servil recrutado entre as nações do gentio afeiçoável, que sem grande resistência vinha aceitando a dominação branca.

Muito estreita, impaludada, cálida, vantagens não oferecia a baixada paulista.

Quando o massapé pernambucano começou a lançar as safras opulentadoras, rápidas, dos colonos de Duarte Coelho e novas áreas se entregaram, no Recôncavo baiano, às plantações canavieiras, a indústria

açucareira vicentina arrastava-se sobremodo medíocre, embora lhe houvesse cabido a primazia cronológica graças à fundação, pelos Schetz, antuerpianos, do famoso engenho de São Jorge dos Erasmos, o primeiro do Brasil.

Avidamente ambicionado pela Europa como era o açúcar, houvessem compensadoramente rendido os canaviais vicentinos e tão mesquinhos não vegetariam.

Assim, quando em 1580, exportava Pernambuco duzentas mil arrobas e a Bahia cento e vinte mil levavam os três engenhos fluminenses e o único vicentino muito pobre existência.

Contemporaneamente, processava-se no planalto, sob a influência de João Ramalho e seus companheiros, intenso caldeamento racial da mais vigorosa vitalidade, uma das mais curiosas miscigenizações ocorrentes nos fastos da colonização européia mundial.

Qualificou-a Saint-Hilaire de criadora de uma raça de gigantes; Southey de genitora de feroz e intratável estirpe aquisidora de incansável atividade constitucional; Eduardo prado, de geradora de uma grei “em que a inteligência do branco altera o nível da mentalidade do vermelho enquanto deste proviera o reforço da robustez muscular daquele; Rui Barbosa, de autora de uma simbiose entre o gênio europeu e a energia americana da qual resultada “uma constituição à prova do medo e uma atividade inacessível ao cansaço”.

Já por volta de 1640, a Filipe IV apontava Montoya os mamelucos “Portugueses de San Pablo” como gente “camiñando sin ninguem estorbo, por tierras

y valles, a pie y descalzos, trescientas y cuatrocientas leguas como pudieran por las calles de Madrid”.

Quando Tomé de Sousa e Manuel da Nóbrega, homens superiores como inteligência e sabedoria, resolveram incentivar o povoamento do Sul brasileiro, certamente examinaram e com o maior cuidado, a conveniência de alguma fundação vultosa no litoral guanabaino, tão sedutor, apresentando as facilidades de seu golfo magnífico e a prodigiosa beleza que universal destaque lhe dá.

Mas em 1549 nele não viviam brancos. Faltava-lhe a presença de um João Ramalho. E depois os relatos provindos dos exploradores da expedição martimafonsina deviam prevenir o Governador-Geral e o Provincial que por ali incomparavelmente mais áspera se apresentava a penetração das terras do que na região vicentina.

Nesta a quase verticalidade do altíssimo paredão paranapiacabano, uma vez vencida, surge um piso de enorme área plana, ao passo que os Órgãos e a Estrela contam atrás de si os esgalhos serranos dos vales apertados, contrafortes a sucederem a contrafortes, criadores dos estreitos desfiladeiros onde correm os afluentes do Paraíba, série de escarpas em montanha russa, se tiverem de ser transpostas em corte transversal.

Tais as condições topográficas daquele largo trato de terras. Condições que não fenecem a margem do Paraíba, como tanto se sabe.

Durante dois e meio séculos inderrocável imperativo econômico nele criaria curiosa situação demográfica.

Manteria deserta, e magnificamente florestada, aquela grande área, proporcionando aos fastos brasileiros notável originalidade. A da existência de longa solução de continuidade entre duas zonas civilizadas, uma essencialmente tributária da outra e dela separada por largo trato de sertão bruto.

E isto quando na baixada existia considerável cidade portuária, como o Rio de Janeiro e à zona mineira pontuavam numerosas vilas e arraiais das regiões aurífera e diamantífera, estendendo-se a mais de um milheiro de quilômetros do mar e abrigando índices numerosos de elevado padrão artístico.

Foi preciso que cultura de grandes proventos surgisse, como a do café, para que cessasse tal singularidade. E o hinterland fluminense e a Mata Mineira se desbravassem. Mas já aí ia o século XIX adiantado.

Alarga baixada guanabarina mostrava-se muito mais afeiçoável à cultura canavieira do que a estreita faixa vicentina. Grande óbice opunha-se, porém, ao alargamento da indústria dos engenhos: o da carência de mão-de-obra.

Da ausência de um grupo europeu já vultoso e coeso como o de João Ramalho provinha a dificuldade extrema do aproveitamento dos elementos indígenas locais.

Em torno do patriarca do planalto, congregavam-se, decênios antes da fundação do Rio de Janeiro, algumas dezenas de povoadores intrépidos. Inspiradamente o aproveitaria Tomé de Sousa ao fundar a vila, ao mesmo tempo aldeia portuguesa e taba brasílica, surta em torno da ermida de Santo André. Dar-lhe-ia, ao arraial paupérrimo, a 8 de abril de 1553, o predicamento vilarejo sob a invocação do apóstolo irmão de São Pedro e deferindo a autoridade de Alcaide-Mor do seu campo a quem só poderia caber.

À inquilina inteligência de Manuel da Nóbrega encantaria fazer imediata fundação perto daqueles cristãos desde muito tão afastados de qualquer assistência espiritual e numa região que bem sabia ser farto viveiro de neófitos. Daí as providências para que se encetasse, e quanto antes, tal empresa.

Nomeio de tão numerosa gentilidade, como que se impunha ao novo colégio da Companhia o padroado do Apóstolo das Gentes. E assim, em dia prefixado e na festa evocadora da cena da Estrada de Damasco, nasceria o Colégio de São Paulo do Campo de Piratininga, a 25 de janeiro de 1554, célula inicial da vila e cidade capital do bandeirantismo.

Circunstância que notavelmente retardaria o povoamento fluminense decorria ainda da animadversão dos intrépidos tamoios aos portugueses e o seu extraordinário afeiçoamento aos franceses, sobretudo depois da vinda de Villegaignon.

Terrível a sua luta com os detestados *perós!* Fizeram supremo esforço para, em 1562, arrasá-lhes a

colonização vicentina. A São Paulo salvou a concentração das forças brancas transferidas, com João Ramalho, de Santo André, graças à presciência dos inacinos e a defecção do grande cacique Tibiriçá, fiel à amizade jesuítica e ao interesse pela sua já vultosa descendência mameluca.

Atacados os tamoios e os seus amigos *moires*, na própria Guanabara e afinal completamente derrotados por Mem e Estácio de Sá, reforçados pelos vicentinos, dentro em breve, sofreriam a implacável dizimação levada a cabo por Antônio de Salema e o Capitão-mor vicentino Jerônimo Leitão.

Com o extermínio desta raça brava e inteligente ficaria o gentio fluminense sobremaneira reduzido, restando-lhe, serra acima, escasso contingente tapuia, incomparavelmente inferior ao do litoral como material humano. É o que explica o afã pelo qual o Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes Xerí'a, pretendia, em 1628, povoar os canaviais de sua mulher, D. Vitória de Sá, em Jacarepaguá, com os guaranis escravizados no Guairá.

A lei do menor esforço pesaria sobre os principais núcleos costeiros do Brasil quinhentista: a Bahia e Pernambuco. Vivendo na abundância proporcionada pelo açúcar, pouco se interessariam pela faina da devassa de seus territórios sertanejos, habitados por tribos numerosas e belicosas como os aimorés baianos e mais tapuias nordestinos.

Além de tudo proporcionava-lhes o mar a fácil recruta dos trabalhadores africanos, incomparavelmente

mais afeiçoados ao regime servil, atávico, plurissecular do seu continente, do que os autóctones americanos, gente de vida patriarcal e igualitária.

Os outros e insignificantes centros litorâneos arrastavam-se na penúria decorrente do fraco surto inicial que por assim dizer praticamente se malograra.

Daí a justeza da famosa frase do cronista quando comparava a atuação dos colonos do Brasil do primeiro século às passadas dos crustáceos Beliscadores das areias atlânticas.

Achava-se o planalto piratiningano integrado num território de assaz forte densidade demográfica homogênea, como nenhum outro podia a colônia apresentar, a região guaraníca larga e sobretudo profunda.

Pertencia a uma faixa onde a seqüência dos agrupamentos de indivíduos da mesma estirpe ia das praias oceânicas às ribanceiras do Paraná, do Paraguai e do Uruguai *ad instar* de afloramentos da mesma série geológica.

Permitiria tal circunstância memorável facilitação à obra da conquista. Daí também decorreria o bilingüismo dos paulistas, reinante durante todo o ciclo das bandeiras e tão profusamente demonstrado pela documentação. Fato desta ordem não se registraria em parte alguma do país, a não ser e em muito menos escala, no Extremo Norte.

Este recrutamento de gente da mesma língua traria uma homogenização das camadas populares da sub-raça euramericana, sobremodo favorável à estabilidade da conquista.

A princípio ocupou ela pequena área onde as condições altimétricas criavam variações climatéricas incomparavelmente mais marcadas do que as de hoje como consequência de extraordinário desflorestamento do planalto. Ocasionalmente esta variabilidade as bruscas e violentas transições que os climatologistas entendem sobremodo favoráveis à conservação da energia das raças.

Da existência de populações indiáticas, oriundas do mesmo tronco nas velhas províncias guaraníticas, de aquém e além Paraná nascera continuado trânsito terrestre e fluvial, datando de época imemorial.

Os colonos espanhóis do Paraguai e do Guairá, industriados por seus índios facilmente e desde os primeiros anos, demandavam a costa atlântica. Em 1554 remontaram Irala e seus castelhanos o Paraná e o Tietê até o Avanhandava segundo parece.

Nada mais natural do que aproveitarem os europeus do planalto, primeiros viajantes da selva, da experiência dos vermelhos parentes de seus filhos.

Nestes emergiam veementes demonstrações de faculdades atávicas utilizadas nas incessantes jornadas sertanistas.

Precioso lhes era o senso capital da orientação em intérminos páramos cheios de incertezas, mistérios e surpresas, o acerto dos rumos, valendo-se de instinto que lembrava o dos pombos-correios.

Da experiência dos avoengos americanos valiam-se para superar os obstáculos diários da selva.

Este magnífico conhecimento dos recursos da natureza teria eloqüente demonstração num dos mais trágicos lances da guerra holandesa. em 1640 durante a famosa retirada do cabo de São Roque, quanto aos retirantes esfaimados, imersos nas brenhas do oeste pernambucano, notavelmente valeu o conhecimento dos *guaribás*, os “paus de digestão”, nas matas descobertas pelos paulistas da coluna perseguida de Luís Barbalho Bezerra!

Em 1554 promovia Manuel da Nóbrega a fundação de São Paulo que oito anos mais tarde resistiria triunfantemente ao terrível assalto das tribos da chamada Confederação dos Tamoios.

Depois de 1562 jamais passaria São Paulo por provação da ordem que assinalou este milésimo, embora em 1590 tivesse de atravessar fase de grande alarma.

Assim, durante mais de um quarto de século pudera desenvolver-se lenta, mas seguramente, assumindo o feitio de vilarinho português de acanhados recursos mas de vida primitiva e farta.

Cercavam-no pequenas propriedades de lavradores e criadores.

“Esta terra é das boas que há no Reino e se dará nela, segundo parece, quanto lá se dá”, dizia o padre Baltasar Fernandes, em 1556.

Em 1585 cabia a Anchieta depor: “terra de grandes campos, fertilíssima, de muitos pastos e gados, abastada de muitos mantimentos onde as boiadas e manadas multiplicavam-se notavelmente”.

“Esta terra parece um novo Portugal!” exclamava Fernão Cardim contemporaneamente.

Era o núcleo do campo piratiningano industrioso e laborioso. Em 1589 já a vila contava passante de cento e cinquenta fogos. E seus moradores viviam modesta mas abundantemente.

Em 1599, à chegada de D. Francisco de Sousa, tal a singeleza do seu vestuário que disso muito se espantou o Governador-Geral, narra Frei Vicente do Salvador.

Profunda impressão aos paulistas causaria aquele homem de alto relevo cuja memória lhes perduraria grata e longamente, como a de alguém de notáveis méritos e assinalados serviços à causa pública.

Quase um século decorrera da descoberta de Cabral e no entanto o Brasil nada revelara daquilo que acima de tudo devia dar no consenso geral da Europa de seu tempo. E no entanto desde muito do bojo dos galeões despejava-se para as arcas do tesouro dos Áustrias aquela massa enorme metálica e nobre, saída das entranhas do México e do Peru.

Permitira ele ao Grande Imperador, de sacra e cesárea majestade e ao filho, o *Rey Papelero*, a ingente tarefa de manterem a supremacia espanhola na Europa quinhentista.

No Brasil nada se encontrara ainda, nem prata, nem ouro, nem pedras! Na última década do século como Governador-Geral viria regelo um daqueles obcecados pela miragem do Eldorado, tão numerosos entre os que cogitavam das coisas americanas a ponto de formarem legião.

A notícia da existência de pequenas faisqueiras auríferas nas vizinhanças de São Paulo atraía-o. Se não o deslumbrara, pelo menos incutira-lhe a convicção de que poderia presidir ao início de um ciclo de expansão mineradora capaz de rivalizar com o do Potosi.

Daí o afã com que se transferiu às paragens vicentinas e organizou considerável aparelhamento prospector do sertão; a insistência com que apontou à Coroa a convicção própria no futuro de empresa de infalível êxito. Ele próprio realizou jornadas de assaz dilatado raio para verificar a valia das indicações ministradas por informantes singelos e ignavos. Não eram os arredores de São Paulo detentores de riquezas apreciáveis. Os seus pequenos filões auríferos, como os que Afonso Sardinha explorava no Jaraguá davam e sempre deram muito medíocres resultados.

Já antes da longa permanência do Governador-Geral em São Paulo, expedições de prospecção se tinham realizado como as de Brás Cubas e Luís Martins, Sebastião Marinho, Antônio Pedroso de Alvarenga, etc. Mas todas elas de incertíssimo roteiro e resultados nulos como nulos haviam sido até então os de uma série de entradas oficiais e particulares em terras hoje baianas, espírito-santenses e mineiras.

Nada lograria o senhor de Beringel obter de concreto sobre a ocorrência de minérios nobres nas zonas exploradas. Apenas encontraria umas bolsas ferríferas como a do Araçoiaba, de minério pobre e de metal que na época tinha reduzida importância.

Mas extraordinário serviço iria prestar à obra de expansão territorial com a instigação e a incentivação aos paulistas a que se lançassem à selva.

Organizou as duas primeiras grandes bandeiras de largo raio de percurso, as de André de Leão e Nicolau Barreto, cujos itinerários, incertos, tão discutidos têm sido e provavelmente ignotos continuarão.

Surgiam os albores da primeira grande fase do bandeirantismo: a da devassa do território destinado a cobrir todo o século XVII.

A ela se daria o nome de ciclo da caça ao índio não menos caracterizador daquilo que foi, abrangendo as operações cruéis, extensivas a todo o continente americano, da escravização e dizimação dos autóctones. Série de fatos em que espanhóis e portugueses, ingleses e franceses, alemães, tanto têm o que se exprobrar mutuamente em maior e menor escala.

Começam as entradas paulistas a proceder à faina da cativação dos homens de seus sertões no duplo intento de angariar a segurança de seus povoados e a abundância de mão-de-obra para os seus rudes e mal fabricados estabelecimentos agrícolas.

No século XVI ao que afirmam os jesuítas espanhóis assolara Jerônimo Leitão trezentas aldeias do vale do Anhembi, arrebanhando trinta mil silvícolas para os arrastar à labuta das lavouras e engenhos do litoral. Certo é que em 1628 não encontraria D. Luís de Céspedes ao longo de sua navegação tieteense aglomerações indiáticas.

Muito se exagerou, freqüentem ente, o cômputo dos escravizados pelas bandeiras. E assim a cifra dos inacianos deve achar-se muito acima da realidade.

O estágio da vida entre os índios, não permitia densidade apreciável de população. Afirmou autorizado economista que se em 1900 toda a população de nosso pequeno e já quase super-povoado planeta vivesse da natureza como, em 1500, os aborígenes americanos, precisaria ter a superfície de Saturno, se não a de Júpiter.

Certo é que com os primeiros anos do século XVII sentem as bandeiras o campo de ação desimpedido. Grandes áreas tornam-se cada vez mais seguras para o seu trânsito.

Agem elas em todos os quadrantes. Os incentivos do comércio baseado na mercadoria humana levam-nas, lógica e naturalmente, aos centros de maior abastecimento, às terras dos carijós da costa meridional, aos grandes viveiros ao sul do Paranapanema, do Iguazu e do Uruguai, onde procedem a largas *razzias* encaminhando as migrações forçadas dos prisioneiros ao planalto piratiningano.

A enormes distâncias atingem as entradas. Tanto se afastam que nem mais parecem obedecer a qualquer intento econômico e sim à instigação meramente esportiva. Assim se poderá explicar por que razão tantas se embrenhavam anos e longos anos, reaparecendo em povoado, quando todos supunham que nenhum dos seus componentes escapara à morte.

É o que tão expressivamente descreveu Montoya: “Há sucedido à estos portugueses estar tantos anos ausentes de sus casas que juzgados ya por muertos, á manos de los yndios se casaron sus mujeres y volviendo vivos, hallaron agenos hijos llevando ellos los que en las yndias gentiles procrearon”.

O imenso périplo de Raposo Tavares, o maior de quantos até a sua data e em qualquer continente se conhece certamente foi uma destas jornadas esportivas, tal o gigantismo das dimensões assumidas. Outras podem apontar-se com os mesmos propósitos embora em menor escala, como, por exemplo, as andinas de Luís Pedroso de Barros e Antônio Castanho da Silva.

Verdade é que muitas expedições realizaram imensos percursos obedientes a propósitos escravistas exclusivos já desde os primeiros anos seiscentistas como a de Pero Domingues, assinalada na confluência do Araguaia com o Tocantins.

É muito difícil se não impossível, na enorme maioria dos casos, fixar a profundidade das operações de prea.

As algaras atingem o centro do atual Rio Grande do Sul, a Mesopotâmia parano-uruguaia, o Sul de Mato Grosso, zonas hoje bolivianas e paraguaias, o Piauí, o Maranhão, o Nordeste.

Enquanto existiram populações consideráveis ao sul do Paranapanema e no litoral hoje paranaense e catarinense e no centro do atual Rio Grande do Sul, as jornadas preadoras abrangeram percursos muito menores do que as da segunda metade do século XVII.

Impossível torna-se calcular o volume do descimento de índios. Alguns autores jesuíticos atribuíram-lhe uma cifra de trezentos mil indivíduos, número que nos parece sobremodo exagerado e lançado para impressionar os monarcas, os pontífices e seus ministros.

Autores do século XVIII chegaram a falar em dois milhões.

Incomparavelmente menores do que as africanas eram as aglomerações sul-americanas da vertente atlântica que tanto praticavam o nomadismo. A permanência do estado de guerra tribal era além de tudo quanto havia de menos propício a que os autóctones do Brasil viessem a constituir núcleos populosos. Sua civilização, como ninguém ignora, apresentava-se muito mais baixa do que a dos africanos que se valiam de agricultura muito mais intensa e de siderurgia elementar *in totum* desconhecida pelos seus fronteiros transatlânticos.

Impossível se torna conjeturar o que haja sido a cifra dos cativos exportados da região vicentina para o Norte açucareiro, circunstância a que têm alguns autores dado, por vezes, o mais exagerado relevo. Julgamos que tal cômputo deva ter sido muito diminuto em relação ao contingente africano na época em que concorriam as duas correntes do tráfico, a transatlântica e a da cabotagem.

Prova eloqüente da pequena importância desta segunda corrente, temo-la em 1629, quando ocorreu o encaminhamento dos aprisionados do Guairá às praças

do Norte. Jamais se vira tão grande massa de apresados e no entanto os jesuítas que à presença do Governador-Geral foram pedir a sua libertação, encontraram mínimos contingentes de servos vendidos no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Bahia.

Durante decênios retumbaram perante o trono do terceiro e do quarto Filipe as palavras de grave advertência, o sombrio prognóstico de vários daqueles “crudos castellanos” conquistadores da América meridional atlântica.

Homens dessa grei que tanto sabia praticar a famosa divisa “a la espada y al compás, mas y mas y mas y mas!” como um Irala, um Hernandárias de Saavedra alertando os seus monarcas sobre “los grandes danos que hacian los Portugueses del Brasil” e os propósitos de “los maloqueros de San Pablo”.

À ilharga destes *maloqueros* viviam os poucos jesuítas do Colégio piratiningano. Acirradamente lhes combatiam os processos mas eram impotentes ante a unanimidade de vistas da população que os circundava. Afirmava um jesuíta castelhano que em São Paulo haveria apenas um ou dois vizinhos que não se entregavam às expedições preadoras.

Tentaram escudar-se com as decisões dos soberanos e esta atitude lhes valeu em 1612 a quase expulsão quando experimentaram apelar para os termos da lei de 10 de setembro de 1610, condenadora formal das jornadas escravistas. Procurando salvaguardar a responsabilidade impetraram nobre declaração formal da

Câmara paulistana de que jamais haviam participado de atos cerceadores da liberdade dos indígenas.

A mesma mentalidade escravista dominava os colonos espanhóis de toda a América onde se estabelecera o hipócrita sistema da *encomienda* e da *mita* fraudadoras das solenes “leyes de Indias”.

Praticava-se o regime da escravidão integral no Paraguai de aquém e além Paraná.

Mais numerosos e menos tímidos do que os seus confrades portugueses do Sul do Brasil, contrariavam os jesuítas castelhanos o desenvolvimento do escravismo espanhol imprimindo notável impulso à obra da catequese.

Haviam em 1628 conseguido no atual oeste paranaense estabilizar trinta mil almas, quicá, nos treze pueblos colocados abaixo do Paranapanema, mal grado a contumaz má vontade dos seus compatriotas e vizinhos colonos de Vila Rica del Spiritu Santo e de Ciudad Real.

Contra essa rede de pontos de apoio da conquista castelhana e da repulsa à sua expansão insurgiu-se a belicosidade dos paulistas, instigados duplamente, pela conveniência econômica de seu “remédio do sertão” e o atavismo secular da hostilidade lusitana.

Irromperia esta última pela boca de um dos seus grandes cabos de tropa ao responder ao inacino que lhe exprobrava invadir territórios da Coroa de Espanha: “esta terra é de nosso Rei e do nosso Conde Donatário”.

A política escravocrata dos delegados régios castelhanos era irremovível empecilho a que os inacianos conseguissem o armamento de fogo graças ao

qual o seus catecúmenos tentariam enfrentar a agressão bandeirante com outra eficiência que não a permitida pelas suas armas primitivas americanas e o armamento branco europeu de que dispunham seus doutrinadores. Essa repulsa à concessão de melhores elementos de combate acobertava-se com o terror da revolta geral dos índios contra os duros senhores e os interesses econômicos de um punhado de colonos brancos.

Nada mais frisante desta unanimidade de vistas inter-ibérica do que a atitude do Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes, perante a destruição da obra efêmera da Companhia de Jesus no Guairá, pela arrancada paulista de 1628-1629. Graças a ela verificar-se-ia o êxodo geral dos catecúmenos, Paraná abaixo, determinado por Montoya. Prosseguindo o avanço das bandeiras rumo ao sul, passou a visar os vastos celeiros humanos do Tape onde a infatigável Companhia de Jesus conseguira não menos vultosa obra da agremiação guaranítica cristianizada.

Processou-se vitoriosamente este avanço, guiado por chefes da envergadura de Antônio Raposo Tavares, André Fernandes, Fernão Dias Pais.

Era demasiado, porém, o que os temíveis mamelucos vinham alcançando.

Apesar da inércia dos Áustrias, ecoaram em Madri os brados de socorro partidos dos jesuítas e das mais altas autoridades sul-americanas a apontarem ao Trono a ruína da dominação castelhana na vertente atlântica do continente.

Daí proviria a tardonha atuação do governo paraguaio em defesa dos inacinos na campanha de 1638 de que resultou o destroço dos paulistas em Caasapaguaçu. E pouco depois o catastrófico revés às margens do Uruguai, em Mbororé, no ano de 1641, derrota causada pelo farto fornecimento de armas de fogo aos jesuítas pelos governantes do Prata, do Paraguai e do Peru. Trouxe esse sucesso extraordinário desaforo aos espanhóis que de tal sentimento deram as mais estrepitosas demonstrações.

Apesar de tão assinalado triunfo, ainda durante anos sentir-se-iam os castelhanos ameaçados no baixo Paraná. E até na foz do Prata em Buenos Aires, como quando se deu a irrupção de Domingos Barbosa Calheiros na região correntina; que tamanho alarma causou na cidade portenha.

Em princípios de 1641 chegaria ao Brasil a inesperada e estarrecente notícia de que a Metrópole recuperara a independência. E este fato determinaria em São Paulo manifestação do mais alto significado nos fastos de todo o continente americano: a primeira irrupção coletiva e vultosa de um sentimento nacionalista em terras do Novo Mundo: o episódio da aclamação recusada de Amador Bueno da Ribeira como rei de São Paulo.

Já para os paulistas não mais era o soberano o rei do Escurial. Mais liberdade lhes caberia, portanto, para as correrias estratordesilhanas.

Haviam demonstrado a solidariedade lusa acudindo aos apelos do Governo-Geral para a recuperação

do Nordeste, ao partir o seu contingente na esquadra do conde da Torre, em 1639.

No período de 1640 a 1643 deram largas ao espírito belicoso numa série de violentas questões intestinas, freqüentemente sanguinosas afastando-os do que se ia passando pelo Norte do Brasil onde a partir de 1644 começaria a década gloriosa da reação nacionalista antiflamenga. Mas ainda assim a agressão batava lhes valeria em 1641 a repulsa, em Santos, de uma frota vultosa, vitoriosamente enfrentada por Fernão Dias Pais e a remessa de um socorro militar em 1647 à Bahia, ameaçada por Segismundo Van Schkoppe.

Incansáveis na defesa de suas cristandades, haviam os padres Tanho e Montoya levado ao trono espanhol e ao sôlio pontifício os protestos veementes de sua Companhia contra a agressão às suas reduções.

E Tanho em 1639 conseguira do Sumo Pontífice Urbano VII o breve de 22 de abril mandando observar no Brasil a bula de Paulo III, de 1537, estatuidora da liberdade ds indígenas.

A publicação do decreto papal depois de haver provocado no Rio de Janeiro e em Santos arruaças graves, determinaria em São Paulo a mais enérgica reação da Câmara local apoiada pelas diversas municipalidades da capitania e no sentido de se expulsarem os inacinos do colégio piratiningano o que se levou a efeito a 13 de julho de 1640.

Durante treze anos estariam eles afastados do seu já quase secular cenóbio onde se reintegrariam graças

aos esforços de Fernão Dias Pais e mediante a promessa de não cercearem a atuação das bandeiras.

A partir de 1640 e durante dois decênios iriam as entradas atravessar um período de semicolapso, em virtude de gravíssimas dissensões irruptas em seu centro capital, dissídio que atingiu as proporções de verdadeira guerra civil.

Singular belicosidade animava os paulistas, como de esperar de homens afeitos às provações terríveis do sertão.

Em 1628 deles dizia D. Luís de Céspedes: “Vieen al pueblo los dias de fiesta y eso armados con escopetas, rrodelas y pistolas y publicamente consientelo las justicias. Porque já non son mas que en la aparencia y son como las demas muertes, cuchilladas y otras insolencias, matando se y aguardando se en los camiños todos los dias sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el dia de oy ni tal se save”.

Terríveis podem freeqüentemente vir a ser as pugnas pelo poder nas aglomerações vilarejas, no regime das competições de campanário. De uma questão entre dois potentados em arcos, Pedro Taques e Fernão de Camargo, alcunhado *o Tigre*, decorreram as mais graves conseqüências.

Afervorou-se o ódio das parcialidades com o assassinato de Taques por Camargo.

As peripécias dessa guerra civil “dos Pires e Camargos” narradas em documentação escassa, fragmentária e obscura acham-se ainda muito mal esclarecidas e talvez nunca nos venham a ser claramente

conhecidas. Complicam-se os seus incidentes com os casos de contenda com os jesuítas, de oposição ao Governador do Sul, Salvador Correia de Sá e Benevides, amigo da Companhia, e ainda uma questão passional entre pessoas do maior prole da vila, o uxoricídio praticado por Alberto Pires.

Imenso sofreu São Paulo com essa série de acontecimentos decorrentes do ódio e do acirramento das paixões. Serviu de teatro a numerosas ocorrências onde, certamente, pereceram muitos jornadeadores dos sertões.

Afinal intervieram os governadores-gerais do Brasil e desta conjugação de esforços procedeu em 1655 um acordo negociado pelo conde de Atouguia, delegado imediato de D. João IV.

Mas a paz não se firmou e apenas uma trégua. Recomeçou intensa a luta que só em 1660 veio a terminar com a atuação do ouvidor-geral dr. Portugal, delegado de Salvador Correia desde 1658, Governador-Geral da Repartição do Sul.

Visitou este os seus ásperos governados do planalto, conseguindo desvanecer-lhe as prevenções, ciosíssimos como eram da autonomia, da quase independência em que viviam, havia um século.

Apaixonado das pesquisas minerais, graças à sua intervenção como governador das Minas, fundara em São Paulo, e em 1645, a primeira Casa da Moeda que o Brasil teve, casa de efêmera duração por falta de material aurífero abundante a fundir, amoedar e quintar.

Coincidência ou não com a permanência do Restaurador de Angola em São Paulo, recomeçaram as operações do Bandeirantismo com muito maior intensidade. Vemos em 1661 voltar Fernão Dias Pais a sertanizar, e lança-se Luís Pedroso de Barros à sua enorme jornada do sertão dos Serranos no Peru, onde perece.

Até então não se haviam por iniciativa particular abalanzado os paulistas a nenhuma grande expedição de pesquisa de minerais. Era a preia de gentios o grande estímulo do seu “remédio do sertão”. Se às vezes um ou outro sertanista declarava entrar na selva à procura da prata e do ouro, fazia-o hipocritamente, para evitar não menos hipócritas conflitos judiciários ou, principalmente, para tentar obter índios das aldeias reais como soldados de suas “armações” e “viagens”.

Verdade é que os achados metalíferos até então realizados revelavam a maior pobreza do solo brasileiro em matéria de ocorrências nobres.

No terceiro quartel da era seiscentista acentuou-se o ritmo da devassa. As entradas sucedem às entradas a que assinalam os nomes de seus cabos de tropa como João Pedroso de Moraes, “o terror dos índios”, Luís Castanho de Almeida, Manuel Dias da Silva, o *Bixira*, Manuel de Campos Bicudo, Bento Pires Ribeiro e tantos mais *duces minores*.

Com a deposição do degenerado Afonso VI, em 1667, nova fase da penetração surgiu sob a instigação premente do novo soberano, o Príncipe Regente D. Pedro.

Era convicção entre os portugueses que fatalmente ocorreriam no interior do Brasil colossais jazigos metálicos capazes de rivalizar co aqueles que os espanhóis exploravam desde o primeiro meio século quinhentista.

Esperava-se muito maior ocorrência de prata do que de ouro.

Viviam os delegados régios e o cronistas convencidos de que por todos os motivos devia o Brasil ser mais rico do que o Peru. Estava a leste deste e o Oriente era sempre mais nobre do que o Ocidente. Por “boa filosofia” cabiam à região brasileira mais e melhores minas do que ao Peru, afirmava um documento oficial de 1610, pelo fato de ser mais oriental do que ele e portanto “mais disposto à criação de metais”.

Persistia tenaz a convicção nascida do célebre e misterioso caso fantasioso das chamada minas de Robério Dias. Em princípios do governo do Príncipe, singular vigor angariaria tal quimera.

Muito contribuiu Salvador Correia, aliás, para que se avolumasse tal miragem. Na mesma ocasião recrudescera a antiga fé na existência de grandes jazigos esmeraldinos, determinante de infrutíferas expedições quinhentistas.

Em 1664 incumbia o governo de Afonso VI a Agostinho Barbalho Bezerra de perquirição em regra em busca da prata. E nesta ocasião solicitou de diversos grande vultos do bandeirantismo paulista a cooperação às passadas do novo governador das minas.

A respeito do êxito de tal jornada mostrou-se o vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, absolutamente céptico e para tanto tinha razão, pois Barbalho não só viu perecer muita gente de sua tropa como ele próprio veio a morrer em campanha.

Em 1671 despachou o príncipe regente como Governador-Geral do Brasil o Visconde de Barbacena com instruções expressas para incentivar as pesquisas mineiras.

Dirigiu-se imediatamente aos grandes nomes do sertanismo e com tamanha insistência que conseguiu pronta repercussão nas atividades bandeirantes.

Partiram Sebastião Pais de Barros e Pascoal Pais de Araújo para a região do Tocantins onde o primeiro encontrou a morte e onde a sua bandeira veio a ser socorrida por outra despachada de Belém do Pará sob o comando do padre bandeirante, o antigo vigário de São Vicente, Antônio Raposo. Diversas outras expedições de pequeno vulto embrenharam-se contemporaneamente.

Determinaria a insistência da instigação governamental a mais longa e a mais notável das jornadas de perquirição mineira: a de Fernão Dias Pais, nomeado “Governador das Esmeraldas”.

Duraria um octênio de marchas e contramarchas, privações e sacrifícios extraordinários, lances dos mais trágicos, culminados pela ruína do opulento sertanista e a sua morte no sertão, onde, ilusoriamente encontraria pedras que supunha esmeraldas quando não o eram.

Duas formas as diretrizes principais da política americana de D. Pedro II: levar as fronteiras do Brasil à

margem setentrional do rio da Prata e envidar todos os esforços em favor da descoberta de metais nobres e pedras preciosas.

Com real tenacidade levou à frente este duplo plano. Conseguiu o *desideratum* em relação ao primeiro anseio, fundado em 1680 a Colônia do Sacramento mas nada de positivo realizou quanto ao segundo intento, mau grado avultados gastos do erário régio.

Pôs à testa da prospecção personagem que lhe arrebatara a confiança plena, o espanhol D. Rodrigo de Castel Blanco, afamado especialista ao que se dizia. Incumbia-o de examinar o que no Brasil existia de mais reputado como importância potencial mineira: a prata de Itabaiana em Sergipe e o ouro de Paranaguá, Caber-lheia ainda averiguar o que realmente seriam os já lendários jazigos da ainda não localizada serra de Sabarabuçu.

Recorreu o Príncipe Regente aos grandes sertanistas de São Paulo, novamente, e depois a coadjuvação intensa por meio de cartas autógrafas.

Não é possível fazer-se idéia do que valeria a técnica de Castel Blanco julgado por alguns contemporâneos seus como mero charlatão e por autores do nosso tempo menos severamente. Nada resultou de suas passadas ao Norte e ao Sul. Acabaria assassinado em 1681, no sertão do Rio das Velhas, no desempenho da terceira parte da sua missão, quando pretendia avistar-se com Fernão Dias Pais, a quem não mais encontrara vivo. Em todo o caso firmara a desilusão acerca do que

podiam render os cerros de Itabaiana e as faisqueiras de Paranaguá.

Diante do retumbante fracasso da curta empresa esmoreceriam e muito as tentativas da prospecção oficial.

Todos os pendores dos paulistas haviam-se, até então, voltado para as expedições preadoras. Pouco, muito pouco os preocupava o encontro dos metais e das gemas preciosas. Era o que aos reis repetidamente vinham avisando várias das mais altas autoridades da colônia.

Acompanhava-lhes a fama de insuperáveis dominadores dos mais bravios e irredutíveis gentios. Assim, viam-se os seus serviços requisitados pelos governadores-gerais para combater os terríveis tapuias do hinterland baiano, ameaçadores da segurança da zona canavieira do Recôncavo.

Em 1658 uma primeira expedição, chefiada por Domingos Barbosa Calheiros e Fernão de Camargo por completo fracassara, mas em 1671 segunda, comandada por Estêvão Ribeiro Baião Parente, Brás de Arzão e o filho de Estêvão, João Amaro Maciel Parente, conseguiria estrondoso triunfo.

Entre uma e outra ocorrera uma das maiores jornadas sertanejas: a de Domingos Jorge Velho que, em 1662, afazendara-se no Piauí, na confluência do Parnaíba e do Poti, a milhares de quilômetros de sua terra natal e em região até então inteiramente selvática.

Em sua esteira, pouco depois viera outro e notável cabo de tropa, Francisco Dias de Siqueira, o

feroz *Apuçá*, cujas cruéis passadas no Piauí e no Maranhão tanto se destacaram.

Duas grandes preocupações afligiam, no último quartel do século XVII, os governantes do Brasil: a existência dos grandes quilombos alagoanos dos Palmares e a agressividade das numerosas e belicosas nações tapuias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Dura empresa a da destruição dos redutos negros, objeto de já muito numerosas expedições malogradas. E mais duro ainda a da submissão dos autóctones a quem flibusteiros operando na costa nordestina abasteciam de armas de fogo a munições.

Ao quilombo palmareense conseguiu destruir, em 1694, e como tanto se sabe, o pioneiro do povoamento do Piauí após longa e penosa campanha.

O mesmo Domingos Jorge Velho destacou-se notavelmente na luta de extermínio contra os tapuias a que se deu o nome de Guerra dos Bárbaros. Nessa pugna que muitos anos durou, ocorreram numerosos lances documentadores da sua intensidade. Episódios em que sobressaíram diversos êmulos do expugnador de Palmares, como Matias Cardoso de Almeida, Manuel Álvares de Moraes Navarro, João Amaro Maciel Parente, Antônio Gonçalves Figueira e outros de menor relevo.

Do prestígio alcançado por estes chefes de “calções de couro” nada mais eloqüente como depoimento há d que o do arcebispo Governador-Geral do Brasil: D. Frei Manuel da Ressurreição:

“Para a Guerra do Sertão nem a infantaria paga nem a de ordenança se achou nunca capaz. Por maiores que fossem, no decurso de quarenta anos, os esforços de várias tropas opostas à ferocidade dos bárbaros nunca se conseguiu efeito algum até mandar o governo-geral vir os paulistas, gente acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sedes e inclemências dos climas e dos tempos, de que não têm uso algum os infantes nem os milicianos a quem falta aquela disciplina e constância”.

Justificando a concessão de patentes de oficiais de linha, aos bandeirantes, declarava o arcebispo que o fizera “por aquele incomparável serviço feito a Sua Majestade, em virem de São Paulo, a tantas centenas de léguas por sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes”.

Ao menor aceno de ordem emanada do governo-geral haviam deixado a sua conveniência, voltando-se contra os bárbaros, com quem tantas vezes tinham pelejado. Graças a eles haviam sido “vitoriosas as armas de Sua Majestade, a tempo em que tão oprimidos estavam das hostilidades inimigas”. Bastava “o seu valor e fama para os bárbaros perderem a insolência e tomar a guerra outro semblante”.

Nova e importante consequência decorreria destas campanhas cruéis: o afeiçoamento de largas áreas da bacia do alto São Francisco à civilização.

Findas as operações de guerra diversos dos principais cabos de tropa, como Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira fundaram enormes fazendas de criação de bovinos e eqüinos em território hoje norte

mineiro. Sobretudo na ribeira francisquense e no vale do rio Verde e do Urucuia na região outrora intitulada: os Currais da Bahia, cujo limite extremo meridional era a confluência do rio das Velhas e do São Francisco. Mais tarde a zona pecuarista se dilatava para o sul pelo vale do Guaicuí, depois que na zona de Sabará se encetaram os trabalhos da mineração, no grande ciclo inicial do Ouro.

O último quartel do século seiscentista presenciou as derradeiras grandes expedições de preta, algumas das quais rumaram ao mais longínquo oeste das terras de além Paraná já na bacia amazônica.

Foi a mais notável a de Francisco Pedroso Xavier, em 1676, a operar no norte do Paraguai. Imenso alarmaria os hispano-americanos, tanto mais quanto sentiam o enfraquecimento progressivo de sua imensa monarquia.

Era verdadeira expedição de pequeno corpo do exército do qual, a Carlos II, dizia o cabildo de Asunción: “toda esta provincia queda en riesgo manifesto de perder se”. Retirou-se o cabo de tropa depois de bater-se com a coluna do mestre de campo Juan Diaz de Andino mas levando grande cópia de prisioneiros. Larga repercussão teve a expedição acerca da qual eximiu-se o governo de Portugal de qualquer responsabilidade, fazendo ao embaixador espanhol em Lisboa a cabal confissão de impotência quanto à repressão das bandeiras.

“Estos portugueses de San Pablo”, explicava o diplomata ao seu monarca, “viven sin freno del respecto

y del terror del castigo de los gobernadores del Brasil. Son jente como sublevada y foragida. Por la grande distancia que se hallan de la Vahya de Todos los Santos sitio onde reside el governador general del Brasil, apenas lo reconocen y obedecen viviendo con grande desenfrenamento, falta al respecto y amor a la justicia”.

Em 1680 reaparecia Pedroso Xavier em correria pelo norte paraguaio onde numa refrega perderia a vida.

Mas um dos seus lugares-tenentes, Pascoal Moreira Cabral, mais tarde tão célebre, teria a audácia de estabelecer um campo entrincheirado à margem do Mboteteú, hoje Miranda, mantendo naquelas águas uma flotilha de oitenta canoas, base magnífica para impedir a marcha dos castelhanos para o norte pelo curso do Paraguai.

Nos últimos anos seiscentistas não foram geralmente felizes as entradas de prea. De 1682 parece datar-se a de Brás Mendes Pais a que notabilizou o popularíssimo episódio da repulsa de Pedro Leme, o *Torto*, à intimação castelhana da retirada de sua bandeira da região da Vacaria.

A de André de Frias Taveira e Jerônimo Ferraz de Araújo, invasora do distrito de Santa Cruz de la Sierra, sofreu formidável derrota por parte dos jesuítas e seus índios.

É provável que na base do Mboteteú hajam sediado muitas expedições de cujas passadas não se desvendaram documentos, ainda.

Ao longo do litoral atlântico contemporaneamente prosseguia a obra de ocupação por meio de avanços

intermitentes mas constantes, pois jamais recuou a distensão do povoamento. Cananéia e Itanhaém são quinhentistas, como também se pensa em relação a Iguape e Paranaguá. Esta última seria vila em 1648 e base para o povoamento do planalto com a fundação de Curitiba em 1668, por Gabriel de Lara.

Com Curitiba não se deu contudo o que se passou com Parnaíba, Itu, Sorocaba e Taubaté. Como centro de expansão bandeirante seu papel é mínimo, por fraqueza demográfica e ter hinterland deserto de índios às *razzias* de princípios do século XVII.

São Francisco do Sul já no século XVI preocupava os espanhóis que na sua ilha tiveram efêmero povoado. O povoamento definitivo do arraial de Nossa Senhora da Graça ocorreria por volta de 1658. A ilha de Santa Catarina atraía na centúria quinhentista, e muito, a atenção dos conquistadores castelhanos que contudo não a povoaram, recuando no século seguinte ante a progressão bandeirante. Estava em 1660 deserta. Seria pouco depois, em 1662, o teatro do grande e malgrado ensaio colonizador de Francisco Dias Velho.

Importante como base militar, quando da fundação da Colônia do Sacramento teria o seu azemel de Nossa Senhora do Desterro arrasado por flibusteiros que até hoje não se sabe a que nacionalidade pertenciam.

A existência da Colônia do Sacramento seria o pertinaz estímulo a que os reis promovessem o constante avanço do povoamento, rumo ao sul.

Daí o empenho pelo qual D. Pedro II estimulou o ousado vicentino Domingos de Brito Peixoto a esta-

belecer-se nas terras do que então se chamava a Alagoa dos Patos, fundação que se realizou entre 1676 e 1690.

Áspero foi o apossamento definitivo da região onde se elevaria o arraial de Santo Antônio dos Anjos d'Alaguna. Teve Domingos de Brito Peixoto como colaboradores de inestimável valia, seus filhos Francisco e Sebastião. Ao primeiro e seu sucessor, se deveu a marcha para o meridiano da qual decorreria a conquista do Rio Grande do Sul.

Estava a findar o século XVII e no solo vicentino existiam onze vilas litorâneas: Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco do Sul; três no vale do Paraíba: Guaratinguetá, Taubaté e Jacareí; seis no do Tietê: São Paulo, Moji das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiaí; uma no vale do Iguazu: Curitiba.

Pontas de lança da penetração civilizadora representavam então Itu, Sorocaba, Jundiaí e Curitiba, à distância entre 120 e 165 quilômetros da costa.

Eram então em todo o Brasil os núcleos civilizados mais profundamente entranhados no âmago das terras, quando não implantados à margem de rios navegáveis, vertendo para o Atlântico e de fácil acesso.

E ainda existiriam minúsculos arraiais paulistas perdidos na vastidão das terras como o de João Amaro, no Paraguaçu, o de Matias Cardoso, nos Currais da Bahia, o do *Apuçá* na Mocha piauiense, etc.

No século XVII, mau grado a guerra civil e a sangria contínua causada pelas entradas nas quais tantos partiam para jamais voltarem, crescera a vila de São

Paulo graças à prolificidade da raça que a habitava como demonstram os róis genealógicos.

No limiar do século contava 210 fogos aglomerados e pouco depois D. Francisco de Sousa augurava que com o divino favor seria, dentro de não largo lapso, cidade.

A Câmara de 1637 com certa ênfase apregoava que sua vila era passante de seiscentos vizinhos. Mais de três mil brancos contava em 1660, declarava Salvador Correia. Assim não nos parece exagerado crer que a vila atravessaria o limiar da era seiscentista contando uns cinco mil habitantes brancos.

Já então haviam as bandeiras varrido enorme área.

Sem falarmos no périplo portentoso de Antônio Raposo Tavares, assinalado no norte do Paraguai, em terras da atual república do Equador, perto de Quito, no Rio Negro e na foz do Amazonas havia o Paraguai sido numerosas vezes atravessado, avistando-se as mesnadas bandeirantes nas campanhas do Uruguai como nos vales do Tocantins e do Araguaia, do rio das Mortes, matogrossense. Verificava-se sua presença ainda no âmago do Piauí e do Maranhão, assim como na mesopotâmia parano-uruguia e em terras da vertente ocidental dos Andes e no vale do Madeira.

Destas façanhas prodigiosas nascera no Brasil e na América do Sul, na monarquia lusitana e na Europa uma série de atoardas altissonantes e justificadas.

Uma informação oficial de 1695 a D. Pedro II prevenia de que os homens de São Paulo eram “capazes para penetrar todos os sertões por onde andavam

continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, não lhes sendo molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito de tal vida. E ninguém lhes podia negar que o Sertão todo que Portugal tinha povoado no Brasil eles o haviam conquistado de gentio bravo, espalhado pro serras, penhas, matas e caatingas.

Os jesuítas e os hispano-americanos que tantos motivos de queixa tinham dos paulistas, publicaram na Europa assaz vultosa bibliografia contra os seus agressores do Guairá, do Tape e do Itatim como Montoya na *Conquista espiritual*, Jarque nos *Insignes misioneros*; etc.

Divulgaram-se as extravagâncias colhidas no Brasil seiscentista como as dos capuchinhos Frei Miguel Ângelo de Gattina e Frei Dionísio de Carli, do engenheiro naval francês Froger e outros. Criou-se como que a consciência de que a vila de São Paulo era tributária e não súdita dos reis de Portugal, constituindo uma espécie de república, cuja lei primordial vinha a ser não reconhecerem os seus cidadãos a autoridade de governador algum estrangeiro.

Ao mesmo tempo firmou-se a opinião de que os paulistas marchavam pelos sertões, em bandos de algumas dezenas de brancos seguidos de numerosos índios, dos quais se valiam com superioridade não igualada por quaisquer outros homens da raça européia.

Atravessavam todo o Brasil, incursionando no Prata e no Amazonas para voltarem à vila natal às vezes

com centenas de cativos. Em suas montanhas sentiam-se ao abrigo das injunções dos reis.

A estes depoimentos sobre a sua bravia independência avolumavam muito os das próprias autoridades brasileiras.

A D. João IV informava o Provedor da Real Fazenda, Pedro de Sousa Pereira, que com a maior facilidade se amotinavam e desobedeciam às mais estritas ordens dos delegados régios.

Em 1663 o Governador-Geral Francisco Barreto expendia o conceito de que São Paulo constituía legítima Rochela, injuriosíssimo epíteto naquelas eras de ardente fé católica. Em 1691 dizia Luís César de Meneses, Governador do Rio de Janeiro, a D. Pedro II que “os moradores de São Paulo, não guardavam mais ordens que aquelas convenientes aos seus interesses”.

Em fins do século XVII cresceu extraordinariamente a reputação de turbulência e desobiência às ordens emanadas do Trono, graças aos violentíssimos “motins da Moeda”.

No meio da pavorosa crise econômico-financeira, em que se debatia a monarquia e sobretudo o Brasil, lembrara-se a Coroa de recorrer ao expediente da alta fictícia do numerário, ao inepto recurso dos reis medievais, moedeiros falsos, tipo Filipe, o Belo, da França. Tal medida provocara os mais arrebatados protestos dos paulistas de que resultaram de 1690 a 1694 diversas explosões públicas da maior desobediência às injunções régias.

Deram estes fatos azo a pitoresco incidente entre D. Pedro II e seu Secretário de Estado, Mendo de Foyos Pereira.

Como o Rei deste indagasse quais exatamente eram as vilas do Sul do Brasil, pusera-se o ministro a enumerá-las. Estranhou o monarca que de tal rol houvesse excluído os nomes das de São Paulo, respondendo-lhe a interpelado: “Porque aquelas vilas não pertencem a Vossa Majestade, que sendo em todas mais do Brasil obedecido, nesta é desprezado!”

Até os últimos anos do século XVII pouco se haviam interessado as bandeiras pela pesquisa de minérios nobres e pedras preciosas.

Era o que ao rei explicava o provedor Pedro de Sousa Pereira: “Acabei de experimentar quanto os paulistas tratam de se conservar livres, no mau ânimo que todos têm para o particular das minas, trazendo essa prática que, havendo as de importância, ficarão sujeitos aos presídios e governadores de Vossa Majestade e lhes está melhor viverem de suas lavouras, com ali8 que até agora têm de quererem recusar ou aceitar os ministros que vão a São Paulo”.

Era então curiosa a situação econômica da capitania vicentina.

Em torno da vila paulistana, e num raio máximo de uma centena de quilômetros afazendavam-se os homens de prol da república. Nas demais vilas e naturalmente em escala muito menor reproduzia-se o fato.

Não eram grandes estas explorações agrícolas, as quais acompanhavam a indústria de rude tecelagem e a

prática de sumário artesanato das profissões elementares essenciais da carpintaria, olaria e ferraria.

Nelas não se produziam gêneros destinados a uma exportação compensadora, mas em escala muito reduzida como testemunhava a insignificância do movimento portuário em toda a Capitania.

Começava a açúcar a produzir-se com maior abundância em torno de Itu, onde as lavouras canavieiras encontravam solo mais adequado e sobretudo clima muito mais propício, pela menor intensidade do frio e das geadas.

Mas este açúcar andava mal preparado e mal reputado comercialmente, no resto do Brasil. Servia ao abastecimento local. Viviam os paulistas cercados da abundância da sua produção cerealífera, dispendo de bastante algodão para as exigências do seu consumo. O mesmo se dava quanto à lã que fornecia matéria-prima “às fábricas de chapéus grossos que ainda no fim do século e ano de 1699 estavam estabelecidas”, informa Pedro Taques.

A altíssima muralha vertical do Paranapiacaba, intransponível aos animais cargueiros até fins do século XVIII, constituía tremendo obstáculo imposto à exportação. Avultava a produção agrícola planaltina a ela recorrendo as mais altas autoridades da colônia, quando em ocasiões de penúria e apertos de guerra requisitavam do celeiro paulista os “socorros da farinha de trigo, carnes de porco a feijão que pediam os governadores-gerais do Estado em diversos tempos”, como refere Pedro Taques. Daí a pungente queixa de

Antonio Viera a D. Pedro II, motivada pela ocorrência destes apertos de guerra e outros quando ao monarca apresentava a dureza da vida dos índios, transportadores dos fardos de exportação do altiplano, pelas encostas da Serra Marítima “não só carregados como homens, mas sobrerregados como azêmolas”.

Os rebanhos de bovinos e eqüinos pouco vultosos se apresentavam no platô e no século XVII muito inferiores aos dos sertões da Bahia e Pernambuco.

Em suma: as vilas do planalto bastavam-se largamente a si mesmas. Cercavam-nas propriedades de área geralmente exíguas em face da vastidão das terras desabitadas, fazendas em geral mal delimitadas como de esperar.

Diminuta a densidade demográfica, embora incomparavelmente maior do que um século atrás, Em fins do século XVII o Secretário do Conselho Ultramarino avaliava a população de São Paulo e das oito suas satélites de Serra Acima, “do seu Recôncava”, que deviam ser Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Moji das Cruzes, Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá em vinte mil vizinhos. Referia-se naturalmente aos homens brancos o que levaria a população a umas sessenta mil almas, pois os negros, os do gentio da terra e os de Guiné não encontravam no censo.

Havia potentados em arcos que regiam centenas de “serviços forros” a alguns a mais de um milheiro como sucedia a Fernão Dias Pais e aos irmãos Pedro Vaz de Barros e Fernão Pais de Barros.

Sucedia às vezes que os rebanhos servis se rebelassem tomando temível desforço da contenção a que estavam submetidos. Tal o caso da insurreição dos servos de Antônio Pedroso de Barros a quem assassinaram destruindo-lhe ao mesmo tempo a fazenda. Em 1660, como consequência provável da guerra civil vários casos desta natureza ocorreram.

Muitíssimo poucos são, aliás, os documentos reveladores de movimentos de repulsa ao cativo por parte dos “serviços forros” livres por lei de Sua Majestade. A importação de africanos ainda se mostrava muito escassa em terras paulistas.

Com o declinar do século XVII não tardaria que o campo de exploração das bandeiras fosse precipuamente outro, devido a inesperado encontro revelado pelo desvendamento do sertão dos Cataguás.

Notável documento representa o que o governador fluminense Antônio Pais de Sande expendeu a D. Pedro II, em meados de 1693, expressão daquilo que pensava acerca da questão até então muito nebulosa da existência de minas no Brasil.

Quem ultimamente estornara a descoberta de jazigos preciosos fora a incompetência e a inépcia dos delegados da Coroa, encarregados de tal empresa, como ainda recentemente D. Rodrigo de Castel Blanco.

Rematado disparate pretender-se, oficialmente, a execução de jornadas sertanejas de prospecção. Escusado seria entregar a chefia de tais expedições a outrem que não paulistas. Gente briosa, intrépida, “impaciente da menor injúria”, amantíssima da pátria,

vaidosa e ambiciosa de honrarias, benéfica a forasteiros e adverstíssima a atos servis, saía do berço, imbuída da doutrina da conservação da independência! Imenso receava trocar a liberdade de governo da sua quase livre república pela sujeição que fatalmente lhes traria o estabelecimento de um aparelho administrativo e burocrático se acaso revelasse as riquezas minerais de seus sertões.

Com muito tato precisavam os monarcas levar tão suspicases, altanados e bravios vassalos. Essencial se tornava provar-lhes que longe de os reduzir a humilhante sujeição haveriam de os distinguir e agraciar com honras e mercês, postos, patentes, cargos e ofícios.

Quando se convencessem da lealdade das intenções soberanas haveriam, ambiciosos de glória e cheios de competições mútuas, de efetuar todas as diligências em revelar os tesouros do solo brasileiro com a energia de que eram capazes, vencendo o “empenho com que os traziam ocultos”.

Caberia ao sucessor de Pais de Sande, Sebastião de Castro e Caldas (1695-1697) noticiar a D. Pedro II as notícias estarrecentes do encontro de extraordinários jazigos auríferos, naquele tempo sertão dos Cataguás, por onde durante oito anos perlustrara Fernão Dias Pais. Obcecado pela miragem esmeraldina longamente vira correr as águas de regatos, ribeirões e rios sobre verdadeiro leito de granetes e grãos de metal finíssimo do mais apurado quilate qual o da região sabarense. E não suspeitara a existência de tal pactolo.

Até agora parece impossível atribuir seguramente a este ou àquele sertanista a prioridade da revelação do ouro das Minas Gerais. E o mesmo se dá quanto à fixação do milésimo do tal desvendamento.

O famoso relato de Bento Fernandes Furtado de Mendonça papel inicial da documentação histórica de Minas Gerais, tal glória atribui a Antônio Ruiz de Arzão, em 1693.

Pretendeu Garcia Rodrigues Pais, em 1695, avocar a si tão notável prioridade, mas às suas pretensões falta a indispensável documentação. Deve, aliás, o célebre Guarda-mor Geral ter sentido amargamente haver permanecido por longo prazo, ao lado do enorme jazigo do rio das Velhas, sem lhe ter suspeitado a existência.

Foi o achado de Arzão insignificante e sua divulgação teve restrito raio, não causando impressão ao público brasileiro e ainda menos ao reinol. Não fora assim e já 1693, ou, ao mais tardar, 1694 teria presenciado o início do enorme *rush* de alucinados aventureiros prospectores do ouro.

Já por volta de 1697 imenso crescera a fama das perspectivas dos *placers* do Espinhaço e a Coroa despachou ao governo do Rio de Janeiro, delegado de grande capacidade e inteligência: Artur de Sá e Menezes, incumbindo-o de averiguações minudentes sobre o que já muito veementemente afirmava a atoarda universal.

Ao chegar ao Brasil encontrou os paulistas, novamente, entregues a sanguinolento dissídio. O assas-

sínio de Pedro de Camargo, chefe da facção que com a maior insolência desacatara a autoridade do novo delegado régio intimando-o a que não viesse a São Paulo – porque os paulistas se sabiam muito bem governar sendo conveniente que ele se deixasse ficar no Rio de Janeiro com a sua infantaria – o assassinio de Camargo pelo bravo Gaspar de Godói Colaço, trouxe completo desafogo à atuação inteligente e diplomática do novo capitão-general.

Veio ter a São Paulo onde conseguiu perfeito conhecimento do que se passava no território aurífero, tomou ótimas providências administrativas mostrando-se organizador de larga visão e instou vivamente os paulistas a prosseguirem na faina mineradora. E afinal saiu a percorrer o distrito mineiro.

Já então o invadeira enorme e desvairada turba, com tamanha impaciência e imprevidência, se não inconsciência, que daí resultara catastrófica situação. Esgotados os poucos recursos naturais da região invadida, ilhada na selva, distante centenas de quilômetros dos centros que poderiam abastecê-la de carne e cereais, terrível fome assolou os famélicos do ouro, obrigando-os a uma dispersão, causadora de enorme mortandade e numerosíssimos crimes.

Em 1700 apareceu Artur de Sá no distrito do ouro e em 1701 a ele voltou.

Verdadeiro delírio coletivo empolgou Portugal e o Brasil. Superestimou-se a cubagem dos recém-encontrados depósitos auríferos. Inestimáveis minas! Havia ouro a desentranhar por séculos e séculos! Era o

que corria cis e transatlanticamente. Boatos circulavam de que a Lisboa se encaminhavam naus lastradas de ouro em pó!

Realmente prodigiosa iam ocorrendo os achados nas primeiras zonas descortinadas, nas Minas Gerais do Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo, do Sabará e do Rio das Mortes. Os primeiros acorridos à borda do curso dos novos pactolos, maiores e menores, auferiam espantosos lucros do rápido trabalho.

Procurou Artur de Sá infundir algum feitiço civilizado àqueles arraiais turbulentíssimos onde campeavam a violência e o crime.

Enquanto isto prosseguia, impetuoso, o movimento prospector, revelando novas descobertas, muitas das quais de enorme valia. Surgiam os arraiais, uns após outros, ao sabor dos achados. Muitos deles de vida efêmera, outros persistentes que com o tempo dariam nascimento a vilas, mais tarde cidades.

Tais, por exemplo, o do Ribeirão do Carmo do qual nasceriam Mariana, Vila Rica do Ouro Preto e seus contíguos Antônio Dias, Tripuí, etc. Sabará, mais tarde Vila Real, para depois voltar ao primitivo nome e seus satélites Caeté, Santa Bárbara, Brumado, etc. Rio das Mortes, depois São João d'El-Rei, e seu vizinho São José, Pitangui, Serro do Frio.

Formam verdadeira legião os paulistas denunciadores dos novos jazigos, cujos nomes se fixaram imorredouramente nos fastos e na toponímia de Minas Gerais, sendo que muitos deles adquiriram verdadeira projeção nacional, como Manuel de Borba Gato,

Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, Garcia Rodrigues Pais, João Leite da Silva Ortiz.

A diversas localidades se prendem nomes de clãs de São Paulo, como Pompeu, Betim, Raposo, Furquim, Camargo, etc. A outras os patrocínios individuais como Mateus Leme, Antônio Dias, etc.

Habitat de homens afeiçãoados à terrível vida do sertão e da preta, em desertos a enorme distância de qualquer ponto civilizado, era de esperar que a região do ouro servisse do mais favorável campo de expansão aos sentimentos da violência e da exclusão sobretudo quanto nela fervilhava a competição em favor da posse do objeto causador da maior cobiça humana.

Nos primeiros momentos estabeleceu-se a rivalidade entre os grupos dos primeiros descobridores, filhos do mesmo local, e outros da mesma grei mas oriundos de outra zona. Daí a má vontade dos taubateanos para com os paulistanos e demais filhos da sua capitania vicentina, sobretudo para com os primeiros que, no dizer dos depoentes do tempo, mofavam da pequenez da vila de São Francisco das Chagas comparando-a à sua, muito maior.

Mas não tardou que todos estes paulistas, aliás parentes e aparentados, fizessem frente única ante a avalanche dos outros brasileiros e dos reinóis precipitados do sul e do norte sequiosos de compartirem da riqueza dos achados de pinta rica.

Mais numerosos, dispondo de elementos financeiros mais vultosos, fornecidos por capitalistas da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, tomaram,

forasteiros e emboabas, posição a mais saliente ante aqueles que se julgavam e com mil motivos naturais para tal sentimento os senhores de uma região de sua descoberta e laboração inicial.

Agravou-se muito esta situação no primeiro decênio setecentista, em cujo final se tornou intolerável, marchando para sanguinosa distensão.

Nos primeiros milésimos dos achados do ouro no até então deserto território mineiro, ordem alguma reinava nesta região onde praticamente não existiam quaisquer autoridades judiciárias, militares e administrativas e onde para o agravo da situação viviam péssimos clérigos, trânsfugas de suas religiões. Era um campo de desenfreada anarquia e verdadeiro reino do bacamarte e da tocaia.

Três indivíduos encabeçavam a oposição aos paulistas, dois portugueses Manuel Nunes Viana e o trinitário Frei Francisco de Menezes e um fluminense Bento do Amaral Coutinho.

Dispunha Viana de dotes de extraordinária inteligência e capacidade para a luta.

Era, como complexo de qualidades combativas, a mais notável personalidade das Minas. Quer como mineiro opulento quer como organizador do comércio de gado, vindo do Norte aos arraiais do ouro, e sobretudo como chefe principal da vultosa quadrilha dos descaminhadores dos quintos reais.

O trinitário giróvago, homem da maior bravura pessoal, e não menor cupidez, visava a enriquecer rapi-

damente à sombra da proteção do grande contrabandista a quem se aliara.

Quanto a Coutinho, indivíduo feroz, homiziado em virtude de atrozes crimes e homem não menos intrépido, fizera também a mais natural aliança com o chefe emboaba.

A este trio de lutadores de notável capacidade, apenas podiam os paulistas opor um único chefe de grande prestígio. Desde muito, aliás, fazia ele frente a Viana tentando reprimir-lhe o contrabando: Manuel de Borba gato. Eram além de tudo os paulistas inferiores, em número, aos seus contrários.

Incidente insignificante veio deflagrar o conflito. Uma pendência entre Jerônimo Pedroso de Barros e Nunes Viana, pôs em armas as duas parcialidades em fins de dezembro de 1708.

Depois de uma refrega em Cachoeira do Campo onde destroçou os adversários, ocupou Manuel Nunes o arraial vila-ricano mais viu-se repellido pelo vizinho do Ribeirão do Carmo.

Deixou-se então solenemente aclamar Governador das Minas, investido de todos os poderes ditatoriais.

Uma coluna sob o comando de Bento do Amaral Coutinho surpreendeu contemporaneamente como tanto é sabido um troço de paulistas perto do rio das Mortes, e obrigou-o, por esgotamento de munições, a render-se discricionariamente.

Aos prisioneiros mandou o cruel vencedor trucidar, que valeu ao local o nome de Capão da Traição.

Parece muito exagerado, pelos cronistas, o vulto deste morticínio cujas vítimas chegaram a computar em várias centenas.

A mais penosa impressão causaram no Rio de Janeiro as notícias da conflagração mineira. Partiu o Governador D. Fernando de Lencastre para o teatro da luta e a Viana intimou a que se apresentasse, cassando-lhe todos os atos praticados.

Recebeu-o o caudilho à frente de numerosa tropa, disposta em ordem de batalha e Lencastre a toda pressa recolheu ao Rio de Janeiro, onde em breve, a 11 de junho de 1709, passou o governo a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, homem corajoso, cheio de prudência e tato político.

Sentia-se Viana, aliás, em posição falsa. Vários dos seus principais lugares-tenentes assumiam atitudes hostis. E assim procurou negociar com o delegado régio.

Intimou-o Albuquerque a abandonar imediatamente o território mineiro, sendo *in totum* obedecido. Proclamou o novo governador a anistia régia, da qual ficavam excluídos Viana e Bento do Amaral, e foi ter a rio das Mortes onde emboabas e frausteiros se achavam muito receosos de provável investida paulista de desforço ao caso do Capão da Traição.

Descendo a Mantiqueira encontrou Albuquerque, em Guaratinguetá, o vultoso corpo do exército que, sob o comando do cabo maior Amador Bueno da Veiga, marchava para o território mineiro. Tentou desarmar os chefes paulistas mas por eles viu-se desacatado.

A 14 de novembro de 1709 surgia em face do arraial do rio da Mortes a tropa de Amador Bueno que encontrou o local apercebido de bem guarnecido fortim. Encetou-se o assédio da pequena praça vigorosamente defendida. Lavrava, porém, a discórdia entre os chefes do exército paulista. Ao da vanguarda, o bravo Luís Pedroso de Barros, frouxamente auxiliava o cabo maior. Houve diversos combates e os sitiados exaustos de munições iam lançar mão do desesperado recurso de uma sortida em massa quando, inesperadamente, retiraram-se os paulistas, receosos de se verem entre os fogos do arraial, e os de forte coluna apoiada por tropa de linha do Rio de Janeiro, e que a marchas forçadas vinha socorrer os assediados.

Portou-se Albuquerque com a maior habilidade. Em vez de abusar da vitória, correu a São Paulo a efetuar a pacificação dos vencidos, conseguindo de tal intervenção os melhores resultados.

Em julho de 1710 aos paulistas desarmava levando-lhes a notícia de criação da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro, cuja capital seria a sua vila.

Assegurou, então, que dentro em breve seria esta levada à dignidade de cidade e provavelmente à de sede de nova diocese.

E realmente pelo alvará de 3 de novembro de 1709 Dom João V criava a nova circunscrição anunciada, cujas fronteiras viriam a delimitar colossal área de quase três e meio milhões de quilômetros quadrados, encerrando os territórios de seis Estados atuais da Confederação Brasileira: São Paulo, Minas Gerais, Mato

Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, grande parte do Rio Grande do Sul e ainda um trato de terras hoje fluminenses.

A 11 de julho de 1711 ratificava o rei as palavras do seu delegado, elevando a antiga vila do Campo de Piratininga à categoria de cidade capital de sua imensa capitania, que já então contava mais de duas dezenas de vilas.

Prosseguiu o *rush* minerador, sobretudo depois que deixou de ser limitada a importação de africanos.

Enorme o abalo causado pela aparição do ouro num país onde o numerário todo ele metálico até então se mostrara o mais escasso. Fortíssimo desequilíbrio econômico ocasionou em toda a colônia, como tão lucidamente aponta Antonil.

Quer pela sucção, em mercados de pequena produção dos gêneros de consumo, quer pelo despovoamento dos centros produtores.

Nada mais natural do que este fenômeno obediente à mais imperativa das leis, a da oferta e da procura. Encaminhavam-se as carnes e os cereais para os centros de uma região onde dezenas de milhares de indivíduos viviam pagando, a peso de ouro, aquilo de que precisavam, para poder subsistir em terras sáfaras, ainda na véspera virgens de qualquer amanho, por desertas. E a miragem aurífera arrebatava levadas e levadas de obcecados arrastando consigo comboios e mais comboios de escravos adquiridos pelos mais elevados preços, desgarnecendo-se de tal forma o pessoal dos

estabelecimentos agrícolas que muitos e muitos deles haviam cessado de produzir.

Nos primeiros anos da mineração representou a região paulista de Guaratinguetá a Curitiba, o papel de retaguarda econômica das Minas, mas a custo, como de esperar, de consideráveis sacrifícios pela elevação do custo de vida e sobretudo pela extraordinária diminuição do seu cabedal demográfico.

Contemporaneamente trouxe o afluxo do ouro o mais notável desenvolvimento ao Rio de Janeiro. Foi certamente a fama de metrópole do ouro que lhe atraiu os assaltos franceses de 1710 e 1711.

De 1710 em diante alargou-se extraordinariamente a área de prospecção incentivadora de não menos considerável importação de escravos, que agora se utilizava das extraordinárias vantagens trazidas pelo recém-rasgado Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais.

Eram eles em 1716 e na região das lavras, 27.909, cifra que ascendeu a 52.273 em 1728 e a 92.729 em 1735.

Os três primeiros capitães-generais de São Paulo e Minas do Ouro residiram sempre fora de sua capital, no Ribeirão do Carmo, centro do distrito principal de exploração aurífera.

Problemas graves do seu governo foram a cobrança dos quintos da produção das lavras devidos ao fisco régio e a manutenção de certa ordem e disciplina nos tão vastos territórios onde tão frouxamente se fazia sentir a presença de sua autoridade.

Naquelas enormes regiões ermas como estabelecer qualquer polícia, senão do modo mais precário? A multiplicação das veredas e picadas favoreciam extraordinariamente a evasão do ouro subtraído à quintagem. E esta questão do descaminho dos quintos converteu-se no maior pesadelo das altas autoridades. E a seu lado florescia o mais intenso contrabando dos rebanhos e das mercadorias subtraídas ao pagamento dos impostos.

Depois de 1702 grandes boiadas desciam continuamente do Norte, passadas as duas grandes fomes, pois a balela de existência de fazendas de criação na zona aurífera, por ocasião da descoberta não passa de descabelada fantasia. Inclui-se entre essas histórias que o conhecido prolóquio francês classifica como capazes de adormecer pessoas de pé.

Escreve um dos mais velhos depoentes sobre o povoamento mineiro o autor da Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais (Códice Costa Matoso – 43, 3): “com notícias de haver ouro nestas Minas e povoação de vinte, vieram do sertão da Bahia abrindo picada e trazendo algum gado para elas e o grande preço por que vendiam a cabeça que era a meia libra de ouro naqueles princípios (228 gramas de ouro) os animava à esterilidade do caminho, no qual morreu muita gente naquele tempo de necessidade e outros que matavam para os roubar, na volta, que levavam ouro e ainda os camaradas que iam juntos fazer o seu negócio”.

Em 1703 ainda mais alto custaria uma rês, segundo Antonil, nada menos de 350 gramas de ouro.

A contribuição da carne, artigo essencial de alimentação dos arraiais, vinda do sul era muito pequena em relação à setentrional como se deduz dos apelos desesperados do Conde de Assumar, já em 1719, aos criadores de São Paulo, a que despachassem boiadas às vilas do centro mineiro.

A produção controlada do ouro das Minas Gerais de 1700 a 1735, segundo os dados oficiais deve ter sido de umas 14.200 arrobas, ou sejam, 210.000 quilogramas. Concordam os autores que tal cifra deve ser majorada de trinta por cento, coeficiente razoável atribuído à quota da evasão dos quintos reais. Convém não esquecer que Antônio de Albuquerque, em 1710, dizia a D. João V avaliar o descaminho no triplo do peso do metal apresentado à quintagem.

E bastante verdade haveria em tal asserção, pois de 1700 a 1713 renderam os quintos 56.655 gramas e o ouro subtraído à quintagem e confiscado pelas autoridades subiu a 46.975 gramas, quase outro tanto. E quem poderá avaliar o que passou a salvo por aquelas veredas múltiplas abertas em tamanha vastidão de terras onde campeavam a audácia, a argúcia, a ardilosidade de Manuel Nunes Viana e seus comparsas?

A percepção dos impostos régios fez-se a princípio baseada no número dos bateadores. Em 1714 resolveu o segundo Capitão-General D. Brás da Silveira que os mineiros pagariam trinta arrobas anuais, como quota dos quintos reais, soma aceita sob protesto, aliás. Em 1719 atendendo aos reclamos gerais decidiu o

Conde de Assumar que a contribuição fosse de 25 arrobas.

Já então quase desaparecera o ouro do leito dos ribeirões e dos rios e os mineradores viam subir o custeio de suas lavras onde trabalhavam escravos muito caro comprados. Assim a maioria vivia acossada pelos débitos contraídos.

A notícia do próximo estabelecimento de casas de fundição e moeda ainda mais os alarmou. Mas Assumar não recuou ante o movimento de reação então esboçado. Viera com o firme propósito de, em sua capitania, introduzir o maior respeito à autoridade, a ordem administrativa e fiscal e um regime de grande severidade na repressão do crime e da anarquia.

E conseguiu-o plenamente valendo-se da presença da tropa de linha que com toda a solicitude requisitara do rei.

Assim anulou o poderia de diversos indomináveis régulos como Domingos Rodrigues do Prado em Pirangui, Antônio de Oliveira Leitão no rio das Mortes – quem fez subir ao cadafalso – e sobretudo Manuel Nunes Viana, dominador absoluto do território que ia de Sabará ao centro das terras hoje baianas.

Em 1720 teve Assumar de enfrentar a mais grave questão do seu quadriênio proconsular, ao esmagar os amotinados de Vila Rica a cujo cabecilha, Filipe dos Santos Freire, ilegalmente fez justiça de modo espetacular. Com a execução de tal caudilho findou o “motim de portugueses”, como tão exatamente o definiu e precisou Feu de Carvalho.

Fez este probo historiador, apoiado em esmagadora documentação, ressaltar quanto tal movimento não passou de mera assuada fiscal sem o menor laivo de fundo nacionalista. Basta lembrar que para combater a sedição apoiou-se o conde de Assumar nos paulistas contra os próprios compatriotas.

E, no entanto, autores modernos, avessos à consulta documental elevaram o movimento vila-ricano à altitude de primeira demonstração do espírito patriótico brasileiro em anseios pela independência do Brasil!

Retirando-se do governo ainda coube a Assumar o ensejo de comunicar a D. João V a notícia da descoberta do segundo eldorado brasileiro, o do Cuiabá. Aventou, então, ao monarca a vantagem de se desmembrar o imenso território de sua capitania e viu-se atendido.

Pela provisão régia de 20 de fevereiro de 1720 criou o monarca da capitania das Minas Gerais, destacada da de São Paulo e Minas de sua Repartição para a qual despachou, como capitão-general a Rodrigo César de Menezes, irmão do vice-rei do Brasil, Conde de Sabugosa.

Empossou-se este, a 6 de setembro de 1721, do governo da recém-desmembrada capitania que ainda assim cobria uma área de seus três milhões de quilômetros quadrados.

A presença assídua dos delegados régios na cidade paulistana viria trazer novo fâcies ao bandeirantismo, diminuindo-lhe extraordinariamente a autonomia já secular. Verificar-se-ia o que Pais de Sande

apontara como sendo o principal receio dos antigos “calções de couro”, o cerceamento daquela independência que lhes era tão cara.

Iria dentro de poucos anos desaparecer o entradismo, de caráter particular e individual, ante a intervenção oficial cada vez mais autoritária e ferrenha.

A descoberta de Cuiabá seria como que o penúltimo grande canto do epos sertanista.

Nova fase bandeirante se encetava, da maior relevância e da mais extraordinária originalidade, nos fastos universais. Façanha espantosa como teste de resistência, e de feito todo novo, destas que se incluem na categoria das empresas cujo vencimento exige

mais do que promete a forma humana.

Essa navegação fluvial de três mil e trezentos quilômetros do mais áspero, do mais penoso cumprimento, cuja rememoração arrancou a Saint-Hilaire grandíloquo comentário: “navegação gigantesca, perigosa e prodigiosa que causa espanto aos europeus acostumados a seus rios mesquinhos”...

Mais longa, mais dilatada já se praticara no próprio Brasil, na Amazônia com Orellana e Pedro Teixeira, e os jesuítas das missões espanholas, com Samuel Fritz.

Mas em águas plácidas, quase lacustres sem o menor estorvo aos embarcações como se dera no Mississípi com La Salle.

Como que o curso do Tietê constituiu uma haste de lança cuja conta era o Caminho do Mar, lança enristada contra o meridiano de Tordesilhas forçando-o a recuar para oeste mais de quinze graus, do litoral atlântico às margens do madeira.

A não ser em território hoje de Minas Geais, até o segundo quartel do século XVIII nenhuma ocorrência notável do ouro se verificara, salvo quanto a reduzidos bolsões como o de Minas no Rio das Contas, celebrizado pelas cruéis façanhas do terrível Sebastião Pinheiro Raposo.

Fora a conquista das terras de além-Paraná facilitada pelo conhecimento destas regiões, adquirido pelos homens de preá, sobretudo graças à base bandeirante de pascoal Moreira Cabral.

Tornou-se o centro da devassa e da conquista. Em 1718 ocasionalmente surgiu a descoberta dos ricos jazigos do Cuiabá.

Em 1729 encetou-se o novo *rush* para os recém-encontrados campos auríferos.

Muitos paulistas, antigos mineradores no território das Minas Gerais, dele se haviam retirado fugindo ao contato com os vencedores de 1709. Acorriam agora para o novo Eldorado, que como tão expressivamente expendeu Southey “desde muito estaria às mãos dos espanhóis do Paraguai ou de Santa Cruz de la Sierra se estes houvessem possuído metade do gênio empreendedor e da atividade dos brasileiros”. E o ânimo de arrostarem os obstáculos da jornada cuiabana já em águas plácidas mas prenhes do perigo da agressão

indiática, violentíssima como soía ser a dos paiaguás e guaicurús.

No Cuiabá dos primeiros anos ocorria o ouro a aflorar da terra como a nata sobrenada ao leite, exprimiu Eschwege em comparação pitoresca.

Aos audaciosos que se aventuravam à tremenda viagem dos rios das bacias do Paraná e do Paraguai para atingirem o segundo eldorado brasileiro, extraordinária mortandade dizimou. Os velhos cronistas descrevem-nos de modo mais impressionante as cenas pavorosas ocorridas na travessia dos intérminos e inhóspitos sertões.

“Houve comboios em que morreram todos achando os que vinham atrás os corpos mortos pelos barrancos dos rios e as fazendas podres no fundo das canoas, as redes armadas com os donos dentro mortos”.

Não houve em toda a longa série dos episódios bandeirantes lance que exigisse maior messe de sacrifícios e sofrimentos do que este do apossamento e da permanência no Cuiabá.

A tenacidade da ocupação cuiabana forçou a um dispêndio de energia digno complemento da temerosa viagem fluvial, bordejante de terras assoladas pelas mais virulentas formas da malária e das úlceras, proteiformes e invencíveis à terapêutica do tempo. Arrostavam-se os perigos das furiosas corredeiras e dos rebojos tragadores das embarcações, por vezes em flotilhas inteiras. Pacidia-se a perseguição de uma fauna entomológica e aracnológica abundantíssima, e incansavelmente agressora. Afrontavam os acidentes de uma navegação a cada passo pontuada pelos naufrágios, onde se consumiam

vidas e submergiam-se carregamentos de cuja perda decorria a fome das equipagens. A toda esta série de provações culminava a agressão de índios, intrépidos, aguerridos, numerosos, defensores tenacíssimos de seu solo natal.

A meditar sobre os lances desta navegação “quase tão longa quanto a da Europa às Índias Orientais” expendeu Augusto de Saint-Hilaire, em 1822, estes conceitos repassados de justiça integral: “Tão perseverantes quanto intrépidos, os antigos paulistas arrostavam todos os perigos. Não receavam nem a flecha do selvagem, nem a fome, nem as intempéries das estações, nem a falta de repouso, nem as privações de todos os gêneros nem mesmo as moléstias pestilenciais que, entretanto, haviam devorado, no meio de desertos, tão grande número de seus precursores”.

Atingirem as monções a vila cuiabana constituía a renovação de uma das mais heróicas empresas de expansão lusa pelos oceanos e os continentes. A temeridade da permanência do punhado de bandeirantes no antigo arraial do Bom Jesus foi o digno complemento da extraordinária façanha fluvial.

Contra estes ocupadores invencíveis conspiraram os fatores climáticos e a hostilidade zoológica representados pelas longas secas, por vezes de anos, torradoras das roças, e a ocorrência de pragas decorrentes da invasão de incontáveis insetos, aracnídeos, roedores, aves.

Podiam os primeiros habitantes de Cuiabá orgulhosamente alegar o que dos horrores do sertão de

Iguatemi dizia Teotônio José Juzarte: certamente não mais sofreram os vassalos da Coroa nas jornadas oceânicas do Oriente quanto os seus êmulos da navegação monçoeira.

Às margens do Cuiabá reproduziram-se as cenas terríveis das fomes das Minas Gerais e a vila durante decênios viu-se, a cada passo, ameaçada do corte do único liame mantido com a civilização, pelos paiaguás em vitoriosas investidas, algumas delas catastróficas como a que em 1730 aniquilou a monção do ouvidor Lanhas Peixoto.

Mas apesar de tudo vinham os reforços sucessivos dos empolgados pela miragem aurífera. E Lacerda de Almeida a evocar o deslumbramento destas levas aventureiras relembra o vergiliano *Quid non mortalis pectora cogis auri sacra fames?*

Ao Brasil, à monarquia toda, desvairavam as notícias das prodigiosas pintas das lavras cuiabanas. Jamais se vira coisa como a que sucedera a Miguel Sutil de Oliveira, que, num mês, apurara quatrocentas arrobas de ouro, perto de seis mil quilos de metal! E a aventura estranha de Antônio de Almeida Lara cujo cavalo, ferido num inesperado tropeção, o arremessara da sela ao chão? Examinando a causa da claudicação do “formoso fruto”, vira o cavaleiro que ele pusera o casco em cima de aguda pepita reveladora de um “batatal” de onze arrobas!

Não tardara que segundo jazigo opulento se descortinasse ao norte de Cuiabá, o do Guaporé, descoberto pelos irmãos Pais de Barros em 1734.

Para lá se precipitaram os aventureiros e como o prazer cuiabano já estivesse empobrecido, os resultados das explorações guaporeanas muito se lhe avantajaram, a ponto de levarem o primeiro capitão-general governador da nova capitania criada por D. João V, com as terras de além Paraná, D. Antônio Rolim de Moura, a fundar, em 1752, à margem do Guaporé, nova vila, capital do distrito das “minas de Mato Grosso”, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Já nesta ocasião o percurso dos rios do sistema monçoeiro de Araraitaguaba e Cuiabá mais seguro se achava.

Durante quase dez anos, de 1725 a 1734 verdadeira temeridade constituíra efetuar-se tal trajeto. Grandes e sucessivos assaltos tinham desfechado os canoeiros em 1731, devastadores das vizinhanças de Cuiabá. Em 1734 sofreram tremendo revés infligido por grande expedição militar partida de São Paulo mas ainda de 1736 a 1744 renovaram as agressões em larga escala. Não muito menos perigosos se mostravam os guaicurus e os caiapós que percorriam as terras da bacia do Paraguai e do Paraná!

A abertura de uma picada da capital goiana a Cuiabá trouxe desafogo a esta situação insuportável de perturbação de comunicações com o “rio do Povoador” e o Povoador.

O ouro guaporeano surgia abundante à flor da terra mas péssima era a localização de Vila Bela, sujeita às enchentes do Guaporé, submetida a condições climatéricas detestáveis. Mas como em 1738 observava

Lacerda e Almeida: o que ali servia de grillhões aos homens eram as boas minas de ouro de subido quilate as mais ricas de quantas contava a monarquia.

O *placer* guaporeano deu notável cópia de ouro mas tal não ocorreu com outros pontos do setentrião do atual Mato Grosso. Falaz miragem fez com que às brenhas do Arinos, do Corumbiara e outros pontos acudissem multidões de aventureiros que nelas só encontraram desengano, miséria e morte.

Seja como for, a presença das bandeiras delimitou a nossa fronteira ocidental mato-grossense num *uti possidetis* a que o Tratado de Madri, em 1730, daria rigor jurídico, estabelecendo a nossa linha lindeira pelo Paraguai, o Verde, o Guaporé, o Mamoré, até a formação do Madeira.

A solução de continuidade existente entre as áreas hoje mato-grossenses da bacia amazônica e as que se distribuem pelo Pará e o Amazonas começou a ser apagada em 1742 com a famosa viagem de Manuel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, de Vila Bela a Belém do Pará.

Desrespeitou o navegador a proibição régia da intercomunicação dos territórios de Mato Grosso e do Estado do Pará, Maranhão. Na esteira de Lima lançaram-se sertanistas de São Paulo como José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, Francisco Leme do Prado e sobretudo João de Sousa de Azevedo, que com o maior afã procurou manter seguida comunicação entre Vila Bela e Belém, mau grado a oposição formal dos capitães-generais do Pará-Maranhão. Realizou várias

viagens num e noutro sentido, esteve detido por ordem dos sátrapas que aliás obedeciam a estritas ordens reais e sua memória merece ser evocada como um dos mais audazes sertanistas de seu tempo. Foi o grande monçoeiro da Amazônia prolongando as atividades da navegação a que se habituara, de Araraitaguaba a Cuiabá.

A guerra dos emboabas e os rigores do conde de Assumar fizeram com que muitos e notáveis sertanistas deixassem o território das Minas Gerais recolhendo ao solo natal. Entre eles Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera.

Vivia neste tempo um dos homens mais inteligentes do bandeirantismo: Bartolomeu Pais de Abreu, constantemente preocupado com empresas sertanistas, ora cogitando de abrir picada pelos sertões do sul, de São Paulo a Laguna e à Colônia do Sacramento, ora e com maior interesse de São Paulo ao recém-descoberto Cuiabá, ou pelo menos à barranca do rio Paraná poupando às expedições cuiabanas, pelo menos, o terrível vencimento dos obstáculos do Tietê.

A circunstância de que o Anhangüera afirmava haver nos sertões região ricamente aurífera quando em menino acompanhara o pai em dilatada jornada, levou Bartolomeu Pais a incitar o velho sertanista a abalançar-se a nova expedição de pesquisa.

Obtida a sua aquiescência a ele fez com que se associasse seu irmão João Leite da Silva Ortiz, rico minerador do Curral d'El-Rei na região de Sabará.

Animado pelas perspectivas do achado de novo pacto deu-lhe, o capitão-general, todo o apoio e assim a 3 de julho de 1722 arrancou de São Paulo uma das maiores bandeiras jamais organizadas, com o fito de explorar as terras centrais a oeste do Paranaíba.

Temerosos foram os obstáculos opostos a esta entrada, a que comandava um quase septuagenário. Três anos divagou pelos sertões, perdendo muito gente em numerosos combates com os gentios, de fome e moléstias, contando, ainda, numerosos desertores.

Com prodigiosa pertinácia e heroísmo, Bueno e Ortiz levaram a cabo a tarefa. Quando passados mais de três anos todos supunham haver perecido os últimos homens da bandeira, surgiu o Anhangüera em São Paulo, a 21 de outubro de 1725, com a notícia de que encontrara o terceiro grande eldorado do Brasil, o dos Guaiases.

Aí se repetiu o que ocorrera em Minas Gerais e no Cuiabá. Entre o grande afluxo de aventureiros de toda espécie, renovaram-se as mesmas cenas de violência e prepotência habituais em recém-desvendadas regiões auríferas.

O que deu singular e triste destaque à conquista de Goiás foi o procedimento da Coroa para com os descobridores do novo e riquíssimo jazigo.

Prometera-lhes grandes terras de sesmarias e o direito de cobrar tributos de quem se encaminhasse às novas minas. E no entanto de chicanas de toda espécie lançaram mão os capitães-generais Caldeira Pimentel e conde de Sarzedas, a fim de impedirem a efetivação da

justíssima recompensa. Pimentel, sobretudo, instigado pelo ladrazo Sebastião Fernandes do Rego, chegou ao cúmulo de longamente encarcerar a Bartolomeu Pais sob o pretexto de que maquinava sublevar os paulistas de Goiás contra os reinóis.

Tal perseguição levou Ortiz a tentar queixar-se ao rei, morrendo no Recife, envenenado, ao que se afirma, por um sicário agente do Capitão-General.

O conde de Sarzedas compartiu da animosidade do antecessor, praticando novas injustiças para com o Anhangüera.

A este governador se deveu, em 1735, a primeira sugestão à Coroa de extinção da capitania paulista, criando-se as de Goiás e Cuiabá e rebaixando-se a de São Paulo à categoria de comarca.

Prosseguindo em sua campanha malévolamente contra os descobridores, procurou Sarzedas prejudicar quanto possível ao Anhangüera já octogenário e sumamente empobrecido.

Seu sucessor, D. Luís de Mascarenhas, Conde d'Alva, procedeu de modo totalmente oposto. Mandou pagar ao Anhangüera parte daquilo que lhe devia a Coroa, arrecadando os direitos das passagens, mercê que não mereceu a sanção régia, aliás.

Numerosos foram os núcleos do primeiro povoamento goiano, determinados pela presença de ouro como se deu com os arraiais do Ferreiro, depois Sant'Ana e mais tarde Vila Boa de Goiáses, capital da capitania, autônoma desde 1748.

Os primeiros achados foram muito abundantes e alguns lugares chegaram a ter grandes populações de escravos mineradores, passando em poucos anos a extraordinário despovoamento.

Não se compara, porém, o volume do ouro goiano com o procedente dos jazigos das Minas Gerais. Não há documentação que nos habilite a dizer qual haja sido a produção goiana e a mato-grossense. Pensa Calógeras que a primeira superou a segunda de uns vinte por cento, e que a mineira haja sido 3,65 maior do que a goiana e a mato-grossense juntas.

Um dos grandes óbices opostos ao povoamento de Goiás proveio da hostilidade dos caiapós, nação numerosa e aguerrida a quem acabou destruindo Antônio Pires dos Campos, o famoso *Pay Pirá*, em diversas jornadas.

Em 1748, depois de ter sofrido três enormes desmembramentos com a criação das capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e o deslocamento dos territórios hoje catarinense e rio-grandense-do-sul para a jurisdição fluminense, foi extinta a capitania de São Paulo, certamente por instigação de Gomes Freire de Andrada dando largas a pretensões imperialistas.

Terminara a fase do bandeirantismo que havia século e meio vinha alargando de modo tão extraordinário as nossas fronteiras pátrias, incansavelmente.

Encerrara-se um ciclo de notabilidade por assim dizer, ímpar nas tábuas da História Universal, esse que se devera a uma categoria de homeríadas em condições de ombrearem com quaisquer dos mais intrépidos

desbravadores caminheiros e nautas que do século XV ao século XX revelariam o Universo todo à insaciável curiosidade da civilização ocidental.

Encarado em conjunto, o bandeirantismo paulista obedeceu a dois imperativos. Um do apresamento do índio, extensão de prática secular no continente africano e exercido na América espanhola desde os primeiros dias da conquista.

O segundo o afã pela descoberta de jazigos de metais preciosos do que vinham beneficiando tão extraordinariamente os monarcas espanhóis com o enxurro da prata e do ouro mexicano e peruano, já no primeiro quartel do século XVI, com Fernão Cortez e Francisco Pizarro.

A contribuição americana veio, como ninguém ignora, trazer prodigioso florescimento de negócios na Europa onde o meio circulante era todo metálico e sobremaneira escasso, além de desacompanhado de organização bancária que atendesse às exigências do comércio.

Mas sob Carlos V e Filipe II viu-se a Europa literalmente inundada pelos metais preciosos americanos, popularizando-se os topônimos Peru e Potosi como sinônimos de incalculáveis tesouros.

No Brasil nada disto ocorreu nos dois primeiros séculos de existência, ao passo que os espanhóis já encontraram acumulados pelos soberanos aztecas e os incas, enormes depósitos de ouro e prata.

Decorreu todo o século XVI sem que nada se revelasse em matéria de jazigos nobres. E a miragem

das pedras preciosas não se concretizou, mau grado as sucessivas expedições de prospecção.

A única mina brasileira passou a ser a açucareira, mas esta, por força de circunstâncias climáticas se confinou, por assim dizer, às terras pernambucanas e baianas.

Tiveram os portugueses de São Paulo a mês-quinha vida econômica que o ambiente lhes podia proporcionar e puseram em prática o que os seus compatriotas vinham, desde 1442, fazendo em África. Prearam os indígenas forçando-os a trabalhar em seus modestos estabelecimentos agrícolas.

Era o tráfico um grande negócio transatlântico nas duas margens do lago oceânico lusitano ao sul do Equador.

Os paulistas a ele se dedicaram, obedientes a um sentimento não só racial como peninsular, como universal e de ano para ano se viram empolgados pela paixão da devassa do infindo sertão que se lhes oferecia às jornadas, interminas.

O sertão era-lhes a área da satisfação da sede de aventuras, tanto ou mais quanto a fonte do “remédio de sua vida” consoante a pitoresca e expressiva frase do escrivão municipal paulistano de 1640.

Não podia o Brasil fugir a uma contingência universal, que Quintana recordou em versos a cada passo repetidos para escusar os autores das atrocidades, do escravismo hispano-americano, os decassílabos tão populares e repetidos desde que Eduardo Prado os divulgou:

*Su atroz codicia, su inclemente saña
Crimen fueram del tiempo no de España.*

Quiçá se descubram elementos capazes de nos dar alguma percepção nítida do que representou o volume do tráfico vermelho brasileiro. Por enquanto o que se tem desvendado não permite senão vagas avaliações tendentes a fazer crer que tal comércio veio a ser muito menor do que asseveraram alguns autores antigos aventando cifras sobremaneira vultosas.

Curioso é que as palavras *paulsita*, *bandeirante* e *bandeira* sejam relativamente recentes em nossa documentação nacional.

Para os hispano-americanos e os espanhóis, a designação dos paulistas sempre foi *portugueses de San Pablo*. O mais antigo emprego do gentílico de que temos notícia ocorre numa ordem do visconde de Barbacena a 27 de julho de 1671. Daí em diante generalizou-se rapidamente.

A palavra *bandeira* vêmo-la empregada pela primeira vez num documento do Conselho Ultramarino, datado de 1676 e pelo padre Altamirano em 1679 a falar em “banderas de certonistas”, meio século antes do que pensa Alcântaca Machado.

Mas *bandeirante* parece ter-se tornado corrente mais tarde. Os espanhóis diziam “certones” como em 1682 Juan Ortiz de Zárate.

O mais antigo emprego do substantivo, que se nos deparou, data de 1740, quando D. Luís de Mascarenhas,

Conde d'Alva, se referiu aos “*bandeirantes*” de uma “*bandeyra*” despachada contra os índios Pinarés.

Os mais antigos documentos paulistas designam geralmente as bandeiras por *viagem*, *entrada*, *jornada*. Frota é mais recente e tornou-se inapagável para recordar a bandeira de João de Magalhães no Rio Grande do Sul.

Muito papel já se tem gasto e muita sutileza empregado para estabelecer distinção entre entrada e bandeira. Visa semelhante ruga determinar o que se nos assemelha absolutamente indeterminável à luz do critério reinante na era das bandeiras.

Quando a entrada passa a bandeira ou vice-versa é que se torna difícilimo discriminar.

Os velhos inventários paulistas referem-se freqüentemente a *entradas* e *viagens* e os cronistas nos falam de sertanistas que “topavam bandeiras e gentios brabos”...

O primeiro a querer estabelecer esta divisão imaginosa entre bandeira e entrada pensamos haja sido o padre Rafael Galanti, o erudito autor de estimado compêndio de história pátria.

Os seus argumentos diferenciadores de uma e outra coisa parecem-nos sobremodo inconsistentes. Pretendem outros autores reservar o nome de entrada às expedições organizadas pelas autoridades coloniais e bandeira para as que se puseram a campo por influência de particulares.

Mas a fronteira entre um e outro tipo freqüentemente se nos afigura tudo quanto há de mais inde-

finido. Em todo o caso tal distinção é mais aceitável do que a explicação de Galanti. Permite ela chegar-se à extravagância de que uma bandeira privada de seu estandarte passava a ser entrada.

No século XVI, dentro de um quadro onde um punhado de homens se move em enormes áreas de sertão, os resultados da atuação das bandeiras só podiam ser restritos, como realmente o foram.

Nada se sabe de positivo daquilo que elas conseguiram na faina da devassa do território e se realmente realizaram grandes ou pequenas jornadas. Os dados existentes sobre tais façanhas tão vagos se apresentam...

A conquista da costa processou-se lenta mas seguramente. Ao findar a era quinhentista a posse lusitana balizada entre Cananéia e Natal apresentava-se sem soluções de continuidade, fechado como fora o bolsão da intrusão francesa na Guanabara.

A penetração do hinterland só podia ser o que foi: mínima. Atingira o seu máximo em Parnaíba, incipiente arraial a menos de cem quilômetros do Atlântico. Era a boca de sertão mais profunda em todo o Brasil do seu tempo.

As expedições quinhentistas em busca do ouro e das pedras preciosas, em território baiano, mineiro e espírito-santense nada trouxeram de prático, como fixação de postos de povoamento naquelas terras inanes devassadas em maior e menor profundidade.

Surge D. Francisco de Sousa e sua presença de eldorado maníaco como que eletriza os paulistas a quem lança ao sertão.

É extraordinário como já no primeiro quartel do século XVII, a área varrida pelas entradas se torna grande. Basta lembrar que já em 1613 aparece uma de suas expedições na confluência do Araguaia e do Tocantins. E outras nos sertões do atual centro mineiro.

Em 1622 vê-se Antônio Castanho da Silva em terras do Peru!

A dilatação da posse costeira em princípios do século XVII processou-se gradativamente no litoral do Ceará e do Maranhão – onde houve a superar a necessidade da expulsão dos franceses de La Ravardière – e no Pará. Com a fundação de Francisco Caldeira em 1616, a costa atlântica portuguesa teve como marcos extremos Cananéia e Belém, pois mal se esboçava Paranaguá.

Ao Sul, no período da reunião das duas coroas, perdurou a indeterminação das esferas de apossamento. Reclamavam os espanhóis como suas, as terras abaixo do paralelo cananeano, ao passo que os portugueses viviam convictos de que a demarcação da sua Coroa devia levar as quinas à confluência do Paraná e do Uruguai, apesar das reclamações dos conquistadores espanhóis defensores dos direitos da sua monarquia.

A continuidade das populações guaraníticas da faixa de São Vicente à margem esquerda do Paraguai facilitara aos paulistas o perfeito conhecimento da hidrografia da bacia do rio da Prata.

Até 1650 a área da devassa das bandeiras alargou-se enormemente. Para o sul englobou campinas atualmente uruguaias e para oeste atingiu a margem esquerda do Paraguai.

Para o norte as entradas familiarizavam-se com a navegação do São Francisco, seu conhecido provavelmente desde os princípios do século, de Pirapora para jusante.

Núcleos de povoamento ainda se apresentavam escassos. Na costa sul despontava Paranaguá no hinterland, dera-se a progressão para Itu e Jundiáí, Moji das Cruzes e Taubaté. Durante decênios seria Itu a sentinela extrema da civilização, em todo o Brasil, com o seu afastamento de 160 quilômetros do litoral.

Na Amazônia ocorrera neste período o episódio notável do alargamento colossal do domínio das quinas, graças à expedição de Pedro Teixeira que sem encontrar a menor oposição castelhana tomou, para Portugal, posse daquela imensa *no man's land*.

No terceiro quartel do secul XVII encerrou-se o prodigioso périplo raposiano, ímpar em qualquer continente.

Valendo-se do São Francisco, internaram-se Domingos Jorge Velho já em 1662 no Piauí e Francisco Dias de Siqueira além Parnaíba, no Maranhão.

Durante a segunda metade da era seiscentista e na marcha do povoamento meridional costeiro ocorrem a fundação de São Francisco do Sul e a primeira tentativa da colonização da ilha de Santa Catarina.

No interior vemos aparecer Curitiba, Sorocaba, Jacareí, Guaratinguetá. Em parte alguma do Brasil haveria povoações tão distantes do litoral quanto estas, exceção feita das que se achavam à margem dos rios navegáveis, desembocando no oceano. No último quartel seiscentista verifica-se o apogeu do bandeirantismo do ciclo da devassa. No meridiano de Mato Grosso notam-se grandes expedições de preta que invadem o norte do Paraguai e efetua-se o estabelecimento da base de Pascoal Moreira Cabral.

As lutas contra os índios nordestinos e os quilombolas dos Palmares tornaram o São Francisco caminho continuamente perlustrado pelas bandeiras.

Destroçados tapuias e canhumboras, presenciam as terras conquistadas a expansão do povoamento branco num ciclo de especiais características, o dos criadores de gado que em pouco tempo toma enorme expansão, sobretudo no vale francisquense baiano e pernambucano e na zona norte mineira dos chamados Currais da Bahia.

Ao mesmo tempo, para o sul, a dilatação portuguesa prossegue polarizada pela obsessão da tomada de posse da margem setentrional do Prata, da qual surge a fundação da Colônia do Sacramento em face de Buenos Aires.

Para a manutenção de tão cobiçada e difícil posição, funda-se Laguna, onde os Brito Peixoto, pai e filho, revelam-se os admiráveis fronteiros condutores do Brasil às terras meridionais que fenecem à margem do Prata.

Desta atalaia meridional, parte o movimento que terminará pela apropriação do território sul-rio-grandense. Detém-se a dilatação castelhana que vinha das margens do Uruguai para o oceano apoiada na obra catequística da Companhia de Jesus que, renovando antigas passadas, marchava do vale do Uruguai para o do Jacuí.

Para anular a grande solução de continuidade entre o avanço lagunense e a última baliza das terras lusas implantada à margem do Prata, ingentes esforços se fazem no segundo quartel do século XVIII numa fase a que ilustra o grande nome do vianense Cristóvão Pereira de Abreu, incansável promotor da ligação da Colônia do Sacramento às terras brasileiras. Atuação esta poderosamente auxiliada pelo zelo e a capacidade de Gomes Freire de Andrada e a bravura de Antônio Pedro de Vasconcelos.

Assim, em 1750, com o Tratado de Madri, o litoral brasileiro ia de Castilhos Grandes, na costa hoje uruguaia, pouco ao norte de Montevidéu, à foz do Oiapoc, tendo Portugal trocado territórios da Colônia pelos sete povos das Missões.

O gênio de Alexandre de Gusmão daria pela primeira vez configuração jurídica ao território do Brasil nesse primeiro ajuste de limites das duas coroas ibéricas que foi o Tratado das Cortes.

Recebera o glorioso santista como que uma delegação de seus patrícios os sertanistas, violadores seculares do tratado tordesilhano, para a delimitação do

chão dos brasileiros dentro do balizamento do avanço das bandeiras.

Assim, a fronteira do Brasil, partindo do litoral atlântico apanhava, pelo Ibicuí e o Uruguai, o velho território do Tape, teatro das algaras das bandeiras seiscentistas. Chegada à foz do Pepiriguaçu, no Uruguai, embocava por esta via e descia o seu contravertente, o Santo Antônio, até a foz do Iguaçu, deixando a leste o território do antigo Ibituruna, sua foz no Paraná, remontava por este até o desaguadouro do Iguaré, dando ao Brasil definitiva posse dos antigos territórios do Taiaoba e do Guairá, de onde haviam os paulistas expulso os espanhóis, da expansão oriental paraguaia, além Paraná, de Ciudad Real de Vila Rica e das reduções jesuíticas castelhanas.

Prosseguindo a sua diretriz Iguaré acima e um seu contravertente, a ser fixado na bacia do Paraguai, caía no álveo deste grande rio até a foz do Mbotetê, assim incorporando o território antigo dos Itatim, de onde as bandeiras haviam expulso os espanhóis de Santiago de Xerez. Da confluência do Mbotetê à do Juru, continuava o Paraguai a ser a linde inter-ibérica. Da barra do Taquari para o norte até a do São Lourenço percorria parte da esteira das monções cuiabanas. Da embocadura do Juru uma linha reta apanharia a confluência do Sararé e do Guaporé, continuando por este, o Mamoré e o Madeira. Cobria, portanto, o território mato-grossense dos irmãos Pais de Barros e respeitava o itinerário fluvial de Manuel Félix de Lima e João de Sousa de Azevedo.

Era o *utis possidetis* criado pelas bandeiras terrestres e fluviais na bacia do Paraná e do Paraguai e em grande área da bacia amazônica nos vales do Madeira do Tapajós e do Xingu. Assim reconhecia a Espanha a posse portuguesa sobre mais de dois milhões de quilômetros quadrados de terras que o ajuste tordesilhano não lhe concedera.

E esta concessão da fronteira meridional e central arrastaria o acordo sobre a posse da região amazônica que em 1750 não passava de verdadeiro *no man's land*, habitada, talvez, por meia dúzia de milheiros de civilizados.

A linha mista Madeira-Javari, o curso deste caudal, das nascentes a Tabatinga, seria sanção jurídica à tomada de posse de Pedro Teixeira.

Findara o ciclo das bandeiras. Por uma destas irrisões do destino, entendeu a Coroa que, em 1709, criara a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com uma superfície abrangendo, em 1720, três e meio milhões de quilômetros quadrados, seccioná-la a fundo. Reduziu-se o território da colossal circunscrição a um oitavo do que fora. Mas inspirado fizera D. João V obra de amesquinamento, suprimindo a existência de uma província a cujos filhos devera a conquista de tão consideráveis domínios e a revelação de três enormes jazigos auríferos.

Poucas injustiças administrativas tão graves existiram quanto à diminuição infligida em 1748 à capitania de São Paulo, transformada em mera comarca do governo fluminense.

Decorreu tão injusta decisão de intrigas e competições cortesãs, e da fraqueza do Conselho Ultramarino e da rainha regente ante as imposições do imperialismo de Gomes Freire de Andrada, o grande homem do Brasil de seu tempo. O seu desaparecimento em 1763 facilitaria a restauração da Capitania de São Paulo decorridos mais de dezesseis anos de inexplicável interregno.

Encerra-se a fase territorial da *Gesta Brasiliae per paulistas* com a grande jornada do Anhangüera e a entrada Guaporeana dos irmãos Pais de Barros. Daí em diante pequenos episódios mais e menos notáveis seriam como que as últimas centelhas desferidas da oficina forjadora de tão grande parcela do patrimônio nacional brasileiro.

As diretrizes de expansão das bandeiras pela vastidão sul-americana obedeceram, geralmente, ao conhecimento das trilhas primitivas dos caminhos indiáticos que os paulistas hauriam do contato com os aborígenes seus companheiros das primeiras entradas. Veredas terrestres e roteiros fluviais. Entre as primeiras a mais conhecida é a do Piabiú, ou de São Tomé, que rumava para o sul cortando perpendicularmente o curso dos grandes afluentes do Paraná e do Prata e a região guaraníca das comunicações, já pré-martim-afonsinas, dos autóctones paraguaios com os do litoral vicentino, freqüentes entre povos, todos, de língua geral.

A estrada fluvial por excelência era a do Tietê-Paraná, como nos revelam os textos quinhentistas de

Ruy Diaz de Guzman e sobretudo o curiosíssimo mapa de Dom Luís de Céspedes, datado de 1628.

Para o norte o grande caminho parece ter sido aquele que mais tarde seguiram os devassadores da região aurífera do Espinhaço, a marcha ao longo do Paraíba e o vencimento da Mantiqueira pela garganta do Embaú, para se atingirem as terras elevadas do sul mineiro.

Havia outra picada, a que por Atibaia ia ao morro do Lopo, penetrando nas atuais terras mineiras.

O alto São Francisco deve ter sido navegado pelos paulistas desde princípios do século XVII. Deu trânsito às expedições de socorro à Bahia ameaçada pelos holandeses, à de Domingos Jorge Velho, em sua enorme jornada de São Paulo à região central do Piauí, às “frotas” de Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Moraes Navarro, marchando para o teatro da *Guerra dos Bárbaros*.

Mais a oeste procurariam as bandeiras outro grande caudal correndo para o norte. O Tocantins a que chamavam Paraupava, se lhes depararia, ao deixarem o vale do São Francisco para o ocidente, como se dera já com a bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga, em 1616.

A navegação do Tocantins é, como se sabe, aspérrima, exatamente o oposto do que ocorre com a do Araguaia, remontado em 1613 da foz até quase às cabeceiras pela bandeira de Pero Domingues.

Afirmou Oliveira Lima, de autoridade, aliás, fraca, em relação às intimidades do movimento entra-

dista de São Paulo, que as bandeiras “tanto quanto possível aproveitaram-se dos rios para subi-los ou descê-los, tendo freqüentemente de contornar as cachoeiras que lhes obstruíam a navegação”.

Tal asserto é perfeitamente exato quando se refere ao poderoso sistema fluvial de que se utilizaram as monções cuiabanas, de Araraitaguaba à vila do Bom Jesus e a outros trajetos aliás pouco freqüentados, descritos na *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para o Cuiabá e Província do Cochiponé*.

É provável que Domingos Jorge Velho e os seus hajam navegado no Parnaíba como os sertanistas dos Currais da Bahia nos afluentes do São Francisco, como Estêvão Raposo Bocarro no Urucuia e no Paracatu, Antônio Gonçalves Figueira no Verde, Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais no rio das Velhas.

Mas entradas e muitas houve, e da maior importância, em que os trajetos foram terrestres e só poderiam sê-lo dadas as circunstâncias geográficas das terras atravessadas.

Assim se deu com as que revelaram o pacto mineiro e o goiano, quase sempre a pé enxuto. O mesmo aconteceu com as expedições guerreiras dirigidas contra as reduções ao sul do Paranapanema, no Guairá, no Ibituruna, no Tape, atingindo o âmago do Rio Grande do Sul atual.

Isto não impede que diversos destes itinerários não hajam sido mistos, como por exemplo, o da grande bandeira de 1641 que desceu o Uruguai em considerável

flotilha fabricada abaixo do Salto Grande para sofrer o terrível revés do Mbororé.

As enormes caminhadas dos cabos de tropas empregadas na Guerra dos Bárbaros e na extinção de Palmares só podiam ser terrestres e através de regiões semi-áridas de vegetação xerófila como tanto frisam os depoimentos dos governadores-gerais.

O mesmo certamente se passou com as bandeiras operando no vale do Paraguaçu e adjacências.

A imposição dos rumos norte-sul faria com que, descobertas as Minas Gerais e tornando-se indispensável o contato com o litoral, tivessem as veredas dos chamados Caminho Velho e Caminho Novo partido dos jazigos auríferos à costa, de cortas terras acidentadíssimas, onde não havia um único trecho de navegação fluvial.

O quadro geográfico dos rumos bandeirantes traçado por Capistrano de Abreu está sujeito, a nosso ver, a alguns reparos. Por mais que acatemos as opiniões de tão alto mestre, convém recordar quanto depois de sua morte se alargou o âmbito do esclarecimento da documentação, permitindo visão de conjunto mais perspícua do que a do seu tempo.

Assim não cremos que o álveo do Paraíba haja sido muito utilizado pelas bandeiras que rumavam para a Mantiqueira, embora dê o rio franca navegação do Guararema a Guaipacaré, às famosas roças de Bento Rodrigues, hoje Lorena.

Se assim fosse não deixaria Antonil, escrevendo em 1710, de mencionar esta via fluvial em seu *Roteiro do Caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais*.

As marchas no vale paraibano devem quase sempre ter-se feito pelas margens do caudal e não pelo seu álveo.

Também discordamos dos pontos de vista do Mestre quando afirma que “viajando em rumo de Jundiá a Moji deixavam as bandeiras à esquerda o salto do Urubupungá chegando a Goiás pelo Paranaíba”. Seria esta uma das suas diretrizes, mas não a principal; e a mais seguida no século XVII, mas abandonada no século XVIII por caminho mais oriental a que, a nosso ver, superpõe-se, mais ou menos, o rumo do tronco da Estrada de Ferro Mojiana, de Campinas a Jaquara, sobre o Rio Grande. E esta suposição nos inculca o itinerário escolhido pelo Anhangüera, para a sua grande expedição de 1722, de preferência a qualquer outro. Jamais se modificaram os rumos da nova estrada dos Guaiases.

E este insigne mateiro fixando a sua marcha pelo caminhamento São Paulo-Moji-Triângulo Mineiro, terá obedecido às indicações da experiência própria e da dos demais bandeirantes “cursados naqueles sertões”.

Parece-nos perfeita a afirmação de Capistrano quando escreve “de Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai”. Era esta a grande diretriz do Sul que cortava o Paranapanema, o Iguaçu e o Uruguai.

Não menos exata a observação de que a passagem da bacia do Paraná à do Paraguai realizaram-na as bandeiras pelos rios cujas fozes se encontram entre os saltos de Urubupungá e das Sete Quedas.

Pormenorizando, conviria lembrar, contudo, que tal transposição se fazia quase sempre pelo Pardo e muito pouco pelo Ivinheíma e o Verde.

Com o tempo, continua o mestre cearense, a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e Parnaíba.

E realmente galgada a Mantiqueira, cortados os vales do Sapucaí e do rio das Mortes, penetravam as entradas nos vales do Paraopeba e do Guaicuí e por eles atingiam o Alto São Francisco, navegado até as vizinhanças do atual Juazeiro, de onde através da Serra dos Dois Irmãos, passavam para o vale do Parnaíba.

O trânsito das terras goianas, cuiabanas e mato-grossenses e o curso do Amazonas, se fez, sobretudo, pelo Araguaia e o Madeira e muito menos pelo Tapajós.

Os três roteiros de Antonil: o de São Paulo e os dois do Rio de Janeiro às Minas Gerais, referem-se a jornadas bandeirantes. Já tal não se pode dizer do quarto inculcado pelo ilustre jesuíta: o caminho da cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas, picada aberta para fins comerciais, sobretudo para o abastecimento de gado aos arraiais de mineração, depois das duas grandes fomes em torno de 1700, fomes que não teriam ocorrido se houvesse uma zona pecuarista na contigüidade das lavras como pretendem afirmativas fantasiosas, cabalmente contestadas pela documentação, aliás.

Serviram muitas das antigas veredas perlustradas pelas bandeiras, de leito das nossas estradas de ferro atuais, como se dá com a Mojiana, a Sorocabana, a São Paulo-Rio Grande, a antiga Minas e Rio, etc.

Assim quilômetros e quilômetros de trilhos assentaram-se nos velhos caminhos bandeirantes que por sua vez não eram freqüentemente mais do que imemoriais trilhas indígenas.

O ciclo da devassa das terras e da preia pouco de si deixou na obra da definitiva configuração brasileira pelo balizamento de fronteiras por intermédio da implantação de postos avançados permanentes. Era de esperar que assim fosse, pois a natureza das suas operações implicava a prática do nomadismo.

Realmente de todo o século XVII que subsiste em matéria de sedimentação povoadora do bandeirantismo? Talvez nem meia dúzia de atalaias do sertão.

Na imensa região explorada apenas se ergueu um ou outro arraial de efêmera existência, no gênero da tranqueira dos Batatais ou da base de operações de Pascoal Moreira no Mbotetéu. Das feitorias de Fernão Dias que vingaria? Minúsculos aglomerados atuais como o Sumidouro e São Pedro do Paraopeba. O mesmo ocorreu com a obra de Domingos Jorge Velho e do Apuçá nos longínquos Piauí e Maranhão.

Com exceção única talvez de persistência temos o muito medíocre Morrinhos de Matias Cardoso. Na vastidão das terras devassadas pelas bandeiras seiscentistas quase nenhum vestígio resta da ocupação civilizada.

A marcha para o extremo sul, da qual resultaria a colonização de Santa Catarina, esta obedeceu sobretudo a injunções da Coroa como a que provocou a fundação da Laguna, cabeça de ponte para a colônia do Sacramento e o território rio-grandense, ainda por anexar ao domínio português.

Foi o ouro o verdadeiro causador da tomada de posse definitiva das terras centrais. Não existissem o arraial do Bom Jesus do Cuiabá e o arraial guaporeano, futura Vila Bela, e Alexandre de Gusmão disporia de débil base de argumentação para invocar o *utis possidetis* em favor da fixação da fronteira do Brasil a dois mil quilômetros a oeste da linha tordesilhana.

Já à pesquisa do ouro se devera a fundação de Paranaguá, de Curitiba e de São Francisco do Sul, no século XVII.

Extraordinária expansão daria ela ao povoamento na centúria seguinte, quer nas regiões mais próximas do litoral, quer nos territórios longínquos. Assim, desde os primeiros anos da era setecentista, vemos surgir as aglomerações mineiras principais de Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana), Rio das Mortes (São João Del Rei), Vila Real (Sabará), Vila do Príncipe (Cerro do Frio), Vila da Rainha (Caeté), Pitangui, etc.

Grande rede de vilarejos secundários cercaria estes núcleos salientes e a exploração do solo aurífero fez avolumar do modo mais notável a primeira grande corrente imigratória despejada no Brasil, a africana.

Um quarto de século mais tarde era outra zona que também – embora em menos escala – se enchia de

arraiais, a de Goiás, com Vila Boa, Meia Ponte e aldeias e aldeolas onde, por vezes, se adensavam volumosas populações para, dentro em poucos anos, passarem a ser verdadeiros amontoados de ruínas em torno de lavras abandonadas.

Poucos anos antes do início da colonização goiana encetara-se a cuiabana. Mas esta mais restrita em virtude do enorme afastamento do litoral e as dificuldades tremendas do acesso pela intérmina jornada fluvial.

O núcleo principal do povoamento seria o de Cuiabá, a que se seguiria alguns anos mais tarde o de Mato Grosso. Os demais centros eram todos insignificantes e milagre foi que os maiores subsistissem no meio de tamanha inclemência das circunstâncias que lhes acompanharam a existência.

O reflexo principal dos fatos oriundos do ciclo do ouro operou-se como de esperar no Rio de Janeiro por onde se escoava a produção das Minas Gerais, aí determinando muito considerável desenvolvimento comercial. Trouxe-lhe tão avantajada situação econômica que, no terceiro quartel do século XVII, imporia a transferência da capital do Brasil para a margem meridional da Guanabara.

A aventura sertanista seria, para o núcleo que a praticava, a causa da mais grave exaustão. Da espalha dos paulistas pelo Brasil central e meridional procederia o desenvolvimento do território de onde partira o movimento norteado pela ânsia da devassa da selva e a procura do ouro.

O lançamento, nos mercados europeus, do ouro brasileiro, em largos jorros, exerceu muito considerável influência na economia do mundo ocidental. Já no século XVIII assinalaram-no autoridades do tomo de Montesquieu, no *Espírito das Leis*, em 1748 e Adão Smith no famoso *Ensaio sobre a Natureza e as Causas da Origem das Nações*, em 1776.

Em 1728 o primeiro destes grandes autores chamara a atenção pública sobre a abundância do ouro no Brasil circulante na Europa civilizada a exercer benéfica influência sobre a economia do Norte do continente.

Adão Smith frisou quanto o metal brasileiro imenso incrementara o intercâmbio comercial anglo-português. Chegou a admitir que no seu tempo quase todo o ouro inglês amoedado provinha das jazidas brasileiras.

E, certamente, a primeira consequência da aparição do nosso ouro no cenário mundial veio a ser o famoso tratado de 16 de maio de 1703, celebrizador do nome do seu negociador John Methwen.

Tratado que tantas objurgatórias sobre si atraiu e atrai por parte dos historiadores portugueses, para quem tal ajuste enfeudou, se não acorrentou o comércio de sua monarquia ao pesado jugo britânico. A ponto de a tal comissão levar ilustre publicista lusitano a observar, pitoresca e amargamente: “em relação ao ouro do Brasil fez Portugal o papel de boca e a Inglaterra o de estômago”.

Outra grande autoridade, esta por assim dizer contemporânea, Werner Sombart, expendeu que sem a descoberta dos jazigos auríferos do Brasil retardado teria ocorrido o desabrochar do homem econômico moderno.

Foi o metal brasileiro que à Grã-Bretanha permitiu a formação das grandes reservas asseguradoras da sua tão longa quanto extraordinária predominância no comércio mundial através do progresso e aperfeiçoamento de suas indústrias.

Trar-lhe-ei este instrumento de conquista contemporaneamente, graças aos lucros enormes de tal expansão, a acumulação de capitais que de Londres, e por tanto tempo, faria verdadeira sede do grande banco universal socorredor dos governos de finanças avariadas e precárias. E de toda sorte de candidatos a empréstimos aventureiros e não aventureiros.

Observando o que ocorria em sua capitania ao conde de Oeiras, recordava o Morgado de Mateus, no terceiro quartel do século XVIII que Sua Majestade Fidelíssima escambava o rico ouro de suas minas com a reles baeta provinda das fábricas de Sua Majestade Britânica.

A fase do ouro não deixou no Brasil empreendimentos de grandes resultados para o porvir mas alargou enormemente a arca aberta aos cometimentos de civilização, promovendo intenso movimento imigratório europeu e sobretudo africano, e a profundeza do povoamento.

Dela decorreu o nascimento de numerosas cidades e vilas de nossos dias, muitas das quais se desenvolveram, ao passo que outras fundações de origem mineradora, de elevado surto inicial, passaram a vegetar e muitas se aniquilaram. Desse polvilhamento de povoações proveio a abertura de extensas vias de comunicação, rasgadas por numerosos rumos, obedientes à atração exercida por núcleos demográficos disseminados por enormes áreas.

Daí promanou o progresso da pecuária e robusteceu-se o intercâmbio comercial e social das capitâneas do Norte e do Sul do país, fortalecendo-se o frouxo liame do sentimento de unidade nacional.

Deslocando-se a capital da colônia, consagrar-se-ia a predominância da região meridional sobre a setentrional.

E como o Rio de Janeiro constituísse a grande base do comércio, com o hinterland de sua dependência geográfica traria o movimento mineiro à cidade guanabarina o ensejo da formação de capitais. Meio século mais tarde, seriam a grande alavanca do surto cafeeiro fluminense desdobrado, com o correr dos anos, na magnífica expansão das lavouras da rubiáceia em todo o vale do Paraíba, no Norte paulista, na mata Mineira antes de galgar as terras ocidentais de São Paulo. Como características de relevo original do ciclo do ouro poderemos ainda recordar quanto no interior do território mineiro trouxe a exploração aurífera a eclosão de curiosa florescência civilizada, de que proveio larga documentação literária e artística, sobremodo valiosa,

pelo cultivo das artes plásticas e da arquitetura cheia de atributos superiores.

E o que é mais original: tudo isto desabrochado e evoluído num âmbito de terras cercadas de áreas selváticas, como as que separam as vilas de Minas Gerais, até a baixada fluminense e o litoral da Guanabara.

Sobre a delimitação territorial brasileira definitiva não tanto influenciou o ciclo do ouro.

Antes do seu início existia a Colônia do Sacramento e os lagunenses dos Brito Peixoto marchavam para o sul; Pedro Teixeira chantara os marcos da posse brasileira a quatro mil quilômetros da foz do Amazonas.

Para o lado de oeste, com Pascoal Moreira Cabral e os seus sorocabanos, já antes de 1690 encontravam-se implantados os padrões portugueses à margem esquerda do Paraguai; “detendo o passo dos leões de Hespéria”, consoante o verso de Evaristo da Veiga.

Em todo o caso a descoberta do jazigo cuiabano, a manutenção do arraial do Bom Jesus, obra formidável de constância e espírito de sacrifício, originaram-se do segundo grande ciclo aurífero, conseqüência do estabelecimento da base de Mboteteú.

O achado do *placer* guaporeano arredondaria a conquista, consolidando naturalmente a linha fronteira ocidental mato-grossense.

Parafraseando conhecida imagem de Brasília Machado sobre Portugal “apertado pela Espanha e dilatado pelo Oceano”, podemos expender que a São

Paulo comprimiu a Serrania Marítima mas alargou o sertão, remédio bissecular dos seus impávidos “calções de couro”.

A documentação que das operações intrínsecas do bandeirantismo nos resta, é a mais sumária e toda, por assim dizer, de ordem jurídica. Constituem seu acervo as peças dos “inventários do sertão”, papéis originais da maior evocatividade pelas circunstâncias que rodeavam seu nascimento.

Selváticos os locais de sua abertura a centenas e milhares de quilômetros de povoado em alguma sumária tranqueira ou efêmero tejuar de pouso. Trágicas as ocorrências que os traziam a lume, refregas com o gentio, moléstias da pestilência dos sertões, picadas de cobra, acidentes numerosos de jornada.

Raros papéis, haverá em nossos fastos, tão sugestivos, tão provocadores de evocações fortes quanto estes inventários do deserto a que quase sempre precedem testamentos.

Abrem-se refertos de recomendações piedosas, típicas daqueles tempos de invencível fé; consignam disposições relativas à encomendação da alma aos protetores preferidos dos testadores e aos sufrágios implorados em favor de sua salvação eterna.

Surgem, depois, os gritos de consciência implorando reparações, referentes a infidelidades conjugais, a amores ancilares, ao reconhecimento de filhos espúrios, à alforria de amantes, à declaração de dívidas, ao ajuste de negócios, a legados. Os sentimentos afe-

tivos não se expandem nesses instrumentos porque a mentalidade colonial não comportava tais expansões.

Nem sequer encerram quaisquer adeuses ou expressões de despedida a esposa, filhos, pais, irmãos, como hoje não concebemos que possam faltar em peças desta natureza. E é de reparar que a estas manifestações extremas de fé, honradez e justiça não se entremeiam dúvidas sobre a iniquidade da instituição servil. Tão entranhada estava no espírito dos contemporâneos das entradas a noção da legitimidade do escravismo que a nenhum destes testadores ocorreu a lembrança de mandar libertar os silvícolas por eles recentemente arrebatados para o cativeiro, nos quinhões que lhes cabiam. E entretanto a lembrança da alforria não lhes era estranha, quando objetivava serviços domésticos e sobretudo as mães de sua progênie bastarda.

Arrolada a bagagem do bandeirante morto, armas, farpela, toda sua impedimenta enfim, procedia-se ao seu leilão, presidido pelo cabo de tropa assessoriado pelo escrivão da bandeira. Seria este freqüentemente talvez um dos muitos poucos não analfabetos da sua mesnada. Às arrematações acompanhava o compromisso de liquidação completa quando a bandeira se achasse de volta ao povoado.

De tudo isso ressumbra o espírito, ao mesmo tempo solene e singelo, da consciência do mundo luso, orientado pelos seus romanistas coimbrões.

Ao dorso de um destes toscos instrumentos sertanejos apõe-se certo número de anônimas linhas, de cuja presença, em rude escrita, surge uma das mais

inesperadas e magníficas associações de idéias e comparações que imaginar se pode. São a cópia de algumas estrofes do Poema da Raça integrante do seu episódio máximo. O do encontro do Gama com o Titã oceânico intimidador da audácia lusa que tanto o ofendia ao pretender o nauta sulcar os mares do seu oculto e grande cabo tormentório.

Da alma do pobre soldado ignoto da bandeira irrompia naquele momento o clamor da glória de sua gente mais que ousada, obreiro humilde e obscuro, que sentia ser, da expansão lusa sobre a vastidão dos mares e das terras, ao enfrentar agora as terríveis agruras da silva brasileira, que acabavam de prostrar o mísero companheiro.

Da correspondência dos sertanizadores até agora só se divulgou ínfima parcela.

Do século XVII sobra-nos uma única carta de sertão datada de certo “arraial dos Batatais”. Da centúria imediata nada se descobriu ainda daquilo que se colocava na primeira talvez das caixas de coleta postal jamais existente no Brasil. A que ficava sobre frondosa árvore, à margem do rio Paraná, e onde os jornal-deadores, a meia distância do percurso total da sua enorme navegação depositavam a correspondência a ser examinada e transportada pelos demais, que navegavam nos dois sentidos.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, Afonso de Taunay. São Paulo: Melhoramentos, 2ª edição. Vol. II, págs. 264-312; Capítulo XVII da Terceira Parte).

TEXTO DO VOLUME III

No volume III, dedicado à estruturação de pontos de apoio a fim de consumir a ocupação de Mato Grosso, Taunay reúne o que denominou de *Relatos monçoeiros*. Consistem de documentos da época sobre a notável epopéia.

A título ilustrativo, transcrevemos aquele em que foi descrita a viagem, de São Paulo a Cuiabá, do então governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, no ano de 1726. Deu-se a partida de São Paulo a 7 de julho.

A viagem consumiu nada menos que quatro meses e oito dias, posto que chegaram à povoação – na época denominada de Bom Jesus de Cuiabá – no dia 15 de novembro.

Ao longo do percurso, utilizaram nada menos que oito cursos d'água, sucessivos ao Tietê. Onde não facultavam navegação, as canoas e cargas eram transportadas a pé. Essa não era, entretanto, a maior dificuldade. Tinham que se alimentar do que podiam extrair da mata e dos rios. A partir de certo ponto, passaram a ser verdadeiramente asfixiados pelo calor.

*Notícia de viagem de São Paulo a Cuiabá
ocorrida no ano de 1726*

E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas.

*Da coleção do Padre Diogo Juares, S.J.
(Códice da Biblioteca de Évora).*

1. Em 7 de julho de 1726, domingo de manhã depois de ouvir a missa no convento de São Francisco, saiu sua excelência da cidade de São Paulo acompanhado de alguns oficiais de guerra e pessoas principais e que despedido da Aldeia dos Pinheiros, trazendo só em sua companhia as de sua comitiva e alguns oficiais mais, e veio dormir à Vila de Parnaíba, jornada de 7 léguas. Fica esta Vila na fralda de um morro que rega o Rio Tietê, que passa pelas vizinhanças de São Paulo e não obstante o ser muito caudaloso, é inavegável com canoas até a Vila de Luí pelas muitas pedras que tem com um grande salto.

2. Na segunda-feira, a 8 de julho, saiu de Parnaíba e foi dormir no distrito de Araçariguama, aonde se falhou um dia, que foi o da terça-feira para se

passar nele as ordens que havia de levar para o novo descobrimento do Sertão de Goiás o Capitão Bartolomeu Bueno da Silva, que no mesmo tempo partia para aquele sertão com uma tropa e com ordens para mandar abrir o caminho daquelas minas para as do Cuiabá, aonde se determinava também fazer a mesma diligência andaram 4 léguas.

3. Na quarta-feira, se seguiu viagem com grande moléstia por causa dos excessivos calores daquele dia e pelas 5 horas e meia da tarde chegou o d. Sr. com todo o acompanhamento à Vila de Itu, saindo fora dela meia légua a Nobreza, com a maior ostentação que lhe permitia a terra, a buscá-lo. Andaram-se neste dia 7 léguas.

4. Nos dias 11, 12, 13 e 14, que se contaram domingo, se dilatou sua exc., os dias de quinta, sexta e sábado na Vila de Itu expedindo várias ordens pertencentes ao Governo e fazendo conduzir algumas cargas de mantimentos necessários para a viagem, e no dia 14 em que saiu da Vila de Itu, chegou a Aratiguava: caminhou-se neste dia 5 léguas.

5. Na segunda-feira, 15, se passou o tempo todo e parte do dia seguinte em expedir várias ordens pela secretaria de Estado, e despachar também alguns requerimentos de partes, apresentando-se no mesmo tempo as canoas, conduzindo-se e embarcando-se os mantimentos e expedindo-se outras coisas pertencentes à viagem, vencendo-se em tão pouco tempo o trabalho que duraria muitos dias se não fossem as ordens expedidas e executadas com tanto vigor e trabalho.

6. Na terça-feira, 16 de julho, dia de Nossa Senhora do Monte do Carmo embarcou sua Exa. no Porto de Aratiguava seguindo e principiando viagem pelo Rio Tietê até abaixo. Constava a tropa das suas canoas e das várias pessoas que quiseram ir em sua companhia que perfaziam o número de 90.

RIO TIETÊ ABAIXO

7. Prosseguiu-se a viagem pelo Tietê, e nos dois dias seguintes até a Cachoeira Pirapora, onde se descarregaram as canoas e levaram com grande trabalho, passando-se as cargas às costas dos negros. Havendo-se já passado nos dois dias antecedentes algumas Cachoeiras e correntes com grande risco e trabalho, por serem cada uma delas um perigo continuado, aonde mesmo os pilotos, ou práticos perdem a cor e o ânimo por correrem ali as águas com tanta força e violência, que se não salva nada do que cai nelas, sem que se aproveite o saber nadar pelas pedras despedaçarem tudo em um instante. Nesse dia afogou-se nesta passagem um homem branco, piloto do escrivão do R.da Vara, que depois foi achado com a cabeça partida. Salvou-se milagrosamente um mulato.

8. Aos 19, sexta-feira, se fez viagem pela manhã, dividindo-se as canoas em três tropas. A primeira a do Sr. e terceira se entregaram a dois cabos, Bartolomeu Bueno e Gabriel Antunes de Campos para irem separados e com menos confusão, dando mais lugar às outras nos canais e lugares apertados, como era justo.

9. Desta cachoeira foi navegando a tropa pelo Tietê abaixo com grande trabalho e risco, e não menos sustos pela violência das águas e pelas muitas pedras, cachoeiras, sirga, itaipavas, contra-salto e despeñhadeiros em que se descarregam as canoas e se arrastam por terra, e lançando-se depois ao rio, conduzidas as cargas às costas dos negros, sem que aproveite a vigilância a evitar o muito que se perde e se furta, se seguiu viagem, contando nesta os pilotos nos varadouros, um descarregadouro, e sessenta cachoeiras, sirgas, itaipavas e correntes que se não lhe pode dar número, sendo cada uma destas passagens um evidente perigo de vida, tanto que não tem havido tropa em todo o tempo que se tem navegado este rio, que há mais de cem anos em que se não perdessem canoas e afogasse gente; e neste ano pereceram das tropas que passaram o Cuiabá em Pirapora o piloto de que já fiz menção, e na outra cachoeira que se lhe segue, uma mulher do reino, na do Pau Santo três negros e uma negra do Alferes Duarte Pr.^a Itapanema Antônio de Barros Paiva, e na do fim deste reino, um moço, que vinha com Luís Ribeiro de Faria.

10. Este rio é tão caudaloso e arrebatado, que navegando-se com tanto trabalho só se pode andar de dia pelas matas e pedras que tem atravessadas, e algumas escondidas, que me topando a canoa nelas, a viram com as mesmas pancadas (sic) as sacodem e lançam fora a gente, e a quem não sabe nadar experimenta maior risco; e por estas pedras e madeiros, que também têm atravessados nos canais obriga a se

navegar só de dia e depois de dissiparem os nevoeiros por se não virarem as canoas, porque ainda que a gente se salve, sempre o mantimento se perde e se molha a pólvora e sem uma e outra coisa se fica exposto a perecer de todo, por ser este um sertão muito afastado do povoado e com uma única roça que se fez a pouco tempo em Piranduva, e o rio pouco abundante de peixe e o mais é que chegam brancos e negros aos pousos e ranchos tão cansados que apenas lhes lembra o comer, além de suportar neste rio um excessivo calor de dia e um demasiado frio de noite com uma perseguição de mosquitos que os não deixa dormir nem descansar.

11. Todos estes riscos, sustos e medos me trouxeram embaraçados, que me não deram lugar a fazer acento das paragens em que pernoitava a tropa, e menos dos nomes das cachoeiras, itaipavas, canais, sirgas e funiz, que cada dia passavam, lembrando-nos se o risco, em que cada um se achava e procurando só dele o livrar-se. Por este mesmo motivo não fiz menção das canoas e tropas que vimos deixando atrás, por seguirmos viagem a todo o puxar. Neste rio três vezes estive: a primeira na correnteza de Itapanema, a segunda nas ondas grandes e a última cachoeira de escaramuça, de todas livres por misericórdia.

12. No sábado, 10 de agosto de 1726, saiu a tropa com as canoas de S. Exa. do último varadouro deste Rio Tietê e o findamos pelas três horas da tarde fazendo rancho na sua barra, que a faz no Rio Grande da ponte esquerda, estendendo-se, que teríamos navegado por este rio nos 26 que o andamos 520 léguas, fazendo conta

as horas que se navegava às correntes das águas e velocidade das canoas, ainda que há quem diga que foram de 800. Atendendo as matas e grandes voltas, que faz o rio, que fosse direto (?) seriam sem comparação matas menos; mas sem embargo de o andarmos nestes 26 dias há tropas que gastam nele dois meses.

RIO GRANDE ABAIXO (2º)

13. No domingo, 11 de agosto se seguiu viagem pelo Rio Grande e se passou com grande susto e trabalho os caldeirões e redemoinhos, que faz por entre as pedras este caudaloso rio, passando por várias ilhas, coroas e areais se foi dormir à barra do Rio Apeú em uma dilatada praia da parte esquerda, porque da direita anda o gentio, que é de certo o pior que tem estes sertões. Andar-se-iam neste dia 24 léguas.

14. Na segunda-feira de madrugada antes de se seguir viagem mandou sua Exa. dar a todas as pessoas da sua comitiva, triaga de vênia, havendo feito a mesma diligência no dia antecedente para os livrar a todos das malignas doenças que nesta altura costumam dar nos que navegam por este rio, e seguindo viagem se passaram algumas correntezas e escaramuças e por entre as várias ilhas que faz e tem este rio e pelas duas horas da tarde se chegou à fazenda de Manoel Homem, aonde se tomou algum mantimento a mão de novo a oitava e meia, o alqueire de farinha a doze oitavas e de feijão a dez e as galinhas a três oitavas.

15. Na terça-feira, dia 13 de agosto, se seguiu viagem pelo mesmo rio abaixo com bom sucesso e bastante trabalho e depois de passar pela barra do Rio Verde, que vem da parte direita, fomos fazer rancho da mesma parte, já quase noite.

16. Em 14, quarta-feira do dito mês se continuou a viagem, e pelas nove horas da manhã chegamos à barra do Rio Pardo, que fica à mão direita, e deixando o Rio Grande à esquerda seguimos viagem pelo Pardo. Este Rio Grande entra no Rio da Prata e depois de o deixarmos três dias de viagem se despenha aonde chamam de as sete quedas e se esconde e como por baixo da terra em uma larga distância. Este era o caminho por onde os paulistas saíam às conquistas dos gentios e descobrimentos das Minas Gerais.

RIO PARDO ACIMA

17. Na quarta-feira, 14 de agosto, deixamos o Rio Grande e entramos pelo Pardo subindo contra a sua grande corrente com excessivo trabalho, largando os remos e puxando às varas as canoas, aonde tomava pé e se foi continuando a viagem nos dias seguintes com bastante perigo e moléstia por causa das grandes correntezas e madeiros que se topavam.

18. Na terça-feira, 20 do dito mês, chegamos às primeiras roças, que de novo se fizeram neste rio, e no de Camapuã; aqui encontramos as tropas que vinham das Minas do Cuiabá com o Superintendente João Antunes Maciel, que vinha doente, e trazia em sua

companhia os Quintos Reais, e se escreveu para Povoado falhando-se no dia seguinte. Faleceu o dito Superintendente, pouco depois no Rio Grande.

19. Na quinta-feira, 22 do dito mês, se seguiu viagem e deixamos à mão esquerda o rio chamado Nhandu-Ami, que faz barra neste, e vem do sertão da Vacaria, passamos também outros ranchos que entram neste mesmo Pardo de uma e outra parte, com não pequeno risco e trabalho, por causa das correntes, pedras e paus que estão caídos e atravessados no rio, e em 29 do dito chegamos às segundas roças do Caijuru, e antes de chegar a elas achamos os seus roceiros em uma cachoeira tirando de baixo da água algumas coisas de duas podres canoas que se tinham alagado, não havia muitos dias com bastante perda dos donos.

20. Na sexta-feira, 30 do dito mês se continuou viagem com grande susto e risco pelas muitas correntezas e cachoeiras que havia e se foi dormir acima da Cachoeira do Caijuru.

21. No sábado, 31 de agosto se prosseguiu viagem com semelhante risco e perigo pelas correntezas, itaipavas, secas e pedras que se passam e se chegou pelas duas horas da tarde ao primeiro varadouro do Caijuru onde se descarregou e se vararam e passaram por terra as cargas para a outra parte do salto.

22. No dia 1º de setembro se continuou a viagem com não menos dificuldades e trabalho, e depois de passada a cachoeira grande, chegamos ao segundo salto, no qual se descarregaram, como no primeiro, as canoas, e se passaram só as cargas para a outra parte.

23. No segundo se vararam as canoas e carregadas se seguiu viagem e chegando a uma grande cachoeira se levaram as canoas sem descarregarem, descarregando aqui a maior parte das tropas. Passamos depois outra mais trabalhosa, que sirgamos e nos arranchamos junto de um sítio em que só descarregadas as canoas e passadas as tropas não tivemos mais moléstias. Nesta tarde se avistou a tropa de Antônio de Souza Bastos.

24. Na terça-feira, três do corrente, se continuou a viagem e se foi dormir ao terceiro salto, aonde se achou Lucas de Barros Paiva, que teve neste rio, muita chuva e maiores correntezas que nos não causaram também a toda tropa pouco descômodo.

25. A quarto do dito se navegou com o mesmo cuidado, susto e receio pelas grandes correntezas, canais, pedras, voltas, jupiás e caldeirões, em que é necessário levar as canoas a corda e a gente por terra, ou pela água. Chegamos pelo meio-dia ao Rio *Nhandumirim*, que fica da parte esquerda onde está a roça de Bartolomeu Fernandes dos rios. Aqui se aposentou a tropa e se comprou mantimento a 2 oitavas o alqueire a 12° de feijão o mesmo, e a dúzia de abóboras a oitava.

26. A 5 do dito, se prosseguiu viagem e se foi dormir ao quarto salto depois de se haver passado um descarregadouro e varadouro. Neste mesmo dia teve notícia do Ajudante João Roiz do Vale por um bastardo, que fugiu a Manuel José, e nos segurou que ambos ficavam atrás.

27. Em 6 do dito, se fez viagem e se passaram muitas e trabalhosas correntezas, varadouros e descarregadouros e depois de se encontrar o filho de Cabral, e se escrever para o povoado por este último mineiro, se continuou viagem e se passou à parte esquerda.

28. No sábado, 7 do dito mês, se prosseguiu viagem, partindo-se de madrugada e se passou um varadouro e duas cachoeiras com grande trabalho e lida e se foi pousar no mato junto à última cachoeira.

29. Em 8 do dito, pelas cinco horas da manhã, se continuou viagem com muito trabalho pelas muitas correntezas e itaipavas que neste dia se passaram com evidente risco de vida e se chegou ao varadouro do *Curau*, onde se descarregaram as canoas e se trabalhou toda a noite assim brancos como negros.

30. Em 9 se acabaram de passar as cargas e se vararam as canoas com grande trabalho pela mata, chuva que neste dia houve e carregadas as canoas a bom trabalhar se seguiu viagem pelo meio-dia e se foi dormir no primeiro capão de mata da parte esquerda.

31. Em 10, 11 e 12 se continuou a viagem partindo de manhã e andando até a noite sempre com moléstia e risco pelas muitas correntezas, canais, redemoinhos, jupiás, funiz e caldeirões que faz este rio, com voltas tão arrebatadas e violentas que é preciso saltar a gente em terra e levarem as canoas com duas sirgas, para poderem vencer a violência das águas e livrarem-nas das pedras de que estão cheios os canais. E neste último dia se foi dormir ao varadouro do Oliveira,

onde chegou S. Exa., já quase noite, e parte das canoas no dia seguinte com as da copa e cozinha, que o não puderam acompanhar no dia antecedente por ser cumprida a viagem e má a navegação.

32. Em 13, se descarregaram as canoas, e se vararam, e passando-se as cargas às costas dos negros, se tornaram a carregar, e se seguiu viagem, e no primeiro Capão grande, que cerca o rio, junto ao último pau, que o atravessa, se achou embaraçado em uns cipós um homem morto, e se lhe não deu sepultura por se achar já com grande fétido, e se recear desse peste, em quem o enterrasse.

33. Em 14, se seguiu viagem e se passaram dois varadouros, sendo o último o Salto do Roque, em que se descarregam as canoas e se escreveu a Camapuã. A mesma viagem se continuou no dia 15, logo de madrugada e se passaram três cachoeiras sem se descarregarem as canoas, entrando nestas a do Furado, que fica no meio. Navegou-se este dia com grande trabalho, por ser preciso levarem-se as canoas às mãos e ir a maior parte da gente por terra, por causa das muitas e grandes correntezas, canais, redemoinhos, voltas e pedras que tem todo este rio e se foi dormir no V.º Capão da parte esquerda.

34. Em segunda-feira, a 16 do dito mês se seguiu viagem e de madrugada se passou a cachoeira do Rio Vermelho e se veio fazer pouso da parte da mão direita em um capão, que está entre o Rio Vermelho. Neste dia chegou o próprio de Camapuã. O mesmo se fez em 17 seguindo-se viagem logo de madrugada e se passou uma

sirga comprida e duas cachoeiras antes da barra do Rio *Vermelho* que deixamos à mão direita e depois deixamos também da mesma banda, dois varadouros, que passamos sem descarregar mais que algumas cargas pesadas.

35. Na quarta-feira, 13 do mesmo mês, se continuou viagem com grande trabalho assim pelos grandes calores que experimentamos em todo este rio, como por navegarmos por entre muitos paus caídos, que nos não deixavam passar sem excessiva moléstia assim para os arrastar, como para os cortar. Passamos neste dia dois varadouros descarregando neles as canoas e passando as cargas às costas dos negros com bastante perigo e trabalho pela má arrumação, que fazem já aqui as voltas deste rio, que por se ir rematando, são tão pequenas e estreitas que não (dão) lugar a nada. Enfim chegamos ao *Varadouro de Camapuã* e largamos o Rio *Pardo* por não poderem nadar nele as canoas.

36. Neste varadouro de canoas e cargas, morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo, a que com razão se pode chamar a linha desta viagem, se dilatou a tropa onde dias assim para se descarregarem as canoas, como para se passarem as costas, distância de 2 léguas, em que desce uma chapada, as cargas e mantimentos, como também em se levar em umas pequenas carretas as canoas puxando delas mais de 20 e 30 negros, em cuja condução se experimentam vários descômodos, não só em cargas que arrombam e furtam, como nos mantimentos que se perdem; que nesta altura é a perda mais sensível, e tanto

mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha. Nesta (sic) paragem há duas roças novas: nelas compramos o alqueire de mantimento a nove oitavas de ouro, feijão a 16, galinhas a 3. E houve mineiro que pagou a arroba de toucinho a 32 oitavas, o frasco de aguardente a 15.

RIO CAMAPUÃ-MIRIM ABAIXO (4º)

37. Em 30 de setembro se lançaram as canoas neste rio, m que é muito seco e limitado e se foi navegando por ele abaixo com muito trabalho e vagar por levar pouca água e serem as voltas pequenas com muitos paus atravessados, ficando as últimas canoas na barra de *Camapuã-açu* e as outras que foram adiante com S. Exa. pouco mais adiante. Fizeram-se nestes dois dias duas pequenas viagens.

38. Na terça-feira, a 1º de outubro, e na quarta, quinta e sexta, 4 do dito mês, se continuou a viagem pelo *Camapuã-açu* abaixo com muito risco e trabalho, pelos muitos canais e madeiros que no rio estão atravessados, que uns se passam por baixo, outros por cima e todos com perigo, e são poucos os que passam que não fiquem com algum sinal pela ligeireza com que as canoas correm por baixo deles. No dia da quinta-feira se achou no mato junto de um rio, que está da parte esquerda um cadáver ainda com cabelos e com couro, que pareceu branco, em algumas partes, sentado em cima dos ossos, e pela informação dos negros que foram

ao mel e o acharam, se entendeu ser pessoa das que foram o ano passado em alguma tropa.

39. No mesmo dia, quinta-feira se achou menos tropa. João Francisco cozinheiro de S. Exa. que saltando em terra a buscar uma faca que lhe tinha esquecido com tenção a pé seguindo pela margem do rio a canoa até o sítio, onde pousasse a tropa, não apareceu até o presente e se entende que ou se perdeu no mato, ou foi pasto de alguma onça.

RIO QUEXEIM ABAIXO (5°)

40. No sábado, 5 de outubro, chegamos à barra do Rio *Quexeim*, que sendo caudaloso e muito arrebatado por não poder dar pé em parte alguma, e vindo da parte esquerda entra no de *Camapuã* e ambos juntos no *Taquari*: entrando nele pelas 8 horas da manhã se continuou a viagem até as duas horas da tarde e se andariam neste dia 12 léguas: pousou-se cedo por dar descanso a gente que remava tendo-se passado algumas cachoeiras e itaipavas, que são uns canais estreitos por entre pedras em que corre água com grande fúria.

41. No domingo, 6 do dito se seguiu viagem pelo rio abaixo e se passaram quatro cachoeiras e muitas itaipavas, alguns canais e correntezas e três sirgas e se veio dormir na arte direita defronte de uma grande ribanceira que corta um ribeirão, que cai neste rio e a faz parecer um castelo da natureza com a sua cortadura para a parte do rio tão direita, que parece feita ao picão. Todo este rio é, e corre entre rochedos e tão altos, que

em muitas partes não dá sol, nunca nelas sem embargo de ser largo e tão arrebatado no seu correr, que se faz triste e medonho a quem o navegava: Andar-se-iam neste dia 35 léguas.

42. Em 7 se seguiu viagem. Passaram-se quatro cachoeiras e algumas itaipavas, duas escaramuças, tucundubas e várias correntes e um canal de mais duas léguas, tão arrebatado e violento, que só se livraram as vidas não topando as canoas nas matas, pedras e rochas que há no rio de uma e outra parte chegamos ao primeiro varadouro e descarregadouro, carregando-se as cargas com grande trabalho e moléstia pela má serventia do caminho. Nesta passagem se partiu uma canoa de outra tropa, no mesmo dia se alargou outra perdendo-se todos os mantimentos que foi o mais sensível. Varadas as canoas e carregadas se seguiu viagem sendo já tarde por não haver aqui a capacidade de pouso e passando-se uma da parte esquerda se passou um funil e se arranchou a tropa por ser já noite: andar-se-iam neste dia 24 léguas.

43. Em 8, se continuou a viagem e logo de manhã se passaram um funil, duas cachoeiras, várias correntezas, muitas itaipavas, cinco sirgas, algumas tucundubas e um varadouro grande. Neste dia se descarregaram as canoas já de tarde e se passaram as cargas para a outra parte sem dormirem toda a noite brancos e negros.

44. Em 9, se prosseguiu viagem e se passou de manhã um varadouro, em que se descarregou e se passaram também duas sirgas grandes arrastando-se as

canoas e passando-se a gente mais inútil por terra para as aliviar, e pela uma hora se passou o Rio *Iauru*, que vem da parte direita e faz este mais caudaloso. Passaram-se também, umas escaramuças de caldeirões, redemoinhos, correntezas e águas tão atrapalhadas, que a todos nos deu cuidado e se veio ao varadouro que tem uma ilha da parte direita e da esquerda uma rocha e como os canais estavam tapados se levaram as canoas dentro da ilha passando-se algumas cargas às costas: passado tudo da outra parte e carregadas de novo as canoas se saiu viagem e se passou ao pôr do sol pela barra do Rio *Taquari-mirim* e se chegou a noite a roça de João de Araújo. Nestes dois dias se andariam 36 léguas.

RIO TAQUARI-AÇU ABAIXO (6º)

45. Em 10 do dito mês se descarregaram as canoas e vararam passando-se as cargas às costas para a outra parte da roça e na mesma tarde fomos buscar pouso depois de passada a barra do *Taquari-açu* e nela uma cachoeira tão perigosa e com tanta violência de águas por um canal tão estreito e cercado de pedras e de penhascos que qualquer leve toque de canoa basta para sacudir gente e cargas e perder tudo: chama-se a esta cachoeira o último perigo do *Quexeim*: neste topou uma canoa que vinha dois ou três dias atrás das nossas: sacudiu fora a gente e se afogaram dois negros e uma negra. Neste dia se andaria uma légua, trabalhando-se sempre.

46. Em 11 se seguiu viagem de madrugada e se pousou pelas duas horas da tarde. Andar-se-iam neste dia doze léguas; nele se apartou o R. P. Manuel dos Santos, digo André dos Santos, adiantando-se para o Cuiabá. Levou em sua companhia duas canoas de S. Exa. entregues a Matias Ferrão de Abranches e ao Alferes Manuel Antunes, ambos criados de S. Exa.

47. Em 12 e 13 se continuou viagem partindo-se de madrugada até as três da tarde, em que se reparou a gente do excessivo calor desta altura, havendo tido vento contrário que por nos dar pela proa das canoas nos embaraçou a jornada: neste último dia tivemos a mágoa de nos cair no rio um moço branco que logo se afogou e nele navegamos já os pantanais: andar-se-iam 18 léguas.

48. Em 14, 15 e 16 se fizeram as marchas até de às cinco e seis da tarde: é o rio mais limpo e pela correnteza das águas andariam nestes três dias as 70 léguas. Houve caça, mas pouca se aproveitou pela muita pressa com que se navegava: passou-se a *Prença* e a *Forquilha*, e pelo meio da tarde deste último dia se avistaram os montes dos *Paiaguás*, e vimnos também da parte direita um rancho com uma cruz, sepultura de algum branco.

RIO TAQUARI-MIRIM ACIMA (7°)

49. Em 17 se fez viagem pelas três horas da manhã não obstante o poder-se andar toda a noite por causa dos muitos mosquitos que nos não deixaram dormir, nem sossegar. Passou-se o *Taquari-mirim* por

onde entramos à mão direita: tem por divisa duas cruces: passamos também pela passagem dos índios *Aicurus*, chamados os cavaleiros, havendo-se observado a ordem, que se passou, de se não dar tiro algum por não sermos sentidos do *Paiaгуá*, que anda em canoas, e se costuma unir com os *Aicurus* e espiar-nos.

50. Em 18 de navegou pelas quatro da manhã e se pousou as mesmas da tarde: todos estes dias navegamos pantanais, com vários rios, que entram neles por cuja causa são precisos bons pilotos e bons práticos: andar-se-iam 10 léguas encontramos já as águas do *Paraguai-mirim*: de noite ninguém dormiu por respeito dos grandes bandos de mosquitos, que nos puseram a todos na última desesperação sem que nos valesse remédio algum.

RIO PARAGUAI-MIRIM (8°)

51. Em 19, se fez viagem das quatro horas da manhã até às cinco da tarde, tudo pantanais cheios de água com uma erva rasteira, que chamam aguapés e que tapam os rios e canais tanto, que ainda os mais práticos se confundem e perdem neles: neste dia vimos várias ilhas destas ervas, que vinham pelo rio abaixo, que as tropas dianteiras tinham cortado para descobrirem os canais e rios por onde navegar com segurança e nos deram algum trabalho por nos encostarem as canoas ao mato e nos embaraçarem a viagem. Andar-se-iam neste dia 10 léguas e chegamos ao pouso tão cansados por causa dos calores e águas quentíssimas que quando

esperávamos algum sossego nos achamos hospedados de inumeráveis mosquitos.

52. Em domingo, 20, se partiu de madrugada e se andou até as três da tarde buscando a barra do *Paraguai-açu*, aonde se chegou e fez rancho com pouca comodidade por falta de lenha, paus para redes e palha para os ranchos e o mais foi por uma grande trovoadá, que nos deu logo de noite e alagou a maior parte das canoas com bastante perda: não faltaram mosquitos.

RIO PARAGUAI-AÇU ACIMA (9º)

53. Em 21 se prosseguiu viagem pelas oito horas da manhã por causa da chuva e como ela se navegou rio acima, e como o vento foi grande, e se não poder com ele navegar sem algum risco, se recolheu a tropa por um rio que sai para o sertão da parte esquerda: andar-se-iam neste dia 5 léguas. Este Rio *Paraguai* é bem fundo, largo e caudaloso e com vento inavegável. É infestado de gentio *Paiaguá*: este o ano passado tomou duas canoas e nelas uma negra e um negro, com tudo o mais que traziam e o senhor que era Diogo de Sousa Araújo, natural de Ponte Lima, não apareceu mais, ainda que os negros fugiram para o mato.

54. Em 22, 23 se fizeram as viagens com bom sucesso partindo-se pelas quatro horas da manhã e andando-se até às cinco da tarde deixando-se já o rio e passando por algumas ilhas a endireitar o caminho e pelas dez horas do dia 23, deixamos de todo o *Paraguai* à mão esquerda defronte de muitos e altos morros e

tomamos à mão direita o Rio *Xianês*, onde achamos duas cruzinhas. Andar-se-iam neste dia 26 léguas.

RIO XIANÊS ACIMA (10°)

55. Em 24 e 25 do dito se continuaram as viagens partindo-se pelas quatro horas da manhã e pousando-se pelas seis da tarde com grande moléstia por causa dos muitos calores e sol intenso, que refletindo na água, abrasava mais: neste dia se avistou à mão esquerda uma serraria de morros, que principiamos a ver desde o *Taquari*, e é a cordilheira, que vai correndo para o Cuiabá, em que dizem há algum gentio, e minas de ouro e esmeraldas. Neste último dia faleceu na tropa um forasteiro por nome Manuel Roiz, filho de Braga, e se lhe deu sepultura na margem deste rio três léguas antes de chegar ao Rio dos *Porrudos* da parte esquerda: andar-se-iam 20 léguas.

RIO DOS PORRUDOS ACIMA (11°)

56. Em 26 se seguiu viagem de madrugada, e pelas oito horas da manhã chegou a tropa ao rio dos *Porrudos*: andaríamos até as cinco da tarde 12 léguas. É este rio muito caudaloso e espaçoso, alegre e abundante de caça e pescaria, não faltam nele onças e destas avistamos três praias e rasto de outras muitas. Em 27 e 28 do dito se continuou a viagem com bom sucesso, houve bastante caça por ser este rio abundante de aves e

de peixe, principalmente capivaras, piranhas e jacarés, Andar-se-iam 10 léguas.

RIO CUIABÁ ACIMA (12°)

57. Em 29 de outubro se continuou viagem pelo Rio dos *Porrudos*, e pela uma hora chegamos ao desejado Rio *Cuiabá* acima bem acompanhados de mosquitos e faltos de mantimentos arranchou-se a tropa perto da noite.

58. Em 30 e 31 se prosseguiu viagem com bom sucesso, e no último dia chegou a tropa pelas três horas da tarde ao arraial velho, em que estavam o Provedor, e Escrivão do Registro, se principiaram logo a tomar os negros e cargas a rol para a cobrança dos Quintos Reais, que se pagam por entrada.

59. Em sexta-feira e primeiro de novembro, dia de Todos os Santos pelas nove horas da manhã depois de registrados os negros e algumas cargas de negro de algumas pessoas particulares que acompanharam a S. Exa., se seguia viagem com bastante opressão por falta de mantimento e se arranchou a tropa depois do meio-dia por causa de uma grande trovoada, que nos durou toda a tarde e parte da noite, e acarretou bastante perda.

60. Em segunda, terça e quarta, se seguiu viagem de madrugada ao sítio de Ioseph Franco, fazendo pescaria, e se pousou junto da noite por se acrescentarem as viagens por respeito de falta de mantimentos cresceram os calores, e teve-se aumentado as águas e tanto que chegaram ao barranco do rio: neste

último dia se mandou próprio ao Carandá a procurar mantimentos que vínhamos necessitando.

61. Em 5 e 6 se continuaram as viagens de madrugada e se andou até junto da noite com bastante moléstia comendo-se somente algum peixe por não haver outra coisa, e pela uma se chegou ao *Carandá*, onde estava já Antônio Antunes esperando a S. Exa., com algumas poucas espigas, e se apelou para outra parte.

62. Em 7, 8, 9, 10 e 11 se navegou da mesma sorte partindo-se e arranchando-se as mesmas horas tomando-se sempre nestas viagens algumas horas de descanso por se não poderem sofrer os excessivos calores e no primeiro dia se expedia um próprio ao *Aricá* a comprar milhos e nos dias seguintes se continuou a viagem sem mantimento e só com a esperança de chegar a ele: no último dia se chegou à roça de Filipe de Campos onde se acharam cem mãos de mantimentos a duas oitavas a mão, que S. Exa. mandou logo repartir por toda a tropa para livrar de padecer de tão extrema necessidade pois se achavam já brancos e negros muito debilitados e fracos.

63. Em 12, 13 e 14 se continuaram as viagens partindo-se as três horas da manhã e pousando-se mais cedo para se reparar a tropa dos sóis que eram intensíssimos. No último dia se fez pouso junto à roça do Guarda-mor das Minas, Pascoal Moreira Cabral, onde vieram alguns Paulistas Principais cumprimentar a S. Exa. por estar já vizinho das Minas.

64. Em 15, sexta-feira e o último dia de viagem, se fez esta cedo acompanhando ao dito Sr. General algumas canoas de Paulistas, que o foram buscar ao caminho, distância de 2 e 3 léguas: às nove horas, chegou S. Exa. ao Porto Principal onde estavam muitas pessoas assim Paulistas como forasteiros e uma companhia de Ordenança formada; e saltando em terra o dito senhor e a sua comitiva e fazendo oração em uma capelinha que era naquele porto, se pôs X. Exa. a cavalo e algumas pessoas mais outras em redes, e se marchou para o Arraial do Bom Jesus onde se chegou às dez horas.

65. No princípio da Povoação, e defronte da igreja matriz estavam quatro pessoas das principais e um nobre e luzido séqüito, e recebendo a S. Exa. debaixo de um pátio o conduziram à Matriz, e depois ao seu palácio, onde veio logo a arrumar a Companhia dos Forasteiros, que tinha ido ao Porto, e se mandou recolher ficando só uma esquadra de guarda.

66. Está este arraial, do Senhor Bom Jesus, que assim se chama a Povoação principal destas Minas, esta distante meia légua, pouco menos do Porto Geral do Rio Cuiabá: tem também outro porto, chamado do Borrvalho, que serve para os que vêm de rio acima, situado em boa paragem, e já bem povoado de casas: terá todo o Arraial cento e quarenta e oito fogos, alguns cobertos de telhas, os mais de palha e capim. Corre toda a povoação do Sul para o Norte com planície que faz queda para um riacho que seca no verão: a Leste fica um morro vizinho e a

Oeste uma chapada, em que se tem feito parte das casas do Arraial; e se podem fazer muitas mais.

67. Em todo este arraial há ouro e foi o descobrimento do sosil, que se fez no ano de 1723, mas não se minara nele senão em tempo de chuvas por haver falta de água, com que se possa lavar: junto deste arraial e a sudoeste dele está um morro, em que a devoção de alguns devotos colocou a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, digo do Bom Despacho: daqui se descobre todo o Arraial, e faz uma alegre vista pelo aprazível dos arvoredos, morros e casas que dele se descobrem.

68. O clima é ardentíssimo sem que com ele possa ter comparação o do *Rio do Ianº*, o da cidade da Bahia, e ainda o do Maranhão e *Grão-Pará*, não obstante o estar este quase na Linha; porque em sete anos que estive por estas partes e estes sertões de Pernambuco, não experimentei os excessivos calores que aqui tenho sofrido, e ouço dizer geralmente aos que aqui se acham vindos os anos passados que estes não diminuem sem chover, e assim ordinariamente os homens em suas casas em ceroulas e camisas sem poderem consentir mais roupa alguma: e o mais é que trazem ordinariamente mais cores: as sezões e malignas são contínuas, e raros são os que não a padecem principalmente brancos: porque os escravos são os mais livrados neste país.

69. Há dois ou três anos, que se tem experimentado nestas Minas falta de chuvas e por este respeito se não minerou quase todo este tempo: houve também falta de milhos, que é o sustento de brancos e

negros porque secaram as roças e plantas e foi necessário replantá-las: achamos o alqueire mantimento a 14 oitavas de ouro, o feijão a 20, a farinha de mantimento a 20, as galinhas a 3, a libra de carne de porco fresca a 1, a salgada a 2, a dúzia de ovos a oitava e oitava e meia, e tudo o mais a esta proporção; e teria passado a mais senão chovesse alguns dias e cobrassem algum vigor os m^{os}. único remédios e regalo destas Minas; porque dele se faz farinha, que supre o pão, a canjica fina para os brancos, a grossa para os negros, os cuscuz, arroz, bolos, biscoitos, pastéis de carne e peixe, pipocas, catimpuera, aloja, angu, farinha de cachorro, água ardente, vinagre e outras muito mais equipações que tem inventado a necessidade e necessitam de momento.

70. No primeiro dia de janeiro de 1727, se criou o mesmo Arraial do Senhor Bom Jesus Vila, e se elegeram os Oficiais da Câmara, fazendo-se juízes, três vereadores, um procurador e dois almotacéis, levando o estandarte a praça se levantou nela o pelourinho da V^a. a que em nome de Sua Majestade se deu o nome de Vila Real do Bom Jesus, e se declarou seriam as suas armas, de que usasse um escudo, e dentro em campo verde um morro coberto de folhetas e grãos de ouro, e por timbre em cima uma Fênix: fazendo-se termo de tudo na secretaria deste governo por ordem do Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses, Governador e Capitão-General desta Capitania, e suas Minas em virtude das Ordens que teve de Sua Majestade para passar a elas e

criar V^a. ao d^o. arraial; a que deu cumprimento na forma já declarada.

71. Nestes dias teve S Exa. um feliz sucesso com conseqüências grandes não para a Coroa, mas com bastante utilidade para estas Minas: porque achando-se elas cercadas de várias nações de gentio, que nos não deixavam alargar pelo centro do Sertão matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzi-los e metê-los de paz S. Exa. para o que lhes mandou alguns Pombeiros, contentando-os e persuadindo-os com mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas, de não pouca estimação para eles: mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens, e que só à força de armas seriam mortos ou conquistados.

72. Ouvida esta insolente resposta mandou S. Exa. pôr logo pronto com um cabo com bastante soldados sertanistas com ordem positiva, que os atacassem em qualquer parte, que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto com toda a sua família. Espera-se que os mais cabos, que S. Exa. mandou a diferentes partes consigam a mesma felicidade. Escreve-a na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá a 1^o de fevereiro de 1727, Gervásio Leite Rebelo, Secretário de S. Exa.

(Transcrito de *História das Bandeiras Paulistas*, vol. III, ed. cit., págs. 111 a 124)